

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Ives Teixeira Souza

“O DINHEIRO DO OTACÍLIO”: indícios das relações entre agentes políticos, clubes de futebol e sujeitos de imprensa na modernidade desconfiada da Belo Horizonte dos anos 1940

BELO HORIZONTE
Janeiro de 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Ives Teixeira Souza

“O DINHEIRO DO OTACÍLIO”: indícios das relações entre agentes políticos, clubes de futebol e sujeitos de imprensa na modernidade desconfiada da Belo Horizonte dos anos 1940

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, para a linha de pesquisa Textualidades Midiáticas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Nísio Antônio Teixeira Ferreira

BELO HORIZONTE
Janeiro de 2022

301.16
S729d
2022

Souza, Ives Teixeira.

"O dinheiro do Otacílio" [manuscrito] : indícios das relações entre agentes políticos, clubes de futebol e sujeitos de imprensa na modernidade desconfiada da Belo Horizonte dos anos 1940 / Ives Teixeira Souza. - 2022.

122 f.

Orientador: Nísio Antônio Teixeira Ferreira .

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.Comunicação – Teses. 2. Belo Horizonte - História Teses. 3.Modernidade - Teses . 4.Imprensa -Teses . 5.Futebol – Teses. I. Teixeira , Nísio. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"O DINHEIRO DO OTACÍLIO': indícios das relações entre agentes políticos, clubes de futebol e sujeitos de imprensa na modernidade desconfiada da Belo Horizonte dos anos 1940"

Ives Teixeira Souza

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia **07 de fevereiro de 2022**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos(as) seguintes professores(as):

Prof. Nísio Antônio Teixeira Ferreira - Orientador

UFMG

Prof. Elton Antunes

UFMG

Prof. Bruno Viveiros Martins

Centro Universitário Estácio

Profª Ana Carolina Soares Costa Vimieiro

UFMG

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Elton Antunes, Professor do Magistério Superior**, em 07/02/2022, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Soares Costa Vimieiro, Professora do Magistério Superior**, em 07/02/2022, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nisio Antonio Teixeira Ferreira, Professor do Magistério Superior**, em 07/02/2022, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Viveiros Martins, Usuário Externo**, em 08/02/2022, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1233905** e o código CRC **64D3D5CC**.

Aqueles que dão forma aos múltiplos Ives

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de mestrado concedida nos últimos sete meses de realização deste trabalho.

À Pró-Reitoria de Graduação da UFMG, pela complementação de bolsa disponibilizada por meio do Programa para o Desenvolvimento do Ensino da Graduação (PDEG).

À Nísio Teixeira, pela liberdade ao mirar este meu percurso de mestrado, somada a uma condução de pesquisa com a destreza necessária para capturar os movimentos das várias Belo Horizontes que encontramos nos últimos meses.

Aos essenciais escrutinadores, ao longo de todo o processo, nos nomes de Elton Antunes, Bruno Viveiros, Carol Soares Vimieiro e Phellipy Jácome.

Ao corpo técnico-científico do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG, nos nomes de Bruno Leal e Carlos d'Andréa.

Aos que compartilharam pretensões comigo no projeto de extensão Comunicação Solidária Covid-19 (Periferia Viva), nos nomes de Nathália Vargens, Laura Pimenta e Emanuela São Pedro.

Aos que estiveram comigo nas entranhas do PDEG-Relações Públicas, nos nomes de Heloisa Hashimoto, Julia Guarnieri, Vanessa Veiga, Márcio Simeone e Daniel Reis.

Àqueles que compõem minha turma de mestrado - linha Textualidades Midiáticas (2020) - , nos nomes de Cecília Santos, Maurício Vieira, Sophia Mendonça, Ana Paula Gondim, Fábio Paes e Patrícia Prates.

Ao corpo técnico-científico do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG pela realização da disciplina “Desafios do conhecimento na transformação para um mundo melhor”, nos nomes de César de Sá Barreto, Estevam Las Casas e Patrícia Franca-Huchet.

Ao corpo técnico-científico da Coleção de Divisão de Coleções Especiais e Obras Raras da UFMG, do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, do Museu Histórico Abílio Barreto e da Biblioteca Professor Antônio Luiz Paixão (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Fafich/UFMG), nos nomes de Raphael Rajão e Kennedy Souza.

Aos que contribuíram para as diversas experiências capazes de conformar este trabalho, nos nomes de Fabiana Thalia, Enderson Cunha, Viviane da Silva, Felipe Borges e Gabriela Meireles.

E à você, leitor, que a partir deste momento faz valer o motivo de realização desta pesquisa.

*“Não precisa medo não/ Não precisa da timidez/ Todo dia é dia de viver”
(BRANT; BORGES; BORGES, 1970)*

*“ - Se Belo Horizonte tivesse mar, nossas existências seriam diferentes?”
(DRUMMOND, 1991, p.145).*

RESUMO

Este trabalho busca argumentar sobre a caracterização de uma modernidade desconfiada para Belo Horizonte a partir dos indícios das relações entre as modernidades dos clubes de futebol, dos agentes políticos e dos sujeitos jornalísticos que compunham a cidade nos anos 1940. Para tanto, parte da metáfora “O dinheiro do Otacílio” para relatar sobre essas pistas com base em fragmentos de textualidades jornalísticas de periódicos impressos historicamente situados disponibilizados digitalmente. Nesse período do cinquentenário de Belo Horizonte estavam perceptíveis as tensões entre as vozes de Minas em prol das modernidades da cidade. Ainda mais com a retomada democrática, após o fim do Estado Novo, quando foram eleitos deputados, governador, vereadores, vice-prefeito e o prefeito Otacílio Negrão de Lima - muitos desses com relações próximas aos clubes de futebol e ao meio jornalístico. É por esse entrelaçamento constante entre as modernidades presentes, entre as quais no futebol, na imprensa e na municipalidade, que o trabalho dispõe uma narrativa que mais do que enumerar sujeitos, propõe argumentar sobre uma característica de Belo Horizonte: sua modernidade desconfiada.

Palavras-chave: Belo Horizonte; modernidade desconfiada; imprensa; futebol; política

ABSTRACT

The objective of this research is to argue about the characterization of a distrustful modernity for Belo Horizonte city from the indications of the relationship between football clubs, political agents and press journalists that composed the city in the 1940s. Therefore, it makes use of the metaphor "Otacilio's Money" to report on these clues from fragments of journalistic textualities of available digitally printed journals. During the fiftieth anniversary of Belo Horizonte, tensions between the voices of Minas in favor of the city's modernities were evidenced, especially, with the democratic recovery after the end of the Estado Novo regime, when deputies, governor, councilors, deputy mayor and the mayor Otacílio Negrão de Lima were elected - many with close relations to football clubs and the media. This research does not just intend to enumerate the subjects, but, from the constant entanglement of the present modernities - soccer, press and municipality - proposes to argue about a Belo Horizonte characteristic: its distrustful modernity.

Keywords: Belo Horizonte; distrustful modernity; press; football; politics

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa Folha de Minas Esportiva (27 set. 1949)	26
Figura 2 - Capa da edição nº1 “América” (nov.1947)	76
Figura 3 - Capa da edição nº2 “América” (jun. 1948)	76
Figura 4 - Páginas 10 e 11 da edição nº12 “América” (jan/1950)	77
Figura 5 - Contracapa e página 1 da edição nº1 da “América” (nov. 1947)	79
Figura 6 - Página 3 da edição nº2 da “América” (jun/1948)	79
Figura 7 - Páginas 8 e 9 da edição nº1 da “Américas” (nov. 1947)	81
Figura 8 - Páginas 16 e 17 da edição nº1 da “América” (nov. 1947)	81
Figura 9 - Páginas 16 e 17 da edição nº2 da “América” (jun/1948)	82
Figura 10 - Página 30 da edição nº2 da “América” (jun. 1948)	85
Figura 11 - Páginas 6 e 7 da edição nº3 da “América” (jul/ago 1948)	87
Figura 12 - Páginas 4 e 5 da edição nº3 da “Folha de Minas Esportiva” (21 set. 1949)	89
Figura 13 - Páginas 10 e 11 da edição nº3 da “Olímpica” (maio/jun 1949)	90
Figura 14 - Página 6 da edição nº1 de “Tribuna de Minas Esportiva”(26 de maio de 1952)	92
Figura 15 - Páginas 14 e 15 do suplemento de “Vida esportiva” (nov/1947)	97
Figura 16 - Página 53 da edição nº17 de “O Cruzeiro” (14 fev. 1948)	99
Figura 17 - Página 2 da edição nº3 da “A Raposa” (jul/1946)	101

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Campos de BH até o final dos anos 1930 na Avenida do Contorno	41
Mapa 2 - Detalhe de campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1953	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
AMCD	Associação Mineira dos Cronistas Desportivos
AMCE	Associação Mineira dos Cronistas Esportivos
AML	Academia Mineira de Letras
BH	Belo Horizonte
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FLDMG	Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FMF	Federação Mineira de Futebol
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JK	Juscelino Kubitschek
LMEA	Liga Mineira de Esportes Atléticos
Minascentro	Centro de Convenções Israel Pinheiro da Silva
MTC	Minas Tênis Clube
PP	Partido Progressista
PR	Partido Republicano
PRM	Partido Republicano Mineiro
PSD	Partido Social Democrático
PSN	Partido Social Nacionalista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

PTN	Partido Trabalhista Nacional
SAF	Sociedade Anônima do Futebol
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UDN	União Democrática Nacional
UEM	União Espírita Mineira
UMG	Universidade de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

ENTRADAS E BANDEIRAS	17
1. AS MODERNIDADES	39
1.1 <i>Do futebol e seus espaços</i>	40
1.2 <i>Dos sujeitos de imprensa</i>	52
2. E SUAS DESCONFIANÇAS	65
2.1 <i>Nos acordos</i>	75
2.2 <i>E nos distratos</i>	88
SAÍDAS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

ENTRADAS E BANDEIRAS

“Cidade menina que o tempo celebra uma força de Minas” (HORTA; FRANCO, 2019). É assim que os compositores Toninho Horta (1948-) e Tadeu Franco (1957-) definem Belo Horizonte (BH). Uma cidade, mais do que jovem, ainda menina, que por suas temporalidades é capaz de apresentar o que pode ser entendido como uma unidade federativa, ou como um estado de espírito que representa a pujança de uma cidade que ainda pretende desabrochar; “que vive de sonhos há mais de cem anos”, cujo “impulso para o futuro” deixou sua *urbs* e sua *polis* praticamente “sem vestígios de passado” por entre suas esquinas e seus vastos horizontes (MARTINS, 2009, p.129). São muitas as entradas possíveis para este trabalho, que mira não apenas a paisagem possível de ser visto apenas pela Serra do Curral, como as imagens que comumente são atribuídas para representar a cidade-metrópole e sua região metropolitana - ao mesmo tempo que esconde a prática mineradora que ocorre por trás de suas serras.

O horizonte pretendido é mirado em sentido oposto, do norte para o sul, em que a Praça Rio Branco é o início, seja como local do mercado municipal ou como da Feira de Amostras, do caminho percorrido por uma avenida que liga, desde então, as múltiplas belo-horizontes que se tramam entre carroças, bondes, carros, parque, igrejas e bares que conformam a avenida Afonso Pena - apontada para a Serra, símbolo máximo da força mineradora, que também correu rumo ao leste. Ao oeste, a força da presença industrial, seja enquanto ainda incipiente no Barro Preto e adjacências ou a ponto de rumar para o território vizinho para a criação da Cidade Industrial.

São essas e outras miradas que fazem de Belo Horizonte o objeto principal do argumento aqui utilizado para dizer sobre certa caracterização de uma modernidade adjetivada enquanto desconfiada que propomos, de maneira inédita, neste trabalho sobre a cidade. As modernidades da imprensa, do futebol e das relações políticas que atravessam e são atravessadas para conformar a BH de sua modernidade desconfiada - que é dada diante de um esgotamento contínuo das modernidades sempre em um por vir, potencializadas em uma cidade que se constrói e autodestrói continuamente, que desconfia de suas próprias sombras, de seus passados e de seus futuros, determinados a sempre serem refeitos, reconstruídos. Para tanto, é impossível não nos deter, mesmo que brevemente, por essa força que a capital representa, conforme lembrou Horta e Franco (2019), ou melhor, as forças não apenas de uma Minas, da síntese nacional (LIMA, 1945), mas das vozes de Minas, distante de serem uníssonas (CARVALHO, 2005).

Para Lima (1945), nascido na capital da República brasileira, é com uma tradição forte, um passado imposto no presente, que Minas conseguiria estar presente em sua modernidade, diante de um mineiro voltado ao “eterno” e não ao “moderno”. É essa, para ele, a força de Minas, o que o faz ser estável para lutar por seus ideais, seus objetivos, sejam eles a favor ou contra as características do sistema político em vigor. Décadas seguintes, o mineiro Carvalho (2005) buscou produtos, personagens e ações para argumentar sobre as múltiplas vozes que emanaram daqui: das Minas, bem diferenciadas dos Gerais, como nos lembra Starling (2008):

Minas é a enfiada de cidades interligadas pelo caminho do ouro e dos diamantes, a região em contato constante com o mar, o mundo da ordem por onde a metrópole portuguesa se transpôs ao interior. Já os Gerais são outra coisa: a inexistência do ouro, a ausência de governo, o abismo do desconhecido, o espaço vazio, a fronteira aberta, o potencial de liberdade, o risco da barbárie. Na perspectiva do conceito, os Gerais surgem subordinados às Minas – é sua oportunidade de expansão. (STARLING, 2008, p.99).

Expansão ao norte devidamente acompanhada por Guimarães Rosa (1908-1967), capaz de apresentar as múltiplas vozes do sertão das Gerais (STARLING, 2008). Algo semelhante ao que se propõe Carvalho (2005) não pela literatura, para dizer das várias Minas de liberdade, de tradição e de progresso - que dão vozes às Minas de ouro, terra e ferro, respectivamente: “Grito, cochicho e conversa, combinados em arranjos variados, nem sempre harmônicos” (CARVALHO, 2005, p.56). Entre as vozes do ouro, o autor destaca Felipe do Santos (1680-1720), Tiradentes (1746-1792) e Teófilo Otoni (1807-1869); Bias Fortes (1847-1917) e Silviano Brandão (1848-1902) são vozes da terra; João Pinheiro (1860-1908) está na transição para as vozes de ferro de seu filho Israel Pinheiro (1896-1973) e Juscelino Kubitschek (1902-1976), o JK; somados a esses últimos a liberdade defendida por Milton Campos (1900-1972) e a tradição de Tancredo Neves (1910-1985).

A primeira voz era a da sociedade marcada pela economia do ouro. Era a voz da Minas mineradora, urbana, caótica, rebelde. A Minas do sonho e da liberdade. A segunda era a voz da sociedade dominada pela economia agrícola e pecuária. Era a voz da Minas rural, conservadora, ordeira, equilibrada, familística [...], e que é vítima de anedotas Brasil afora. A terceira era a do estado sacudido pela economia do ferro, das grandes siderúrgicas, da indústria pesada, das cidades industriais. Era a voz da Minas preocupada com a industrialização, a tecnologia, com o progresso econômico, anunciada desde a Inconfidência, esboçada no século XIX com a Escola de Minas de Ouro Preto, realizada a partir da segunda metade do século XX. (CARVALHO, 2005, p.56).

Aqui interessa-nos, principalmente, a segunda e a terceira vozes, capazes de forjar uma outra capital para as Minas, a Cidade de Minas, com o objetivo de representar o símbolo máximo dos entrelaçamentos entre as diversas Minas que habitavam o mesmo território; de

ser um caminho entre as vozes de ouro e a de ferro, almejada para o novo século que se aproximava. É se entranhar por essas vozes que nos permite argumentar, a partir de fragmentos de textualidades jornalísticas, sobre como as relações entre clubes de futebol, agentes políticos e sujeitos jornalísticos contribuíram na conformação da compreensão de modernidades da e para a cidade, entendidas aqui enquanto uma “modernidade desconfiada” de Belo Horizonte.

Para o jornalista Cid Rebelo Horta (1956), o problema do sistema de compromisso baseado no coronelismo estabelecido em Minas até então tinha como base a estrutura sócioeconômica e não administrativa, já que o sistema político-eleitoral, apesar das várias modificações, mantinha a concentração do poder local para os senhores e seus territórios de domínio. Dessa maneira, a elite tradicional de Minas era descendente dos “homens bons” do período colonial, aqueles que comandavam as vilas presentes nas áreas concedidas pelos portugueses para as gigantes propriedades rurais. Com a passagem do tempo, os membros mais jovens das famílias substituíam aqueles que se incapacitavam ou faleciam.

Constituídas do entrelaçamento de três e mais “famílias nucleares”, as famílias “extensas” mineiras formavam como que círculos endogâmicos. Cada círculo era a área social de uma vasta parentela contígua num largo domínio de terra. Num círculo, por mais fechado que fôsse, sempre apareceria um membro mais ousado que ia ligar-se, por laços de casamento, com outro círculo socialmente vizinho. [...] Formou-se, dessa forma, no tempo, uma verdadeira cadeia de círculos familiares, ou parentelas, cujos membros ora os sucedem nas tarefas da chefia política local e regional, ora se alternam. É a constelação governamental de Minas Gerais. (HORTA, 1956, p.59).

Belo Horizonte, nessa sua busca pela modernidade, portanto, foi criação do que Horta (1956) chamou de 27 famílias governamentais de Minas Gerais, cujo mais influente ramo possui como matriarca Joaquina de Pompéu (1752-1824), a fazendeira escravocrata que dominou a entrada dos Gerais no fim do período colonial. Seus descendentes prevaleceram na cena política mineira e brasileira durante o Império e a República, entre os quais Francisco Campos (1891-1968), Benedito Valadares (1892-1973), Gustavo Capanema (1900-1985), Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) e José de Magalhães Pinto (1909-1996).

Entre esses nomes que contribuíram para a modernidade desconfiada de Belo Horizonte que propomos, vários deles estão em volta da política mineira e brasileira nos anos 1930. Para entender no que constitui os anos finais da década de 1940 é preciso voltar em 1933 e perceber a solução varguista por um entre os vários nomes das famílias governamentais mineiras depois da estratégica contribuição das elites mineiras para o desfecho vitorioso da Aliança Liberal (MINAS GERAIS, 1989).

Mas será o Benedito? Sim, o descendente de Joaquina (HORTA, 1956) era Benedito Valadares Ribeiro, cuja inexpressividade política a nível estadual, apesar de ter sido eleito deputado constituinte, era contrastada pelo domínio em Pará de Minas, onde era prefeito quando ocorreu o golpe de outubro de 1930. É possível que certa marchinha, “Será o Benedito?”, do Carnaval de 1932 tenha contribuído para a lembrança do presidente-interventor Getúlio Vargas (1882-1954) ao nome do mineiro. Lauand (2020) assegura que a marchinha que chamava algum Benedito de azarado, capaz de apenas vender pipoca e amendoim torrado, foi a origem primeira da expressão que passou a ser ainda mais popularizada com a nomeação de Valadares para a intervenção estadual. Entretanto, Bojunga (2001) destaca o comando de Benedito e suas relações familiares, enquanto chefe de polícia, quando da revolta paulista em 1932. Ele era concunhado do capitão do Exército Ernesto Dornelles (1897-1964), membro do Estado-Maior e primo de Vargas, que era casado com a irmã de sua esposa Odete. Foi a Valadares quem Vargas recorreu para a nomeação de Ernesto para o comando da força policial mineira logo após ter concedido para Benedito o cargo de interventor. Uma nomeação obrigaria a outra, mas houve ampla resistência mineira a submeter sua polícia ao exército de Vargas, o que aconteceu apenas em 1936 e abriu mais um caminho de não resistência ao Estado Novo.

Para perceber esse entrelaçamento entre as vozes de Minas da terra e do ferro, os anos 1940 oferecem a possibilidade de compreender certas tensões na argumentação de uma BH voltada ao moderno (BAHIA, 2011), ainda mais após o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945). Foi neste período de reconstrução democrática, com eleições sendo realizadas e novas constituições sendo outorgadas que o município cujo projeto urbanístico tinha como inspiração a “cidade jardim” comemorou o seu cinquentenário, em 1947, com a primeira eleição direta elegendo o prefeito Otacílio Negrão de Lima (1897-1960), o vice-prefeito Bento Gonçalves Filho (1912-1984) e os novos vereadores - que restituíram a Câmara Municipal, suspensa após o início do regime ditatorial. Como destaca Duarte (2009), o conceito de cidade jardim estabelecia para as autoridades municipais “poderes suficientemente fortes para delimitar e manter o regime de propriedades, planificar a cidade e suas construções, além de garantir os serviços básicos” (DUARTE, 2009, p.26).

O Diário de Notícias, periódico do Rio de Janeiro, também relata essas características tensionadas da “cidade jardim” ao comentar o resultado das eleições municipais realizadas em novembro de 1947. Ao questionar se as propostas de Otacílio estariam em prumo com os afazeres do então governador udenista Milton Campos, o periódico tende a argumentar que tal oposição - de um prefeito eleito que pensava, desde então, em assumir em um futuro

democrático o Palácio da Liberdade - poderia atrapalhar as relações da cidade com o governo estadual. Era uma cidade que prometia lotear grande parte do Parque Municipal e lindas avenidas, como revela o jornal, mas capaz de varrer apenas as ruas onde os bondes passavam, com lixo espalhado nas demais, mesmo “nos pontos bem edificadas, com residências importantes” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1948). Isso em uma BH em que os prefeitos anteriores haviam sido nomeados pelo governador, mas que também contava com um caixa financeiro bem deficitário, o que impunha várias dificuldades, como aponta Barreto (1948).

As comemorações do cinquentenário, que aconteceu em 12 de dezembro de 1947, inclusive, ficaram marcadas pelo que deveria ter sido, não pelo que foi. O presidente da Comissão do Cinquentenário Abílio Barreto (1883-1959) conta que no final do mandato o então prefeito Juscelino Kubitschek, em junho de 1945, instaurou um decreto que colocou em vigor a Comissão do Cinquentenário, com o objetivo de

promover e coordenar as medidas administrativas de propaganda indispensáveis à comemoração do cinquentenário da fundação da Capital, ordenando que os departamentos administrativos da Prefeitura deveriam prestar à Comissão toda a cooperação que lhes fosse solicitada, não somente no que se referisse a informações e dados estatísticos, mas também a medidas de execução. Autorizou-a, por igual, a obter a colaboração das entidades culturais e órgãos de classe (BARRETO, 1948, p.2).

Porém, as inconstâncias políticas e econômicas impediram a festa de acontecer como deveria. Após a destituição de Getúlio Vargas do Palácio do Catete, a cada novo ocupante do Palácio da Liberdade, alterava-se também o dono da principal cadeira da avenida Afonso Pena e com isso os preparativos para a festa do cinquentenário. Foram cinco os nomes que assumiram a prefeitura desde novembro de 1945 até a posse de Otacílio em 12 de dezembro de 1947. Apesar disso, em 1946, foi elaborado um audacioso programa geral de festividades. Entre as iniciativas estavam a realização de exposição retrospectiva sobre BH, a ser realizada em pavilhões construídos especialmente para a ocasião; a construção de um monumento histórico em granito sobre a história da cidade para ser colocado em praça pública; exposição agropecuária na Fazenda da Gameleira; construção de um parque na região da Cidade Jardim; a realização de uma Exposição Nacional na Pampulha, com representantes de todas as outras capitais do país, inclusive com incentivo financeiro público para a construção de hotéis na cidade a fim de receber tantos visitantes; a realização de um torneio esportivo durante o período das comemorações; entre outras, das mais de 20 medidas previstas no plano inicial. (BARRETO, 1948).

A Belo Horizonte que pretendia mostrar-se ao Brasil como símbolo de um futuro ainda buscava nessas intenções obrigar que donos de prédios e casas limpassem seus passeios antes

do cinquentenário. Além disso, diante das dificuldades financeiras para as tratativas iniciais da festa, prestou-se a pedir doação aos municípios do Estado para a comemoração. Os que doaram, tiveram suas contribuições devolvidas pela não realização dos eventos. Por fim, as modestas comemorações foram realizadas com o apoio da Secretaria de Agricultura, que inaugurou nova exposição na Feira Permanente de Amostras, e programações populares como shows e teatros infantis, show de dança, distribuição de medalha comemorativa, missa e a posse do prefeito e do vice-prefeito eleito, que acabou sendo um dos principais eventos do dia. O outro foi a cerimônia - marcada pela exibição do hino escrito por Barreto para a comemoração do cinquentenário - realizada no Instituto de Educação que contou com a presença do governador e de homenagens àqueles que residiam na cidade desde sua idealização. (BARRETO, 1948).

Enfim, como alerta Barreto (1948) parece ter existido a intenção de nada fazer, por parte daqueles que comandaram a prefeitura, sob alegação de dificuldade financeira. Se as comemorações frustraram o exibicionismo da cidade que pretendia mostrar seu evoluir, ao longo do final dessa década, já durante a gestão de Otacílio, oportunidades foram construídas, sendo a principal o debate sobre a participação da cidade enquanto sede da Copa do Mundo de Futebol de 1950, o que aconteceu com o apoio também dos novos vereadores, como Padre Cyr Assumpção (-), Jorge Ferraz (1914-1994), em relação ao futebol amador, e o Álvaro Celso Trindade (1915-1948), o cronista esportivo conhecido como Babaró. Ribeiro (2021) observa, ao acompanhar os processos eleitorais municipais pós-democratização pela imprensa local, como o futebol e suas relações com as classes populares eram utilizados para a conquista de votos. “A manutenção de vínculos entre clubes e lideranças políticas locais fica ainda mais evidente quando são examinadas as relações mantidas com integrantes dos poderes legislativos, notadamente vereadores”. (RIBEIRO, 2021, p.38).

A Folha Esportiva, de dezembro de 1946, mostra que essa relação não era apenas a nível municipal. Os cronistas esportivos pediam para que os leitores do jornal votassem em um de seus para ocuparem a Assembleia Legislativa. O texto publicado, assinado por membros da Associação Mineira dos Cronistas Esportivos (AMCE) - criada em julho de 1939, para agregar os profissionais que trabalhavam com o esporte tanto nas rádios quanto nos impressos. Entre seus fundadores estão nomes como Domingos D'Ângelo (-), Ney Octaviani Bernis (-), Julio Correa de Melo (-), Álvaro Celso de Trindade, Joaquim Brum de Almeida (-), José Olinto Mourão Prado (-), Marcelo Coimbra Tavares (-), José de Araújo Cotta (1924-2008), Rui de Castro Miranda (-), Osvaldo Bráulio Vilhena (-) e Canor Simões Coelho (-). (AMCE, 2020) - entre os quais estavam o presidente José de Araújo Cota e

Januário Carneiro (1928-1994), dizia não ter um partido em específico, no caso o Partido Republicano, mas apenas um nome para deputado.

Jamais em sua vida cheia de triunfos e de vitórias pontilhadas de dificuldades e de recifes, a AMCE tomou qualquer partido político ou se deixou envolver por paixões que pudessem ferir-lhe a integridade ou macular-lhe a sua vida voltada só a serviço da causa esportiva de nosso glorioso Estado. Mas que serviço maior, que maior benefício poderíamos prestar ao desporto senão apoiar a candidatura do nosso brilhante colega Álvaro Celso da Trindade. Ele por si só representa uma jornada de triunfos, uma cruzada de láurea à causa esportiva de Minas. Álvaro Celso da Trindade será por mérito, por justiça, por direito, por consciência, o candidato único e absoluto do esportista mineiro. (AMCE, 1947, s/p),

Álvaro não seria eleito naquele janeiro de 1947, mas apenas em novembro - dessa vez, para o cargo de vereador de BH. A partir desse exemplo, consideramos que, na configuração da imprensa da cidade, desde os anos 1920, elementos do poder político, imprensa e clubes de futebol se misturaram na conformação heterogênea de Belo Horizonte, pois para além de ser o futebol uma prática de lazer, tornou-se um organizador do cotidiano da população (ANTUNES, 1995; MAYOR, 2017). Nesse período dos anos 1940, mais precisamente em 1948, o então prefeito de Belo Horizonte Otacílio Negrão de Lima (gestão 1947-1951) liberou, em forma de crédito, nove milhões de cruzeiros para os principais clubes de futebol da cidade: América, Cruzeiro, Atlético e Sete de Setembro; e pouco mais de dois milhões de cruzeiros para os clubes amadores (BELO HORIZONTE; PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1948). O valor de 9 milhões correspondia a cerca de 500 mil dólares estadunidenses e o dinheiro aos amadores cerca de 100 mil dólares ou cinco mil salários mínimos do período (RIBEIRO, 2021), pois de acordo com a edição do jornal Correio da Manhã, de 4 jun. 1948, a cotação de 1 dólar estadunidense equivalia a 18,72 cruzeiros.

Para o prefeito, investir no esporte além de um “físico perfeito será apenas reflexo do espírito bem ajustado”: uma espécie de “trabalho patriótico” capaz de desviar “os moços do botequins e das casas de jôgo”. Patriotismo iniciado por ele ainda na década anterior, quando prefeito, construiu a sede do Minas Tênis Clube (MTC), em área nobre da capital. Naquele momento, a justificativa do que ele chamou de “socorro dos clubes esportivos” foi em função das dificuldades impostas pelo profissionalismo aos grandes clubes e pelo amadorismo a ausência de praças esportivas para subirem, então, de categoria com o dinheiro arrecadado pelos ingressos (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1948, p.143).

No ano seguinte, segundo Souza Neto (2012), o prefeito acordou com a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) o pagamento de cerca de cinco milhões de cruzeiros (270 mil dólares estadunidenses) para Belo Horizonte ser uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 1950. Entre os participantes da negociação estava o presidente da Câmara, o padre

Cyr Assumpção, que participou das negociações diretamente do Rio de Janeiro, em julho de 1949, quando visitou a cidade juntamente ao prefeito Otacílio. Além de padre, o vereador também era presidente do Conselho Deliberativo do Sete de Setembro e associado do Clube Atlético Mineiro.

De acordo com Simões (2012) parte desse valor não chegou a ser pago, cerca de um milhão e setecentos mil cruzeiros, porque o prefeito alegou prejuízo pela não realização de partidas importantes na cidade. Em edição do *Jornal de Sports* de 30 de junho de 1950, o correspondente local para o jornal carioca, Januário Carneiro, informava que em declaração aos cronistas locais, o prefeito tinha afirmado que a CBD havia rompido o contrato anterior devido às escolhas dos jogos para a cidade e que a subvenção seria onerosa demais para o caixa municipal. Até aquele momento, apenas dois jogos tinham sido realizados, com público de no máximo 10 mil pessoas por partida, número bem inferior aos que compareciam nas partidas com equipes locais. Otacílio também assumiu a finalização, com recursos da prefeitura, da obra de construção do estádio Independência, apesar de ter deixado uma das laterais do estádio sem a construção de arquibancadas (SIMÕES, 2012). A situação após a inauguração era bem similar aos outros estádios, como o Alameda, ou pior, se considerarmos que a área ainda era pouco urbanizada. Como relata Lima (2004), “a água era pouca, dentro do estádio. As instalações sanitárias, precárias. Os vestiários dos jogadores, bem modestos. Não era em todo jogo que a água do chuveiro era quente...Cabines de rádio? Nem pensar. Transmitia-se das laterais do gramado (LIMA, 2004, p.45).

“O dinheiro do Otacílio”, então, é uma metáfora utilizada aqui para indiciar as relações entre as modernidades dos clubes de futebol, dos agentes políticos e dos sujeitos jornalísticos que conformam o que seria a Belo Horizonte principalmente durante a gestão Otacílio Negrão de Lima (Partido Republicano, 1947-1950), a partir do entendimento do fazer jornalístico enquanto sedimentado por convenções em torno de dinâmicas comunicacionais historicamente situadas - como pode ser compreendido a partir de uma virada em relação ao entendimento do texto enquanto textualidade, como pressupõe a linha de pesquisa no qual ele está inserido. Em coletânea que insere esse entendimento, Abril (2018) diz ser um acerto o uso do sufixo idade, capaz de propiciar um “labirinto de sentidos” a partir de um “tecer-se e um devir”. (ABRIL, 2018, p.13).

Nesse sentido, explica Leal (2018) que se uma noção anterior pressupõe o texto enquanto um todo homogêneo, verbal, fechado em si, a noção a ser utilizada nesta pesquisa pressupõe um texto enquanto formado por parte de um processo mais amplo que o anterior, em que ele torna-se inerente em qualquer processo comunicativo, visto que passa a ser um

modo de apreensão do social, a partir de seus sentidos de significação. A noção de textualidade, assim, é a maneira de acessar o processo da comunicação. Dessa forma, diz respeito aos modos de investigar os textos, à essa captura dos movimentos dos textos nas redes que o conformam, o que possibilita apreender sobre as contradições, as disputas e as relações temporais.

[...] os textos contêm, em maior ou menor grau, um elemento de criatividade, de diferença, de alteridade. Como vimos, a passagem da ideia de texto como algo estável para seu entendimento como processo, como práticas sociodiscursivas historicamente situadas, desloca um conjunto de pressupostos com os quais estamos acostumados. Abrem-se também um vasto terreno de investigação, tanto na abordagem dos fenômenos conceituais como do ponto de vista teórico-metodológico. Há, portanto, nessa interdependência entre textos e comunicação, muito o que refletir, analisar, investigar. (LEAL, 2018, p.33).

Em modo complementar, Antunes (2014) destaca que, ao olhar para uma notícia em um impresso, é preciso atentar-se para além da narrativa do artigo observar outros elementos - títulos no tempo verbal do presente, nomes, datas - que constituem e dão forma à historicidade da notícia.

Elementos paratextuais como o “chapéu” (expressão curta colocada acima de um título e que indica o assunto de que trata a matéria) não só particularizam e especificam uma dada editoria no jornal, mas implicam o fato em uma perspectiva de duração, inscrevem-no em um contexto alargado, condensam uma certa historicidade. (ANTUNES, 2014, p. 163).

Aspecto que pode ser observado, por exemplo, a seguir, pela edição nº8 da Folha de Minas Esportiva, de 27 de setembro de 1949:



Figura 1 - Capa Folha de Minas Esportiva (27 set. 1949)

Se o cabeçalho do jornal apresenta o tradicional nome do periódico, o “esportiva” é grafado como se fosse uma caneta a assinar, de modo moderno, não usual. O primeiro e o segundo terço da página são ocupados por seis fotos da presença do presidente da Federação Internacional de Futebol (FIFA), Jules Rimet (1873-1956), de 75 anos, em Belo Horizonte, poucos meses antes da cidade sediar jogos da 4ª Copa do Mundo de Futebol, que tinha acontecido pela última vez na França em 1938, não sendo mais realizada nos anos seguintes em decorrência da Segunda Guerra Mundial. No centro do que a Folha chamou de “arranjo fotográfico” está Rimet, cercado por microfones. Em todas as fotos, aliás, os personagens estão rodeados por microfones - um deles o jornalista Adelchi Ziller (1918-1984), importante jornalista esportivo da cidade e assessor político de Juscelino Kubitschek que anos depois

escreveria a Enciclopédia do Atlético Mineiro. Nas outras fotos, entre os entrevistados está Rivadávia Correia Meyer (1902-1966), então presidente da CBD. O título: “Minas Gerais rendeu tributo de sua admiração ao esportista francês”.

No último terço da capa, o destaque mínimo na direita é a liderança do São Paulo no campeonato “bandeirante”. Porém o realce é “O conto das apólices”, uma chamada de cinco parágrafos que chama de “oportunismo político” a busca de voto para as eleições seguintes, em torno do esporte mineiro. De modo que os atos são públicos, para impressionar as torcidas, mas os objetivos principais e as consequências, veladas. Como no caso da escolha dos clubes pela Câmara Municipal para receber o auxílio municipal: sem efetivá-lo aos amadores, enquanto os selecionados recebiam os valores com a correção de juros decorrente do atraso da liberação do dinheiro. Antunes (2014) nos provoca a pensar que antes de ser um instante flagrado, a fotografia nos jornais produz “um sentido de atualidade articulando uma representação do presente com a de um tempo imemorial, ao comporem os quadros imagéticos dos acontecimentos com certos arquétipos pictóricos que alimentam a cultura da sociedade contemporânea.” (ANTUNES, 2014, p. 157).

Ele reforça que entre as maneiras de entender a relação entre o tempo e o jornalismo estão a “forma como o jornalismo põe em relações diferentes dimensões temporais presentes na vida social; e a própria maneira como o jornalismo se revela como uma maneira de lidar com categorias temporais que orientam a vida cotidiana”. (ANTUNES, 2014, ps. 157 e 158). Nesse sentido, como visto, podemos apresentar pelo impresso características que abrem possibilidade para questionarmos as relações temporais da modernidade que perpassavam Belo Horizonte: a Folha de Minas Esportiva, que mostrava seu repórter na capa para reforçar a presença no grande acontecimento da cidade no dia anterior. Ao mesmo tempo, afirmava ser contra a ausência de dinheiro ao futebol amador, mas prestava homenagens aos idealizadores de uma competição caríssima que emergia como mais um componente da modernidade desconfiada belorizontina.

Como explica Souza Neto (2012), em 1938, em uma reunião para a definição da sede da próxima edição da Copa, o Brasil apresentou sua candidatura, assim como a Alemanha e a Argentina. O Brasil do Estado Novo tinha objetivo de mostrar seu modelo de país ao mundo em um esporte em que era a única equipe nacional a ter participado de todas as três edições anteriores do torneio. Com a 2ª Guerra Mundial, a Fifa só discutiu novamente a questão em 1946. Em uma Europa devastada pelo conflito, e com a desistência da Argentina, o Brasil teve sua participação confirmada na Copa do Mundo. Mas Belo Horizonte apenas foi assegurada

como cidade sede em 1949, com a assinatura do contrato entre a prefeitura e a CBD em agosto, um mês antes da presença de Rimet, que já havia visitado a cidade nos anos 1930.

A matéria da Folha de Minas Esportiva, de certo modo, mostra esse clima de festa, de ovação, de uma expectativa pelo que estava por vir. Nesse sentido, Antunes (2014) explica que

a notícia funciona como uma espécie de ‘ritmista’, que cadencia de alguma maneira a passagem do ‘bloco’ da vida social. Periodicidade, a fixação da atualidade em um presente da enunciação, a urgência como publicação imediata de uma apuração recente, são todos aspectos da temporalidade social marcados por essa ritmização no âmbito da notícia (ANTUNES, 2014, p.161).

Desse modo, são pelas notícias em suas páginas de jornais que pretendemos buscar essa temporalidade da modernidade belo-horizontina pelas relações esportivas, políticas e jornalísticas que conformam e são conformadas pelo “o dinheiro do Otacílio” a partir da indagação de Brandão (2018), quando da 12ª segunda década de fundação da cidade, sobre o que restou da modernidade de Belo Horizonte. Essa modernidade pretensamente perdida emerge neste texto pelo jornalismo, principalmente dos anos 1940, década do cinquentenário da fundação da cidade e da criação de lugares de memória, como a Lagoa da Pampulha, que ainda repercutem na BH contemporânea.

Não apenas esses lugares ainda ressoam, como a própria noção de modernidade ainda está muito presente nas relações que perpassam esse entrelaçamento aqui proposto. O futebol nos anos 2020 ganha novos contornos com a construção de mais um estádio na cidade, apresentado como a arena “mais moderna e tecnológica da América do Sul” (MINEIRO, 2020), o Elias Kalil (1930-1993), na região oeste da cidade, quase na divisa com a Cidade Industrial, de Contagem. O homenageado é ex-presidente do Atlético Mineiro e, não por acaso, pai do prefeito, desde 2017, da capital mineira Alexandre Kalil (1959-), também ex-presidente do clube, líder na condução de um dos principais títulos de futebol da equipe, o da Libertadores da América de 2013. Um dos realizadores e patrocinadores do estádio, o empresário e engenheiro atleticano Rubens Menin (1956-) não só investiu na tecnologia da arquitetura e engenharia da obra mas também comprou, em 2021, uma das rádios mais ouvidas da cidade, a Itatiaia, que tem, desde então, como um de seus executivos o jornalista esportivo e deputado estadual João Vítor Xavier (1982-), com a promessa de continuar a tradição do jornalismo praticado pela emissora (ITATIAIA, 2021) - que teve como fundador Januário Carneiro que, como veremos, será importante personagem dentro do período estudado neste trabalho - enquanto a lógica organizacional de "multiplataforma" é implementada (SACCHITIELLO, 2021).

Outro deputado, Alencar da Silveira Júnior (1962-), ex-repórter esportivo, é um dos mais atuantes diretores nos últimos anos e atual presidente do América, clube que afirma ter uma “gestão moderna administrativamente”, tanto que aderiu ao que propõe uma nova legislação nacional: a criação da Sociedade Anônima do Futebol (SAF). Com a promessa de “modernizar o futebol brasileiro por meio do direito societário”(BENRADT, 2019, p.), ela permite que clubes associativos criem um novo registro jurídico e comercial, que pode ser negociado, para sua parte futebolística, o que beneficia principalmente clubes perto da insolvência civil, como é o caso de outro clube da cidade, o do Barro Preto.

O Cruzeiro, após décadas de liderança da família Oliveira Costa - cujos membros chegaram a ocupar o cargo de senador, o Zezé Perrella (1957-); de deputado estadual, seu filho Gustavo (1983-) - e de outros nomes ligados à família, também aderiu à nova lei, após centenas de ações judiciais contrárias ao clube nas mais diferentes esferas da justiça brasileira. O atual acionista majoritário da parte futebolística do Cruzeiro, Ronaldo Nazário (1976-), empresário e ex-jogador da equipe nos anos 1990, promete fazer uma “gestão moderna e profissional”, centrada no corte de gastos.

É essa Belo Horizonte, já diferente daquela que foi questionada por Brandão (2018), que caminha para seus 125 anos de fundação ainda imersa em discursos em torno de “modernidades” que ainda parecem bem distantes de serem efetivadas - é, enfim, a concretização do estádio do Atlético, no limite máximo da margem de BH; é o América se posicionando para voltar a ocupar o espaço que tinha na cena do futebol belo-horizontino há cem anos; e o Cruzeiro que tenta fazer sobreviver seu futebol - feito as modernidades que, reunidas, chamamos de “desconfiada”, capaz de temer sua própria sombra formada por suas esquinas, em busca de um futuro nunca alcançado, apesar de sempre almejado, muito antes dos anos 1940 ou dos anos 2020.

Enfim, para buscar essas temporalidades da modernidade nos anos 1940 pelo jornalismo, os periódicos que compõem o acervo digital da Coleção Linhares são as materialidades principais utilizadas para fazer cumprir nosso objetivo. A Coleção, comprada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1976, é composta por publicações periódicas de BH recolhidas por Joaquim Nabuco Linhares (1880-1956) entre 1895 e 1954. Com detalhamento, o autor escreveu um catálogo com a descrição (formato, propriedade, periodicidade, jornalistas responsáveis) de cada publicação, o que totaliza 839 resenhas.

Diante da pandemia de Covid-19 e o acesso ainda limitado às fontes presenciais, o trabalho dispôs do acervo digital disponibilizado pela UFMG, por meio do Setor de Coleções Especiais e Obras Raras da Biblioteca Universitária. Como o serviço digital da Linhares, em

portal específico, estava temporariamente indisponível, foi solicitado, via e-mail e contato telefônico, um outro meio de acesso ao acervo. Após pouco mais de um mês dos insistentes pedidos, a Biblioteca Universitária disponibilizou o acesso, por meio de um link privado, a um serviço de armazenamento de arquivos digitais da empresa Google, com parte do conteúdo da Linhares em modo digital. Os arquivos estavam organizados em pastas a partir dos nomes dos periódicos e dos anos das publicações. A partir disso foi feita a seleção inicial pelos periódicos que dizem sobre o período entre 1947 e 1950 - referente ao cinquentenário da cidade, quando Otacílio reassume a prefeitura, e houve a liberação de capital financeiro ao esporte, que culmina com a realização da Copa do Mundo. Desse período, fizeram parte do *corpus* deste trabalho “Folha de Minas Esportiva”, “Folha Esportiva”, “Vida Esportiva”, “América, a voz dos americanos”, “Informador esportivo”, “Tribuna de Minas Esportiva”, “Olímpica, o Cruzeiro em foco”, “Campeão, o Atlético em Revista”,

Em seguida, foram selecionados os esportivos cujos exemplares disponibilizados dizem sobre os seguintes tópicos: “estádios” e “eleições”. A escolha desses tópicos parte, como visto anteriormente, de uma argumentação sobre a importância dessas questões para o desenvolvimento de uma BH desconfiadamente moderna, em torno de seus estádios - novos ou recém-reformados - e as primeiras eleições municipais após o fim do Estado Novo.

Desse conjunto emergem, em perspectivas distintas em torno “do dinheiro do Otacílio”, principalmente, “América, a voz dos americanos”, em relação ao estádio do América, o estádio Independência e ao empréstimo municipal concedido ao clube; “Folha de Minas Esportiva”, com as repercussões dos empréstimos aos clubes; “Olímpica”, sobre o estádio do Cruzeiro - o Juscelino Kubitscheck. Sem deixar de lado, mas com menos enfoque o “Tribuna de Minas Esportiva”, sobre a apuração posterior ao término do mandato de Otacílio em relação ao dinheiro emprestado ao América e “Vida Esportiva”, sobre o estádio do Atlético na Pampulha.

É importante salientar que a Coleção Linhares não oferece as edições completas dos periódicos, ou as edições sequencialmente. Como nos faz lembrar Le Goff (2013), documentos não são formados por uma coleção completa, mas por fragmentos selecionados por aqueles que fizeram a guarda, a proteção, a seleção desses materiais. Os aqui utilizados, portanto, são aqueles que foram colecionados por Nabuco Linhares e, posteriormente, digitalizados pela UFMG. Conforme alerta Andrade (2016), que também utilizou o acervo do colecionador:

Os escritos de Linhares, além de estarem entre nossas principais fontes documentais, relembram-nos que é preciso um cuidado na análise do vasto material manuseado.

Nossa investigação, que resenha e escrutina as folhas antigas, depara-se com o exercício intelectual e apaixonado de quem fez isso antes de nós, um personagem revestido de certa autoridade por ter sido contemporâneo das publicações que descreveu e por ter vivido ativamente o ambiente da imprensa da época. (ANDRADE, 2016, p.41).

Ainda nesse sentido, Le Goff (2013) entende sobre a necessidade de crítica aos documentos diante do fato deles serem compreendidos enquanto uma construção das relações de saberes e forças que os preservaram e que os conformaram sobre o que é chamado por ele de monumento - a inevitabilidade da sociedade de produzir memória e narrativas sobre si. Para fazer valer essa afirmativa é que olhamos para o jornalismo a partir de suas lacunas. Diante disso, da compreensão de que assim como os documentos o jornalismo não consegue alcançar a totalidade de narrar sobre a qual se propõe, nos detemos aos fragmentos, como veremos, não apenas da Coleção Linhares.

A partir disso, para buscar indícios da modernidade belo-horizontina pelas narrativas desses periódicos, entendemos o conceito de narrativa baseada na noção de tríplice mimese proposta por Ricoeur (1994). Nesse sentido, a narrativa constrói e movimenta sentidos no mundo, pois é ela que possibilita soluções provisórias para a experiência temporal. O movimento de Ricoeur entende o tempo e a tessitura da intriga enquanto elementos centrais na narrativa. É a intriga o próprio ato de estruturar a rede que compõe o ato de narrar, ao fazer do tempo humano. Este minimamente apreendido, a partir de articulações tensionadas entre passado-presente e futuro que formam uma “síntese do heterogêneo”.

Desse modo, para Ricoeur (1994), o trânsito da temporalidade elimina a possibilidade de uma sistematização definitiva da narrativa. Portanto, para ele, somente a narrativa é capaz de apreender as infinitas distensões que os sujeitos provocam no tempo. Em movimentos contínuos, esses sujeitos, ao narrar, agem e deslocam temporalidades a todo instante. Conforme destacam Leal e Carvalho (2017),

as narrativas são, precisamente, a via pela qual as aporias do tempo, embora não cesse, pois restará sempre uma inescrutabilidade das relações passado-presente-futuro, ao menos podem ser mitigadas pela possibilidade de compreendermos o tempo em termos de historicidade, implicando memória e esquecimento, características únicas da espécie humana (LEAL; CARVALHO, 2017, p.11).

Complementam Carvalho, Costa, Jácome e Leal (2021) que por isso existe a necessidade de examinar com minúcias as narrativas, deter-se para as temporalidades, os apagamentos, as hierarquias. São as narrativas, portanto, que nos permitem olhar para o jornalismo, a partir de suas textualidades, enquanto historicamente situado, capaz de ser buscado a partir das mesmas características que o faz existir, o ato de narrar. Manna (2016)

reforça que esse olhar do jornalismo constituído historicamente faz com que haja um deslocamento do jornalismo como forma de saber para um jornalismo em que as experiências são dadas a partir de determinada temporalidade acionada pelos nossos modos de ser e de agir no mundo, de compor as narrativas, no caso aqui proposto, que constituem certa modernidade belorizontina dada pelo impresso.

É neste sentido que Barbosa (2018) reforça a necessidade de refletir sobre os métodos a partir da percepção sobre os modos de se fazer história, de se acessar a história. Entre os quais está o aqui utilizado: quando os rastros são entendidos enquanto meios para respondermos nossas perguntas. Além disso, de acordo com a autora, as pesquisas da última década que trabalham na interseção entre história e imprensa entendem a história como esse “trânsito entre tempo, fundamental para a compreensão dos processos comunicacionais” (BARBOSA, 2018, p.21). Elas, em sua maioria, “transitam do passado para o presente e do presente novamente para o passado estabelecendo um fluxo de continuidades - que pressupõe rupturas também fundamentais -, numa história peculiar em que o contemporâneo figura explicitamente em cena”. (BARBOSA, 2018, p.30).

Para tanto, o contexto surge como importante operador metodológico porque há urgência em fazer desse gesto analítico uma maneira mais produtiva de apreender as intrigas que compõem as narrativas jornalísticas, em suas complexas relações temporais. Afinal, “narrar não é somente enredar-se em múltiplos contextos, como a noção de tríplice mimeuse permite vislumbrar, mas é um dos elementos constitutivos do contexto”. (LEAL; CARVALHO, 2017, p.40). Longe de ser apenas um entrelaçamento entre narrativas, afirmam os autores que

“Contextualizar”, portanto, mostra-se como um desafio produtivo, uma tarefa necessariamente difícil, uma vez que implica a articulação de relações diversas para a proposição de sentidos, significados e referências. Trata-se de uma operação, de um agir, cujo resultado produz um entendimento plausível, um saber em trânsito, mas jamais a estabilização do mundo (LEAL; CARVALHO; JÁCOME, 2019, p.15).

A partir disso, é o entendimento dessas páginas enquanto verbovisuais que se abre a possibilidade de romper e transitar pelos fluxos temporais que compõem um imaginário de uma cidade entendida enquanto voltada para o moderno e que tem no futebol e no jornalismo representações desse ideal. Assim, para buscar os índices da “modernidade desconfiada” pelas verbovisualidade dos impressos, compreendemos que a linguagem jornalística apenas se dá no entrelaçamento simultâneo entre as linguagens verbais, fotográficas, gráficas, de modo que isso seja sempre provisório, capaz de identificar apenas aquele determinado momento, aquela representação. De modo a atentar-se para os planos de enunciação verbais e não-verbais,

como a organização de páginas, cadernos, diversidade de tipos de letras, combinações entre fotografias e legendas. Mais do que buscar indícios, faremos um gesto de “desentranhamento”, de remover as camadas do texto enquanto perguntamos sobre “o dinheiro do Otacílio”. De acordo com a sinalização de Caldeira et. al. (2019),

Desentranhar pois é preciso ir até as entranhas, aos órgãos vitais que sustentam aquela narrativa, mas que não aparecem na totalidade de um corpo. Acessar as partes menos nobres e bonitas desse corpo, os intestinos, aquilo que não quer se ver, o asqueroso que se esconde na superfície (CALDEIRA et. al, 2019, p.94).

Tudo isso com a intenção de “capturar o invisível no visível daquelas inscrições materiais para interpretar essas pistas ” (CALDEIRA et. al., 2019, p.95). Contudo, segundo os autores, para sistematizar as textualidades é preciso também adotar um tripé metodológico que entende o jornalismo enquanto envolto em suas relações sociais e capazes, portanto, a partir de suas tensões políticas colocar em evidência, em seu modo de narrar o mundo, ou não, determinada temática. Em outras palavras, “suas histórias, suportes tecnológicos e alianças políticas têm importante participação para conformar o regime de visibilização” (CALDEIRA et. al, 2019, p.96).

De modo que à procura do invisível é preciso torcer o algodão que compõe a trama, a fim de encontrar os rastros, as fissuras que conformam o jornalismo analisado. Sem deixar de lado, como dito anteriormente, a necessidade de historicizar essas tramas com o objetivo de encontrar problemas, antes escondidos, para que possam ser colocados à superfície não por uma “análise da narrativa” de determinado periódico, mas por uma “análise narrativa” (LEAL; MANNA; JÁCOME, 2019, p.83).

No primeiro caso, tomaríamos cada texto como uma narrativa e abordariamos sua estrutura em busca de seus elementos composicionais. No segundo, cada notícia para (sic) a ser um fragmento, um nó, um componente de uma história que se desenrola em articulação com outros fragmentos, ao longo de um certo decurso temporal [...] Nesse movimento, é claro, os limites da notícia não encerram limites para análise, na medida em que as diversas notícias de um jornal vão sendo colocadas em articulação, ou mesmo se articulando com os demais textos do jornal: editoriais, colunas de opinião, entrevistas, peças publicitárias, tirinhas de quadrinhos etc. (LEAL; MANNA; JÁCOME, 2019, p. 83-84).

Assim, torna-se possível desentranhar, por uma análise narrativa, “o dinheiro do Otacílio”, sobretudo a partir dos periódicos anteriormente indicados. Para a seleção, buscamos no acervo dos jornais e revistas selecionados palavras-chaves que indicassem relação com o que pretendemos nos ater, entre as quais: -Otacílio., -Belo Horizonte., -Juscelino Kubitschek, -Pampulha.; - futebol.; - estádio.; -eleições.

No sentido de oferecer possibilidades complementares de entendimentos sobre o contexto, serão exploradas, a partir das mesmas palavras, a Hemeroteca da Biblioteca

Nacional, que também pôde ser acessada remotamente, sem a necessidade de ir presencialmente ao seu acervo físico na cidade do Rio de Janeiro. O uso desses arquivos é justificado, por exemplo, quando a Revista Olímpica cita apenas rapidamente - em um texto e em uma ilustração sobre novos loteamentos em BH - a idealização de um estádio para o Atlético na região da Pampulha, entre o Aeroporto de mesmo nome e a avenida Antonio Carlos. O projeto não só estaria pronto, mas também o terreno estaria sendo terraplanado no mesmo período do cinquentenário de fundação da cidade. Não havia informações complementares no material disponível digitalmente pela Linhares, apenas no da Biblioteca Nacional, por meio de edição de nº17, de 14 de fevereiro de 1948, da revista O Cruzeiro - também pertencente aos Diários Associados, assim como o Estado de Minas e o Diário da Tarde. Mas é importante reiterar que destacamos para esta pesquisa sempre o jornalismo produzido localmente em Belo Horizonte: só vão ser consideradas aquelas matérias que foram realizadas na cidade, seja com correspondente local ou enviado especial.

Para também contribuir nessa busca pelo contexto de “o dinheiro do Otacílio”, como proposto, outra fonte complementar de análise serão os “Relatórios dos Prefeitos”, que compõem o acervo digital do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Nesses documentos, o prefeito, pelos dados dos órgãos municipais, apresenta balanços sobre o que foi planejado e executado na administração municipal durante o determinado ano para a Câmara Municipal. Destacam-se os dois relatórios disponíveis sobre a segunda gestão Negrão de Lima referentes aos anos de 1948 e 1949, e sobre os anos de 1951, 1952 e 1953, do governo Américo René Giannetti (gestão 1951-1954), que indicam a continuidade de ações da gestão municipal anterior capazes de fornecer indícios para a argumentação sobre a modernidade desconfiada da cidade. Em resumo, o objetivo é ampliar a rede textual de modo a fazer reflexões combinadas sobre os temas - o que não impede, claro, apontamentos específicos sobre determinado periódico.

Portanto, a proposta é realizar três movimentos. O primeiro discute o futebol em Belo Horizonte a partir de seus espaços iniciais e de suas práticas sociais, como o longo processo de profissionalização que aconteceu a partir dos anos 1930. O segundo tem como marco a emergência da Revolução de 1930 e suas consequências para Minas Gerais. O terceiro movimento tem a pretensão de apresentar os ideais de modernidade que eram buscados pelos jornalistas que comandavam e trabalhavam nas redações da cidade. Esses movimentos têm como objetivo dispor de uma narrativa própria sobre o que pretendemos chamar de uma modernidade desconfiada de Belo Horizonte pelo dinheiro do Otacílio e são justificados por

estudos anteriores que identificaram, como a de Bahia (2011), as temporalidades diversas da modernidade na cidade.

Bahia (2011) aponta, por exemplo, os ideais que, aparentemente, desde a Revolução de 1930 conformavam uma Minas entre as tradições da terra e as de ferro, em que a modernidade era dada pelo urbano, pela “ênfase na indústria de base, sobretudo siderúrgica, sem entrar em choque com o setor rural e em ambiente político autoritário”. (CARVALHO, 2005, p.70). Como exemplo, esse processo de construção de um passado e de um futuro para BH tentou conciliar o tradicional, com a efetivação do museu histórico da cidade, com o moderno, pela idealização do Complexo Moderno da Pampulha. Explica a autora que:

Na arquitetura política e cultural do tempo no ambivalente processo de modernização de Belo Horizonte, e na modernização conservadora e ambígua do Estado Novo, a sucessão articula-se à simultaneidade; a mudança à permanência: o passado existe no presente – como memória, narrativa, reconstrução e reinterpretação – em reciprocidade com o horizonte criado de expectativa do futuro. (BAHIA, 2011 p.178).

Outra autora, ao mirar para o ano de 1948, Chacham (1994) compreendeu como a região do Bar do Ponto, na rua da Bahia com avenida Afonso Pena, foi forjada como um local de memória da cidade, mas que, paradoxalmente, não foi preservada como tal. Ela explica que na Belo Horizonte de então o argumento era que apenas o que fazia parte do plano de modernidade pretendido desde a idealização da capital deveria ser preservado. Como manifesta, “as demais ‘coisas velhas’ são tidas ora como insalubres, ora como pequenas, atrasadas - defasadas sempre, em suma, em relação à cidade. A característica principal da capital mineira é a eterna mudança e juventude: a cidade nunca deixa de mostrar suas rugas”. (CHACHAM, 1994, p.17). A modernidade a ser perseguida naqueles tempos do cinquentenário de fundação, era a da capital metrópole, de caráter desenvolvimentista, mas em meio às práticas oligárquicas que ainda se impunham nas relações sociais, o que vai ao encontro do entendimento de Paula (2018) sobre a idealização da cidade.

O autor explica que Belo Horizonte foi o primeiro grande monumento da República brasileira (1889), que tinha um duplo desafio ao ser realizada. O primeiro era substituir a condição colonial e imperial estabelecida no Brasil até então para propagar outros valores, em prol do positivismo. O outro desafio era construir uma cidade moderna, mesmo que para isso fosse preciso enfrentar a fúria, em um conflito violento, com os habitantes do Arraial Curral del Rei, existente no local desde o século XVIII, mas destruído quase em sua totalidade com o objetivo de não deixar marcas do passado, para sediar a nova sede do poder no Estado de Minas Gerais.

“Belo Horizonte nasceu da vontade disciplinadora do poder e da ciência”, destaca Paula (2019), ao afirmar que o traçado geométrico previsto para a cidade planejada nada mais era do que um exercício normativo que segregava futuros e antigos moradores do Cural:

A destruição da história viva de gerações que a nova ordem via como atraso a ser apagado pela força do planejamento, do ordenamento territorial, da seletividade de seus moradores, do controle de seus usos. Com efeito, a motivação disciplinadora e excludente que marcou o projeto de criação de Belo Horizonte foi contrariada desde o início por variadas formas de resistência. (PAULA, 2018, p.174).

As múltiplas resistências partiram das ocupações, pela população trabalhadora de baixa renda, dos espaços que faziam parte da cidade traçada pela comissão construtora, mas que estava alguns anos distantes de receber as melhorias adequadas para a moradia daqueles escolhidos para morarem na capital (AGUIAR, 2018). Belo Horizonte também tornou-se morada de trabalhadores do setor de serviços e do setor industrial. Nos anos 1930, o espaço contava com mais de duzentos mil habitantes previstos pelo plano de construção da nova capital. Era a BH que se modernizava, insubmissa, que “dispôs o que o plano pôs” (PAULA, 2018). E que nos anos 1940, quando afirmava ser uma metrópole, executava uma política social que culminou, rapidamente, em um desordenado crescimento demográfico:

Para a vida política municipal, a Constituição de 1946 foi fundamental, pois concedeu aos municípios razoável grau de autonomia, pondo fim ao advento do Estado Novo, que desde 1937 havia fechado todos os órgãos legislativos do País. A metropolização de Belo Horizonte concretizou-se por uma política econômica de caráter desenvolvimentista e inflacionária, com o incremento à industrialização. Porém, a ausência de uma política social coerente apresentou um processo veloz de crescimento demográfico desordenado, estabelecendo uma perversa e acelerada situação de favelização, motivo de grande preocupação do poder público da época. (BAHIA, 2004, p.132).

De tal modo que, em 1947, durante o governo estadual de Milton Campos (União Democrática Nacional), houve a continuidade de um planejamento para o desenvolvimento econômico e industrial regionalizado para todo o território mineiro, com Belo Horizonte sendo a representação principal de modernidade com origens na Revolução de 1930 e incentivada ainda mais pelo autoritarismo do Estado Novo (1937-1945). Enquanto Minas era comandada por um liberal, signatário do Manifesto dos Mineiros - ação de oposição ao regime varguista -, Belo Horizonte era comandada por um prefeito trabalhista, ex-ministro do Trabalho durante a ditadura do Estado Novo, mas que foi o principal artífice da construção da Lagoa da Pampulha, que seria símbolo da modernidade belo-horizontina naqueles anos 1940, com as obras arquitetônicas da gestão JK. Foi a Pampulha urbanística de Otacílio Negrão de Lima que fez o então garoto de dezesseis anos Hélio Pellegrino (1924-1988) escrever sobre o mar sem nunca ter estado presencialmente com ele (WERNECK, 1991). Este “gigante

atormentado” do primeiro poema publicado em 1940 do escritor e psicanalista, cerca de uma década depois romperia as suas barreiras construídas e se explodiria pela força de suas águas por vários bairros da cidade.

No esporte também houve essa busca da modernidade, afinal ele foi se constituindo junto com a cidade, principalmente o futebol, que desde os anos 1920 era o esporte mais popular de BH, e que foi do “amador” ao “profissional” ao longo dos anos 1930 e 1940 na cidade (MAYOR, 2017). Como enfatiza Mayor (2017), entre os indicativos desta situação estavam a

criação de estádios com capacidade para abrigar públicos cada vez maiores (neste caso, observa-se a intenção de ampliar a participação das pessoas, o que contrapunha um caráter particularizado e exclusivista dos primeiros anos do futebol na cidade); o recrudescimento das rivalidades clubísticas; o surgimento de um mercado consumidor e de iniciativas publicitárias em torno dos jogos e torneios; a participação do futebol, de forma cada vez mais intensa, nos periódicos citadinos; e a necessidade, cada vez maior, de se criar órgãos normativos para controlar o esporte. (MAYOR, 2017, p.328).

É a partir dessas disputas temporais que dão se a ver, como nos lembrou Antunes (2014), pelo jornalismo que pretendemos argumentar sobre uma “modernidade desconfiada”, que desconfia de si própria, que ainda persegue BH. Entre os exemplos de periódicos que falam sobre a política de incentivo ao esporte desse período estão a revista “América, a voz dos americanos”, de 1948, que define o prefeito como o mecenas do esporte; a “Folha de Minas Esportiva, que publicava a coluna crítica “Venenos da Torcida”, e o jornal “Tribuna de Minas Esportiva”, de 1952, que por outro lado informa sobre inquérito instaurado pela prefeitura para apurar o não recebimento de valores doados pela administração municipal anterior aos clubes. Jácome (2014) nos lembra que

o jornalismo, como qualquer outra formulação na linguagem, poderia ser definido como um simulacro, uma simulação da realidade. Tudo é interpretação, e nada existe para além da narrativa, tendo em vista que a linguagem é aquilo que possuímos para explicar o mundo, e ela nunca terá acesso a uma suposta realidade plena. (JÁCOME, 2014, p.192).

Desse modo, pelo gesto de narrar, ao fazer concordar nexos antes dispersos, o jornalismo afirma sobre determinado real, a partir de critérios adotados por ele. “Tal realidade, multifacetada e complexa, continua existindo e se alterando no contato com o espectador, que a reafirma, a rechaça, a tensiona, a modifica a partir de dados de sua própria experiência”. (JÁCOME, 2014, p.196). Assim sendo, o gesto de desconfiar não é apenas de uma ideal de modernidade de BH, mas de algo que está intrínseco a nós que pesquisamos, ao nosso gesto enquanto pesquisador, que busca, pelo jornalismo, propor olhar para uma cidade,

suas características, seus múltiplos modos de se relacionar com os sujeitos que nela viveram e que, mesmo sem saberem, contribuíram para a construção de um ideal de modernidade de Belo Horizonte. Enfim, são por essas bandeiras, muito mais que entradas, que partimos para argumentar sobre as modernidades que sustentaram a cidade pelo futebol, a política e a imprensa.

1. AS MODERNIDADES

A Modernidade, enquanto tempo histórico, tem o seu sentir inerente, um modo próprio de ser e de estar no mundo. E que para Walter Benjamin (1892-1940) está associada ao empobrecimento da experiência do sujeito, dada por diversas formas. Se antes o saber era voltado ao coletivo, pelas contações de narrativas míticas, portanto o ouvir e o falar sobre o mundo, com a modernidade e o declínio dessas narrações, foi se perdendo a sabedoria compartilhada, as memórias que fazem das experiências únicas dos sujeitos uma potência de ação. Como destacam Lima e Magalhães (2010),

a disponibilidade da memória é uma condição *sine qua non* para o intercâmbio de experiências, visto que é aí que as experiências permanecem retidas, passíveis de serem reportadas. É precisamente a ausência da memória que dissolve a experiência que é transmitida oralmente. E a memória só resiste no tempo se o ouvinte estiver receptivo, disponível, o que demanda um estado de descontração e de distensão espiritual que se assemelha ao tédio (LIMA; MAGALHÃES, 2010, p.150).

E essa disponibilidade não estava apta a surgir diante de cidades em que o conhecimento era uma distração, um entre tantos outros afazeres. A própria arquitetura das cidades dispunha dessa possibilidade de guardar vestígios que mostravam os sinais, as passagens do tempo. Essa superficialidade sem memória era a marca daquelas sociedades, apresentada por Benjamin, como lembra D'Angelo (2006) que para ele as grandes narrativas míticas substituídas pela informação jornalística eram mais uma das características da modernidade capaz de reduzir a experiência do indivíduo, diante de uma prática automatizada do fazer profissional da prática jornalística.

A autora ainda destaca que Benjamin identificou esse espírito de tempo pelos fragmentos. “Adotando um procedimento idêntico ao catar resíduos no lixo da história oficial, Benjamin construiu uma imagem da Europa do século XIX. Esse modo de contar a história é oposto ao que pretende contá-la ‘como ela realmente foi’, isto é, ao que cultiva as ilusões de neutralidade do historiador”. (D'ANGELO, 2006, p.249). Se aqui também partimos dos fragmentos, mas pelo jornalismo, é pelo transitar e pelo tramar das experiências jornalísticas de Belo Horizonte que pretendemos indiciar sobre essas modernidades de uma cidade que já nasce - aqui desconsiderando o antigo Curral del Rey - sob a égide da modernidade capitalista, essa em que a experiência é dada menos pelo sensorial e mais pelo o que é escrito pelo jornalista, capaz de fazer repercutir seu trabalho também pelo impresso. Afinal, para Benjamin, “a base social da *flânerie* é o jornalismo”:

O jornalista comporta-se como um flâneur, como se ele fosse consciente disso. O tempo de trabalho socialmente necessário à produção de sua força de trabalho

específica é, de fato, relativamente elevado; mas, ao cuidar de fazer com que suas horas de ócio no *boulevard* apareçam como parte desse tempo, ele o multiplica, aumentando assim o valor de seu próprio trabalho. A seus olhos e muitas vezes também aos olhos de seus patrões, este valor adquire qualquer coisa de fantástico. (BENJAMIN, 2009, p. 490, grifos do autor)

O tempo passa a ser um motor dessa modernidade, ou dessas modernidades que constituem e entrelaçam modos de vida em uma cidade que apagou, ou melhor, não deixou se configurar em memórias o que constituía anteriormente aquele território. Como nos lembra Calou (2018),

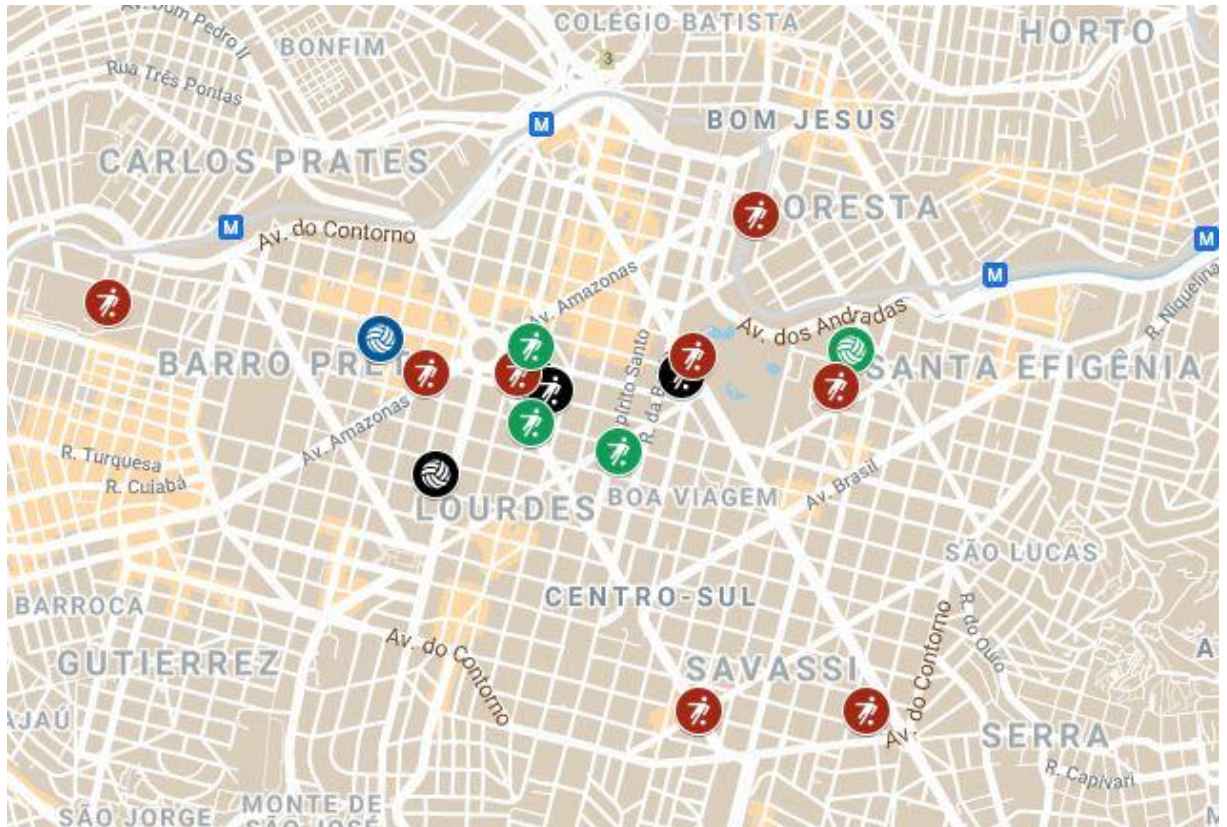
A pressuposição de um tempo vivo cujas transformações resultam em uma velocidade assimilável à faculdade perceptiva humana é o elo da corrente constituída entre uma geração e outra, uma vez que permite, em seus interstícios, o florescimento da partilha do sentido e do sentimento de pertencimento à coletividade. (CALOU, 2018, p.7).

Neste tempo, porém, nos lembra Benjamin (2009) há antigas experiências e, com elas, a tradição - que aqui nos é apresentada pelos rastros, que nos aproxima do presente, tanto pelos aspectos políticos e futebolísticos quanto pela imprensa, capaz de reverberá-la enquanto moderna. Quais seriam essas temporalidades coletivas, sobretudo as acionadas pelo jornalismo, que constituíam e formavam noções das modernidades dadas pelas entradas anteriores presentes na capital mineira são algumas questões que tentaremos apresentar a seguir.

1.1 Do futebol e seus espaços

É possível entender o futebol na cidade de Belo Horizonte a partir de múltiplas frentes de estudo, suas torcidas e suas formas de pertencimento, por exemplo, ou a partir de suas territorialidades. Até o final dos anos 1930, as principais praças de futebol correspondiam às áreas ocupadas pela cidade dentro da Avenida do Contorno. A exceção foi a experiência do Hipódromo Prado Mineiro, que deu origem ao nome do bairro onde estava localizado, como local de prática futebolística nos anos 1910 (SOUZA NETO, 2017). Como mostra o mapa elaborado por Amorim et. al. (2017), os campos estão concentrados na região central da área dentro da Contorno, denominada até então de 17 de dezembro. No mapa, os ícones verdes correspondem aos locais dos campos pertencentes ao América, o azul ao Cruzeiro e os pretos ao Atlético. Os vermelhos mostram outros locais onde o futebol era praticado, como no Prado Mineiro (a esquerda) e os campos mais ao sul, caso do Viserpa Football-Club, ainda em 1905, e do Gymnasio Mineiro, nos anos 1910. Destaca-se a diferença representada pelos estádios que tomavam conta da cidade na virada dos anos 1920 para os 1930, todos indicados por um

ícone simbolizando uma bola: o Cruzeiro em seu estádio na Barro Preto, e o América e o Atlético com seus novos estádios, como explicaremos em outro momento deste trabalho.



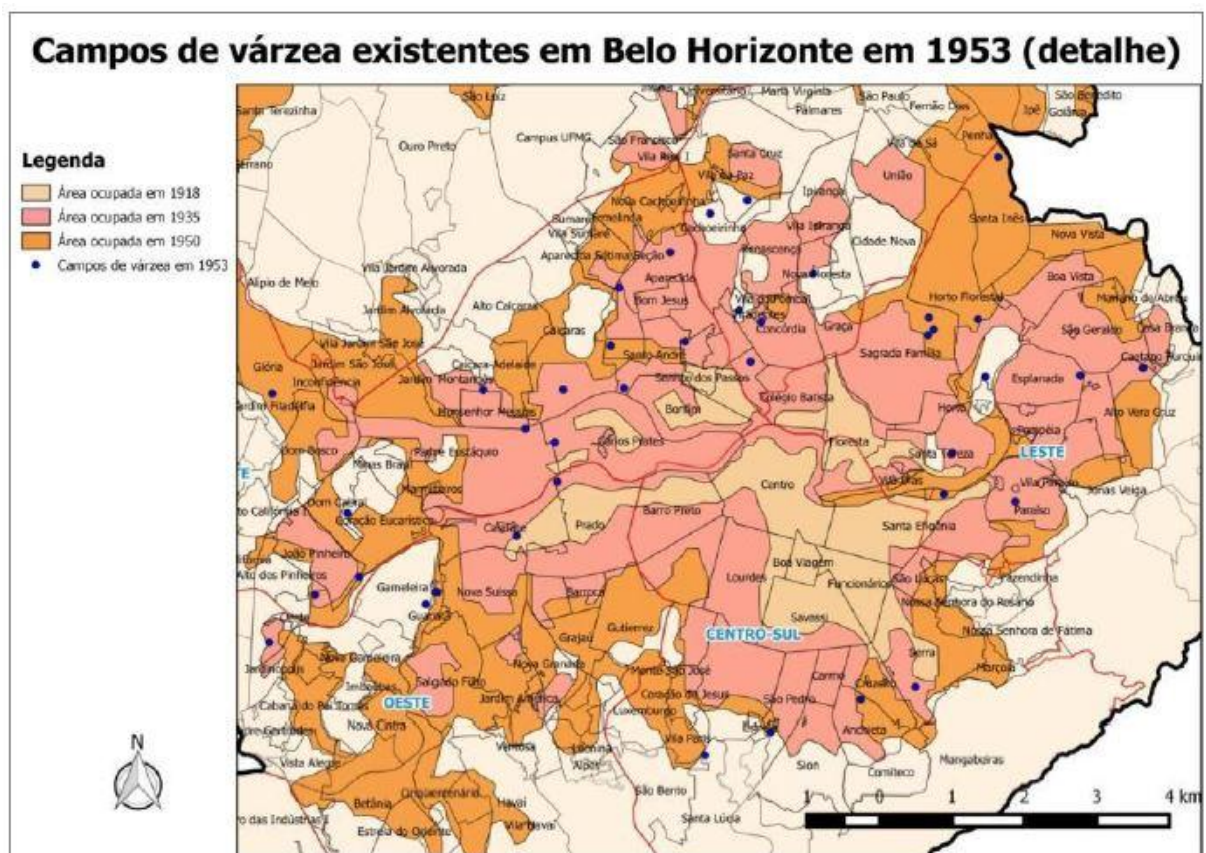
Mapa 1- Campos de BH até o final dos anos 1930 na Avenida do Contorno Fonte: Amorim et al.2017.

Desde o primeiro clube fundado na capital, o Sport Club, em 1904, na área do Parque Municipal, os descampados da avenida Paraopeba (hoje Augusto de Lima) próximo ao Córrego do Leitão foram referência para o futebol na cidade. Apesar de o Sport não ter conseguido a autorização para treinar no local, ainda em 1906, o espaço tornou-se referência, visto que era uma área limite de ocupação, para equipes que surgiram posteriormente, como foram os casos do Clube Atlético Mineiro, (fundado em 1908), o América Futebol Clube (fundado em 1912). Mas com o avanço do esporte e da ocupação territorial da cidade, começam a surgir outros times mais distantes da Paraopeba, caso do Sete de Setembro Futebol Clube (1913), cujas partidas aconteciam na chácara da família Negrão de Lima, no bairro Floresta - região limítrofe à Contorno - e posteriormente na região do bairro Santa Teresa, também na região leste da cidade.

Em pesquisa sobre o futebol de várzea em Belo Horizonte, Ribeiro (2021) destaca que, em 1953, mais de 40 anos depois do início da prática futebolística na cidade, os primeiros

espaços utilizados para esse fim - nas áreas iniciais de povoamento de BH - não eram mais utilizadas para tal, pois os campos continuaram a ocupar áreas suburbanas em expansão.

O mapeamento de meados do século XX indica a concentração de campos varzeanos justamente nos limites da mancha ocupada até 1935, além de áreas de expansão durante os anos 1940 e 1950. Seu posicionamento aponta uma distinção entre centro e periferia também verificada na distribuição dos espaços de jogo, os quais estavam ausentes da zona urbana original e de seu perímetro imediato, espalhando-se, de forma centrífuga, pelo que eram os bairros mais distantes do período. Vale ainda ressaltar a presença de canchas em zonas rurais, a exemplo do Barreiro, evidência de que a experiência esportiva não se condicionava à urbanização. Pode-se, ainda, pontuar o caso de bairros como o Bonfim e o Calafate, com forte tradição varzeana e que, nesse período, possuíam poucos campos de futebol. (RIBEIRO, 2021, p.186).



Mapa 2- Detalhe de campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1953, sobre mapa atual do município, bairros selecionados. PLAMBEL, Levantamento aerofotogramétrico do Município de Belo Horizonte, 1953.. Fonte: RIBEIRO, 2021, p.185.

Na década de 1920, portanto, o futebol deixava, aos poucos, a área próxima da avenida do Contorno para adentrar aos bairros da capital.

A associação das equipes com uma localidade da cidade fortalecia os laços de pertencimento. Embora a imprensa não oferecesse muita voz aos clubes da periferia, destacando particularmente os “grandes” Athletico e América, foi possível identificar uma série de equipes estabelecidas a partir dos vários bairros de Belo Horizonte. Clubes como o Sport Club Calafate (Calafate), Fluminense Sport Club e Guarany Sport Club (Lagoinha), Sete de Setembro (Floresta) e Yale (Barro Preto)

representavam o futebol nos espaços periféricos da cidade (SOUZA NETO, 2010, p.72).

Entre tantos outros clubes que compunham o cotidiano do futebol belorizontino, Mayor (2017) identifica uma prática de segregação, que também pode ser entendida enquanto uma distinção entre eles em torno do que ela chamou de um amadorismo aristocrático e de um amadorismo popular. O amadorismo aristocrático diz respeito desde os anos iniciais do futebol na cidade, na prática que se dava pelo Parque Municipal e seus arredores - em que também eram praticados esportes como ciclismo, turfe, tênis, natação, voleibol e basquetebol - tanto em clubes privados, quanto nas escolas. O futebol, inclusive, chegou a fazer parte dos currículos de algumas escolas, como no Gymnasio Anglo-Mineiro, inaugurado em 1914 - e destacada nas memórias do médico e escritor Pedro Nava (1903-1984) que apontava a necessidade de uniforme para a prática do futebol ser um dos itens exigidos do material escolar do aluno (MAYOR, 2017). Era uma vivência do esporte, segundo a autora, que conferia “aos esportes os objetivos elevados da formação pura amadorista, fortemente relacionados à educação moral e à vivência de valores cunhados no seio da aristocracia” (MAYOR, 2017, p.327). Por outro lado, o profissionalismo era entendido como o desvio de valor do esporte, que tinha como essência a educação.

O amadorismo popular, na definição da autora, seria valor de expansão geográfica e simbólica do esporte na cidade, com outros personagens e apropriações, tendo como exemplo maior o futebol, sobretudo a partir dos anos 1920, quando alguns jogadores passaram a receber valores para a prática do esporte. A partir deste período, houve ampliação do público torcedor e aumento dos ganhos publicitários - os quais, afinal, vivenciaram ambos os amadorismos, aristocrático e popular, em que um dá sentido à existência do outro (MAYOR, 2017). Mas foi a partir desse amadorismo popular, que, a partir de 1933, se verificou a gradativa profissionalização do futebol como mais um dos elementos da modernidade que se impunha na cidade, à semelhança do que acontecia no Rio de Janeiro e, por consequência, as frequentes discussões entre as direções de Atlético e América, que perdiam, frequentemente, jogadores que iriam para a capital brasileira praticar futebol.

Assim, o regime profissional se estabeleceu em Minas Gerais quatro meses depois da capital federal e pode-se considerar que sua rápida adesão foi produto de uma grande investida midiática, sobretudo capitaneada pelo jornal Estado de Minas e pelo Jornal dos Sports. Muitos foram os argumentos discursivos utilizados nos impressos para legitimar o novo regime em Belo Horizonte (especialmente os que se aproveitavam de estratégias comparativas com outras cidades e de dados quantitativos acerca das vantagens do profissionalismo). A institucionalização do esporte e sua nova ordem organizacional o distanciava de preceitos como o lazer e o divertimento. Embora seja possível considerar que o exercício da profissão pudesse comportar, em algum momento, características de diversão, os princípios e os

objetivos que passaram a reger o novo esporte, pautados no compromisso profissional firmado pelo assalariamento, transformaram significativamente a lógica do jogo. As redes de sociabilidade também se alteraram, já que as equipes passaram a ser compostas por jogadores-trabalhadores oriundos de várias regiões do país e não mais por pessoas de um mesmo círculo social, o que ocorria, comumente, no período do amadorismo (MAYOR, 2017, p.328).

Apesar da forte iniciativa de parte da imprensa, como dito, é preciso ressaltar que não houve a troca de um regime por outro. Mayor (2017) aponta que houve um modelo de coexistência, apesar do enfraquecimento e da não mais existência de algumas equipes por não conseguirem realizar essa transição. Além disso, com a emergência do ideal de desenvolvimento nacional, passou a existir, enquanto uma política de Estado, a valorização da prática de atividades físicas como ferramenta cívica. Desde 1927, com a reforma educacional mineira de Francisco Campos (1891-1968) - Antonio Carlos (1870-1946), a educação física era obrigatória nas escolas de ensino primário, ligada, nos anos 1930, à Secretaria de Educação e Saúde Pública. Também havia a exaltação de atividades físicas em praças de esportes públicas estaduais, que tinha como modelo o Minas Tênis Clube (MTC), construído pela prefeitura de Belo Horizonte, em 1935, para ser o local de preparação do físico da juventude mineira (RODRIGUES, ISAYAMA, COSTA et. al., 2013), a ponto de dividir o pensamento juvenil de Eduardo Marciano, e seu autor Fernando Sabino (1923-2004), em “O encontro marcado”, em homens de duas espécies: “os que nadam e os que veem os outros nadar; os que já nadaram e os que ainda vão nadar; os que vencem e os que perdem.” (SABINO, 2020, p.43).

Como conta Schuffner (2007), a prefeitura, na primeira gestão de Otacílio, deu segmento ao proposto pelos ideais de Chico Campos, como o esporte enquanto caminho para a preparação da elite brasileira. A área reservada, desde o século anterior, para a exibição de animais no zoológico (representação da urbanidade do XIX) foi substituída pela criação de uma praça esportiva na rua da Bahia, ao lado do símbolo máximo do poder mineiro, o Palácio da Liberdade. Com obras em andamento de um parque esportivo, com piscina pública no local, foi criado o clube em 1935. Após a efetivação dos associados, o espaço foi cedido pela municipalidade com todas as benfeitorias realizadas, com o uso de comodato por tempo indeterminado.

Em 1937, o parque esportivo foi inaugurado com a presença não só do prefeito Otacílio, mas do governador Valadares, ambos fundadores do clube, juntamente com outros nomes, entre os quais o construtor José Mendes Júnior (-). Logo depois, o estatuto do clube foi modificado a fim de ter como objetivo o uso do espaço apenas para os sócios. Em outras palavras, enquanto na presidência do clube estava Ernesto Dorneles - chefe da polícia mineira

e primo de Getúlio, indicado por Benedito para comandar o Minas e que saiu de BH para ser interventor federal no Rio Grande do Sul - houve a rescisão do acordo anterior e a incorporação do patrimônio público ao clube. A inauguração da sede social, em 1940, contou, inclusive, com a visita de Vargas pela segunda vez ao clube, que tratou o Minas enquanto uma escola capaz de aperfeiçoar o caráter da juventude nacional - modelo que foi proposto para diversas outras cidades do país e de Minas (RODRIGUES, ISAYAMA, COSTA et. al., 2013), tendo o clube belo-horizontino enquanto referência. A proximidade do Minas com o poder político continuaria nos anos seguintes, a ponto do ginásio do clube ser nomeado “JK”, pelas contribuições do então governador na realização da obra, utilizado para os jogos universitários nacionais. Como lembra Schuffner (2007), cabia, portanto, às famílias governamentais de Minas desfrutarem dos privilégios concedidos aos sócios do clube, escolhidos em reuniões apreciadas pela diretoria do clube. Mas cabia a elas também obedecer o comando de um Vargas, o Ernesto, que presidiu o clube até 1942.

A contribuição do poder público para a fundação do MTC (o arrendamento do terreno com as benfeitorias) demonstra a estreita aliança entre o MTC e o Estado. Foi uma aliança pautada pelos ideais de modernização, exaltação da nação, pelo adestramento do corpo e pela valorização da saúde. Houve, de certa forma, uma dupla aliança: o MTC precisava do governo para ser construído e o grupo que o idealizou sabia disso. Esse grupo, por isso, procurou desde o início obter o apoio dos governantes, que, por sua vez, necessitavam de um espaço como o MTC para afirmar as suas convicções modernizadoras e higienistas por intermédio do esporte. (SCHUFFNER, 2007, p.64).

Porém, cabe ressaltar que esses grupos não eram tão homogêneos, eles se entrelaçavam a partir dessas lideranças das vozes de Minas que mantinham em Belo Horizonte o local ideal de valorização de suas famílias, naquele momento, ressaltada pelo esporte, desde que não fosse o futebol, como antes era praticado por seus membros que compunham o que podemos chamar de tradicional família mineira, já que nesse período, o profissionalismo do futebol era visto como organização necessária para a modernidade. Ajustado ao futebol profissional praticado nos anos 1930, ainda existiam valores como a educação e a moralização do corpo saudável e o cavalheirismo em concomitância aos lucros que começavam a surgir com a compra e venda de jogadores.

Conviviam as diferentes práticas, todas elas tendo em sua volta, em algum momento, o conceito de modernidade: a representada pelo amadorismo esportivo no início do século e a representada pelo futebol profissional a partir dos anos 1930 (MAYOR, 2017). No amadorismo, conviviam também o aristocrático e o popular, o das associações clubísticas como o MTC e o dos subúrbios, do cotidiano marcado pelo esporte. Havia uma tentativa de fazer essas pessoas serem modernas e o esporte era um desses elementos, entendido enquanto

capaz de construir corpos e comportamentos. O futebol, nessas relações, funcionava como mais um instrumento de escape, mas também artífice de uma política de Estado, com a seleção brasileira de futebol fazendo a sua melhor campanha na Copa do Mundo de 1938, realizada na França: um terceiro lugar, revelando o artilheiro e o melhor jogador da competição: Leônidas da Silva (1913-1904).

Na hierarquia do futebol de Belo Horizonte, a mesma estrutura que comandava o futebol amador passou a comandar o profissional, o que pode explicar a não profissionalização de alguns times. “O controle das partidas, dos árbitros e dos jogadores ainda estava sob domínio dos ‘paredros’ [dirigentes] dos clubes, mesmo com a existência de federações específicas” (MAYOR, 2017, p.330). Também conviviam na prática esportiva alguns jogadores que conseguiram certa ascensão social com a profissionalização, em uma espécie de exceção que confirma a regra, e estudantes e representantes de classes menos populares que ainda faziam do futebol seu local de divertimento e prática esportiva.

Mayor (2017) ressalta, porém, o evidente domínio entre o profissionalismo do futebol e o futebol amador, considerado secundário, com estrutura mínima deficiente, que apenas servia para revelar jogadores ao profissional. “O caso belo-horizontino demonstra que a década de 1940 ainda seria bastante impactada pela dubiedade das relações entre amadorismo e profissionalismo e por uma série de imbróglis, em um cenário por vezes confuso e bastante desorganizado” (MAYOR, 2017, p.331). Entre as situações conflitantes, conforme ela, estavam os problemas estruturais e financeiros dos clubes, a brevidade da profissão de jogador, e violências envolvendo atletas, árbitros e torcedores, o que contrariava as análises feitas pela imprensa e pelos dirigentes em prol da profissionalização. Para compreender melhor como o futebol e a prática esportiva foi um vetor de ação durante os anos 1940, a tentativa a seguir é mostrar como essas relações políticas com o futebol e seus clubes eram bem anteriores aos anos 1920, e aumentavam conforme o esporte ganhava mais repercussão popular. Afinal, foi na emergência da Aliança Liberal, que culminou na Revolução de 1930, que as relações dos clubes de futebol com o poder político tornaram-se ainda mais evidentes.

As sedes de dois tradicionais clubes da cidade com ampla torcida, o Atlético Mineiro e o América saíram da então denominada avenida Paraopeba - nome modificado para Augusto de Lima, em 1934, após o falecimento deste - para ocuparem outras áreas da cidade diante da canalização do vale do Córrego do Leitão (SOUZA, 2020). Essas relações políticas, por exemplo, são ressaltadas pela historiografia oficial do América, como o fato de uma das primeiras bolas do clube ter sido doada por Bueno Brandão (1858-1931), então presidente do Estado, cujo filho jogava na equipe (LAGE, 2020).

Quando um terreno na parte baixa da Paraopeba, no vale do Leitão, foi doada ao Atlético em 1916 pelo prefeito Cornélio Vaz de Mello (1855-1942) e outro para o América, em 1920, pelo prefeito Affonso Vaz de Mello (1883-1940), irmão do anterior, a região não era urbanizada. O primeiro empreendimento de grande porte da área foi o estádio do América em 1922, que ocupava o terreno desde 1913. Conforme conta Souza (2020), o estádio era a maior praça de esportes de Minas Gerais, até então: contava com arquibancada para mais de dois mil torcedores, quadras de tênis, vôlei e basquete, salões para recepções, salas de ginásticas, bares, vestiários e uma geral para três mil torcedores. O custo para tanto, pelo orçamento, era de 40 contos de réis. Desses, seis mil réis foram subvencionados pelo Congresso Mineiro.

Se o Atlético não conseguiu se organizar feito o América para transformar seu campo em estádio, um novo clube da cidade, a Sociedade Esportiva Palestra Itália, fundado em janeiro de 1921, no primeiro ano de aniversário do clube colocou uma pedra fundamental no terreno onde seria erguido seu estádio com o objetivo de pressionar a administração municipal a concedê-lo, ação, aliás, recorrentemente utilizada por outros clubes - o que efetivamente aconteceu poucos meses depois. Formado por colonos italianos, que correspondiam a 9% da população da cidade, enquanto os outros dois clubes tinham como membros a elite da capital, o Palestra, com o estádio, deu vida à forma de torcer e à identificação dos colonos com a cidade, que ficariam comprometidas nos anos 1940 visto que o Conselho do clube belo-horizontino, em fevereiro de 1942, trocou o nome da agremiação para Palestra Mineiro, após o início da presença do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Em agosto do mesmo ano e com a conseqüente proibição de uso de símbolos das nações inimigas, a decisão do Conselho, ainda em outubro, foi por ressaltar a constelação do Cruzeiro do Sul, símbolo no qual uma das estrelas representa Minas Gerais na bandeira nacional: nascia assim o nome Cruzeiro para designar o antigo Palestra Itália.

A partir da inauguração dos dois estádios, em 1923, a Paraopeba passou a vivenciar, de fato, o seu apogeu como a avenida do futebol em Belo Horizonte. O futebol na cidade tinha estrutura adequada para os torcedores e para a imprensa. Era a consolidação do espaço esportivo do futebol na cidade, do torcer, do espetáculo. (SOUZA, 2020, p.158).

Para o aumento do número de torcedores, que já se organizavam em grupos, e o pertencimento deles aos clubes, uma das principais ações foi o decacampeonato de futebol da cidade conquistado pelo América em 1925. No Atlético, por exemplo, houve uma menor distinção econômica e social entre os associados para a participação das dinâmicas do clube. Souza Neto (2010) conta que começaram a aparecer os ídolos dos clubes, que anos depois levariam os nomes, entre outros, de Ninão (1905-1982) e Guará (1914-1978). A presença da

imprensa esportiva também colaborava para a expansão do futebol, exemplo dado em 1918 quando foi criada a Associação Mineira de Cronistas Desportivos (AMCE), que deu origem em 1939 à atual AMCE. Além de manter interlocuções com os dirigentes dos clubes e da Liga Mineira de Esportes Atlético (LMEA), a associação organizava campeonatos entre seus membros, tanto de futebol quanto de palpites, que eram publicados nos periódicos. O vencedor do maior número de acertos de placares dos jogos durante o campeonato local chegava a ganhar inclusive uma taça (SOUZA NETO, 2010).

Outra diversão dos cronistas esportivos para popularizar o futebol e a venda de jornais, e que também mostrava o lugar da mulher ocupado no esporte, foi a criação, no ano de 1927, do concurso “Rainha dos Sports”, capitaneado pelo Correio Mineiro, como conta Souza Neto (2010). Cada clube colocou em disputa suas rainhas, que seria eleita pelo maior número de cédulas, que constavam na edição diária do jornal, enviadas para a redação do periódico com o nome da candidata, do clube e do participante. A apuração na sede da Liga Mineira, com a presença de representantes de cada clube participante, conferiu certo caráter oficial da disputa que contou até com uma marchinha carnavalesca. Com 14 anos incompletos, a vencedora foi torcedora do Atlético, Nenen Aluotto (1913-2003), frequentadora assídua dos jogos do clube, que já havia posado entre os jogadores na comemoração do título do campeonato do ano anterior. Nenen, de família italiana, décadas mais tarde, seria uma conhecida liderança do movimento espírita em Minas Gerais, presidindo a União Espírita Mineira (UEM) por mais de 30 anos, a partir dos anos 1960.

Souza Neto (2010) destaca, sem considerar o carisma de cada representante, que as atleticanas receberam 35 mil votos, dos 86 mil que compuseram a disputa, o que poderia mostrar a força da torcida naquele período - cerca de 40% do total, contra 21% das representantes do Palestra Itália e apenas 6% dos votos com as americanas. O que justificava a preocupação constatada por ele na imprensa esportiva sobre a decadência no número de torcedores do clube, mesmo tendo a melhor praça de esportes da cidade.

Se antes o futebol despertava o interesse de uma reduzida classe de pessoas, a dos desportistas convictos, a segunda metade da década de 1920 revelava a grandiosa apropriação do universo futebolístico em Belo Horizonte, com dezenas de milhares de indivíduos ligados à rotina dos jogos e campeonatos ocorridos na cidade. Por toda a parte podia-se ouvir alguém se declarando adepto de uma ou outra agremiação esportiva, notadamente dos clubes de futebol. Tanta gente envolvida fazia crescer também os incidentes, um eufemismo muito utilizado pela imprensa local para designar as brigas ou sururus, naquele instante algo praticamente inerente às partidas. O aumento da paixão elevava a rivalidade, e por consequência, os conflitos. (SOUZA NETO, 2010, p.89).

Para mostrar a paixão pelos clubes, além das discussões nos bares, como o do Ponto, as apostas em dinheiro corriam soltas pela cidade em dias dos principais jogos, como naqueles da rivalidade que se acentuava entre Atlético e Palestra. O pertencimento dos jogadores a esses clubes, inclusive, era fortemente estimulado por essas competições entre os torcedores (SOUZA NETO, 2010). Ou seriam as apostas em dinheiro que lotavam as arquibancadas e as beiras de campo, ainda sem alambrados, prontos para serem invadidos? Essas disputas arregimentavam cerca de 20% da população da cidade. No caso da inauguração do estádio do Atlético, o Antonio Carlos, aproximadamente 30% da população da capital mineira compareceu. Como mostra Souza Neto (2010; 2017) inúmeras “casas comerciais” foram fechadas no dia, sob a justificativa dos torcedores comparecerem à partida contra a equipe do Corinthians, de São Paulo.

O alcance de divertimento predileto da gente horizontina projetara o torcer para uma dimensão plural, onde a diversão, o espetáculo, o consumo e a violência catártica se reuniam para compor a estrutura do pertencimento e da paixão clubística, definitivamente instituídos no seio esportivo da cidade construída com o intuito de permitir a experiência da modernidade. (SOUZA NETO, 2010, p.115).

Nessas modernidades a que se propunham a prática do futebol e o torcer em Belo Horizonte, os nomes políticos, como sugere o nome do estádio do Atlético, Antonio Carlos, estiveram diretamente ligados à transformação dos espaços desse esporte em Belo Horizonte, a ponto de podermos tensionar a noção de modernidade para a modernidade desconfiada que propomos. Se foram eles que cederam os terrenos aos clubes, também foram eles que retiraram da avenida Paraopeba o eixo de futebol da cidade. Para entender esse movimento, é preciso buscar o amplo processo de urbanização da cidade na década de 1920, dando sequência ao processo de canalização de córregos para a consequente ocupação dos vales, como era o desejo, nesse período, com o córrego do Leitão.

[...] a urbanização completa da avenida Paraopeba era limitada pelos córregos do Leitão e do Barro Preto. Em sentido leste-oeste, desde a rua São Paulo, onde passava o Leitão, até a rua Rio Grande do Sul, próximo ao córrego do Barro Preto, não havia urbanização. Não por acaso, era essa a localização de dois dos principais espaços para a prática de futebol na cidade, o Estádio do América e o campo do Atlético. Ambos com terrenos cedidos pelo poder público municipal, que via a possibilidade da área do vale do Leitão ser ocupada, enquanto a urbanização não era realizada. (SOUZA, 2020, p.159).

A área em torno da Afonso Pena e da rua Bahia - na parte alta da avenida Paraopeba, no cruzamento com a rua da Bahia, estava localizado o Grande Hotel, principal hospedaria da cidade até os anos 1950 - não dava mais conta da sociabilidade da cidade (por exemplo, as sedes dos periódicos), era preciso ocupar outras áreas, inclusive criar outras áreas residenciais. Se, por um lado, ao optar pela canalização dos córregos, novas vias eram abertas e

evitavam-se grandes enchentes, por outro, o problema de higiene pública apenas mudava de localização, visto que o esgoto era diretamente jogado nos córregos. Nessa segunda metade da década de 1920 também foram canalizados os córregos Acaba Mundo, Barro Preto e o Arrudas (da rua Araquari até a Ponte do Perrella, na Avenida do Contorno). Entretanto, a ocupação do vale do Leitão foi lenta, diante de preços mais altos dos lotes em comparação às regiões já habitadas como a Lagoinha e o Carlos Prates. Era preciso otimizar a transformação da capital “do antigo povoado sertanejo, no atual centro urbano atraente e moderno” (PBH, 1927, p.50), como afirmou o prefeito Christiano Machado (1893-1953).

Nomeado prefeito da cidade por Antonio Carlos para fazer de Belo Horizonte um exemplo da candidatura aspirada por esse à Presidência da República, Machado, na parceria com o governador, tentou buscar soluções definitivas para os problemas da cidade (PBH, 1927), que como conta Souza (2020) só foram finalizadas em meio ao acirramento do processo da Aliança Liberal.

Alguns dos projetos da dupla realizados na capital mineira foram a conclusão, pela prefeitura, da obra de canalização do Leitão, para dar “à parte oeste da cidade um aspecto agradável e útil” (PBH, 1927, p.34), o calçamento da avenida Paraopeba da rua São Paulo até a rua Araguari - finalizando a avenida em todo seu trajeto. Bem como a construção da praça Raul Soares, do novo Mercado Municipal e a finalização das obras em torno do estádio do Atlético e do prédio para o Ginásio Mineiro. Na região do rio Arrudas, a finalização da canalização do rio da rua Araguari até a Avenida do Contorno (Ponte do Perrella), do viaduto sobre as linhas de trem que ligaria o bairro da Floresta à cidade (atualmente conhecido como Santa Teresa), a abertura da Avenida dos Andradas e a construção do estádio do América. (SOUZA, 2020, p.162).

Para avançar com a ocupação do vale do Leitão, a alternativa foi transferir o mercado municipal, situado no início da avenida Afonso Pena, na praça Rio Branco, para onde, até então, estava localizado o estádio do América. Desde então, o local é a sede do Mercado Central da cidade. Na gestão anterior, do prefeito Flávio dos Santos (-), entre 1922 e 1926, houve a decisão para o terreno em frente (atual Centro de Convenções Israel Pinheiro da Silva, o Minascentro), ocupado pelo campo do Atlético Mineiro, ser a nova sede do Ginásio Mineiro. No caso deste terreno, após ampla discussão quando da concessão do espaço, ficou determinado que em razão de desapropriação do terreno para utilidade pública, como era o caso, o clube deveria ser indenizado no valor daquilo que construíram no local. De maneira oposta, isso não ficou explícito na lei que concedeu o espaço ao América, que informava ser o terreno inalienável e que em caso de dissolução do clube os terrenos e as benfeitorias seriam revertidas para a Prefeitura. (SOUZA, 2020).

Assim sendo, as tratativas com o Atlético não foram prolongadas. A prefeitura concederia o novo terreno em região mais ao sul, que também passava por

terraplanagem (PBH,1926), e arcaria com os custos da terraplanagem do novo campo. Em janeiro de 1926, o clube oficializou a proposta municipal e recebeu o quarteirão 13, da 9ª seção urbana (atualmente localizado entre as ruas Gonçalves Dias, Rio Grande do Sul, Bernardo Guimarães e Olegário Maciel), no atual bairro Santo Agostinho, sem outras ocupações ao redor, já que a região, localizada na 12ª seção urbana, era reservada para a criação da Cidade Universitária (SOUZA, 2020, p.164).

Mas a terraplanagem das ruas próximas e do campo só foi finalizada em 1928. Para dar fim à agonia do clube - que contava com grande torcida que via o estádio do América ganhando forma, na construção de seu estádio - a proposta de Antonio Carlos foi o governo estadual auxiliar na execução das obras e a prefeitura pagar pelo clube um valor de indenização pela saída do campo da Avenida Paraopeba, apesar do antigo local não contar com melhorias significativas que valessem outra indenização. “Em 26 de novembro de 1929, meses após a inauguração do estádio - que aconteceu em 30 de maio, com a presença de toda a cúpula política de Antônio Carlos - um decreto assinado pelo prefeito indenizou o Atlético em 350 contos de réis. Não à toa, o estádio foi batizado de “Estádio Presidente Antônio Carlos” (SOUZA, 2020, p.166).

Apenas nos anos 1940 aconteceu a ocupação dessa região, após o início da venda dos loteamentos que pertenciam à então Universidade de Minas Gerais (UMG), futura UFMG. Por outro lado, a ocupação do bairro vizinho, Lourdes, começou logo após a terraplanagem do vale do Leitão, realizada, entre outros motivos, para a possibilidade de construção de residências próximas ao prédio da Escola de Aperfeiçoamento no terreno antigo do Atlético, projetado inicialmente para receber o Ginásio Mineiro. Com a conclusão da obra em 1929, também foi inaugurado, no mesmo ano, o novo Mercado Municipal, que contou com recursos para sua construção por meio de emendas do Congresso Mineiro e de valores da própria prefeitura, com a capacidade de receber público cinco vezes maior que do antigo mercado (SOUZA, 2020).

Diante da discussão sobre o impasse de como seria a desapropriação do estádio do América, esse sim configurado como a principal praça de esportes da cidade, ficou decidido durante a gestão Christiano Machado e Antonio Carlos a necessidade de reconstruir a praça esportiva. O local escolhido foi em um terreno situado anteriormente no Parque Municipal, com a entrada pela recém-terraplanada avenida Araguaia, atual Francisco Sales, que também estava em um amplo processo de urbanização, com canalização do Arrudas e a abertura da avenida dos Andradas.

Entre outras alterações no Parque, foi aberta a atual Alameda Álvaro Celso, que começava na avenida Araguaia, descia em direção ao Parque Municipal e contornava o Instituto do Radium, desembocando na Avenida Mantiqueira (ao lado do atual hospital João XXIII). Ao final da década de 1920, a nova alameda tinha de

um lado o novo estádio do América, o “Estádio da Alameda”, e do outro o Instituto do Radium, atualmente localizado dentro do campus Saúde da UFMG (SOUZA, 2020, p.165).

Realizado pela prefeitura como indenização ao América, o novo estádio contava com três grandes arquibancadas de cimento armado, com capacidade para mais de 10 mil torcedores, que em volta de muita poeira inauguraram, com a presença de toda a oficialidade, em setembro de 1928, em um clássico entre América e Atlético. Porém, algumas obras foram finalizadas apenas no ano seguinte, como conta Souza (2020), como as quadras de basquete e tênis e os serviços hidráulicos.

Essas múltiplas obras públicas, com refigurações espaciais na cidade, provavelmente contribuíram, como aponta Antunes (1995), para o desejo de modificação do jornalismo praticado em Belo Horizonte para além dos textos oficiais. Uma proposta de jornalismo moderno, independente politicamente, que também pudesse dar conta dos problemas que emergiram com essas realizações públicas, como desapropriações de terrenos ocupados irregularmente e a popularização do futebol como o principal espaço de divertimento da cidade, agora com amplo espaço para a torcida no Alameda. Essa cidade que prometia movimentações intensas ficou em hiato no plano das políticas públicas até uma segurança institucional dada pela Constituição Federal e Estadual, com a indicação por Benedito Valadares (1892-1973), de Otacílio Negrão de Lima para a chefia da prefeitura. Nas relações políticas que envolviam os clubes esportivos e a imprensa cada vez mais havia um entrelaçamento entre sujeitos e ações em prol dos que os envolvidos consideravam por uma noção de modernidade necessária a seus meios, que talvez nunca tenham sido, de fato.

1.2 Dos sujeitos de imprensa

É pelo o que o Dicionário Etimológico de Antenor Nascentes entende enquanto um vocábulo de formação moderna que surge o verbo confiar, originado do latim *confidere* (NASCENTES, 1966). Se confiar, por definição, tem origem moderna, podemos afirmar ser a confiança prerrogativa do sentido de modernidade? Se assim for, seria possível argumentar em torno de uma capital de um Estado cujo símbolo é uma conjuração, envolta em um imaginário que tem como prefixo de confiar o *des*, capaz de desconfiar de sua própria modernidade? Brandão (2018) nos apresenta pistas sobre o que ele chamou de uma modernidade oblíqua de BH, espécie de lugar daquilo que nunca foi. “É uma modernidade alternativa, tardia, à margem, em trânsito e tênue como a luz do crepúsculo, na medida em que a periferia e o interior imiscuem-se nela, tensionam o moderno a partir de dentro dele mesmo e do passado e suspeitam dele no presente e no futuro” (BRANDÃO, 2018, p. 31).

Para o autor, a nova forma homogeneizante proposta para a Belo Horizonte desde os anos 1930 desagrega suas interações, seus lugares de encontro, seus diálogos para dar lugar a cidade de guetos, de facções com identidades pré-fixadas que lutam para eliminar as facções contrárias. Neste processo de formação de facções está a elite política mineira, peça fundamental do tramar proposto pela modernidade desconfiada.

Estudo realizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) indica que “o tratamento adequado da combinação entre mudança e continuidade que marcou o episódio de 1930 é imprescindível para uma interpretação válida daquela fase”. (ALMG, 1989, p.109). O governo provisório federal que durou de 1931 a 1935 procurou, diante da difícil situação econômica decorrente da crise econômica global, iniciada dois anos antes, inserir o país em um tendência de intervenção federal econômica e controle da instabilidade política, ao acomodar ou confrontar as diversas pressões políticas que surgiam vindas da elite política mineira e paulista, respectivamente. Entre as medidas, houve um esforço para a diversificação econômica pela industrialização com a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), e pela introdução de legislação trabalhista e sindical. Contudo, é importante frisar que esses movimentos eram em prol de uma elite política que precisava sobreviver aos anos 1930. Por isso,

Buscava-se implantar uma nova mentalidade, calcada no valor da produção e do trabalho para o progresso do país. Grande ênfase foi atribuída à necessidade da paz social e da colaboração, em lugar do conflito de classes. Nesse sentido, a legislação trabalhista vinha revalorizar o mundo do trabalho, ao passo que a legislação sindical vinha retirar desse mesmo mundo do trabalho quaisquer conteúdos de conflito e contradição com o patronato e o próprio Estado. Sob o modelo corporativo, o capital e o trabalho eram órgãos de um mesmo corpo, cabendo a ambos funcionarem em harmonia, sob a égide do Estado, que era a cabeça do corpo social. Se o empresariado resistiu num primeiro momento a enquadrar-se no sistema sindical, a médio prazo tomou consciência das vantagens embutidas na nova fórmula e assimilou-a nos termos propostos pelo regime. A lógica das classes produtoras combinou-se com a lógica do getulismo no decorrer dos anos 30, de forma a garantir apoio maciço do empresariado ao golpe de 1937, que implantou o Estado Novo (ALMG, 1989, p.102).

Esse movimento de progresso que era proposto para o Brasil pode ser analisado como o orientador da modernidade desconfiada que propomos para Belo Horizonte na década seguinte. Esse modelo teve em Minas Gerais seu destaque, mas com as especificidades que cabiam à região. Ou melhor, às regiões e suas múltiplas faces que compõem o que ousaram chamar de “Minas dos Campos Geraes”. Os números dos censos realizados no início do século XX indicavam que enquanto a população do estado de São Paulo crescia, Minas via seus habitantes migrarem para a capital do país, o interior paulista e fluminense. Os que aqui

permaneciam se aproximavam geograficamente e economicamente dessas regiões, casos da zona da mata mineira e do sul mineiros (ALMG, 1989).

Para a diversificação da atividade de agricultura que encontrava-se estagnada nos anos 1920, a pecuária e a industrialização contribuíram para o reforço da economia mineira principalmente após a crise de 1929. Mantinha-se a forte presença no campo, mas ganhava relevância o urbano-industrial, a cidade do progresso, a Belo Horizonte cunhada para ser o ideal de modernidade à mineira. Juntaram os senhores, e muitos deles transformaram a forma de comando, que não seria apenas limitada aos territórios locais, para continuar capaz de organizar politicamente o comando de Minas e, conseqüentemente, do Brasil. Para tanto, o futebol e a imprensa eram essenciais.

A mineração no quadrilátero ferrífero ainda era incipiente, apesar da Companhia Morro Velho, em Nova Lima, ser, à época, a maior empregadora de Minas. A preocupação era que o minério fosse transformado no estado, a fim de evitar a dependência da exportação da matéria-prima (ALMG, 1989). Mas, como demonstra Kanitz (2017), a estratégia da empresa para o controle do operariado passava pelo Villa Nova Athletic Club, fundado em 1908 e mantido pela exploradora inglesa da mina, a Saint John Del Rey Mining Company Limited. Além do time de Nova Lima, outros clubes também fizeram parte dos clubes de fábrica daquele período, como no caso da também cidade vizinha à Belo Horizonte, em Sabará, com o Esporte Clube Siderúrgica, criado em 1930 pela Belgo Mineira. Kanitz (2017) destaca que

Para controle dos corpos dos trabalhadores em Minas Gerais, de acordo com toda uma quadra política e social do período da Era Vargas, incentivou-se não a prática esportiva apenas, mas o clube de futebol de origem operária como elemento simbólico de organização, principalmente como alusão ao mundo do trabalho. Simultaneamente, seus jogadores também serviam como exemplos de operários a serem seguidos. (KANITZ, 2017, p.26).

Entre os visitantes da Morro Velho em 1931 estão o então príncipe de Gales, futuro rei do Império Britânico, Eduardo VIII (1894-1972) e o próprio Getúlio, após tomar posse enquanto presidente. O poder das companhias era tão importante que nos anos 1950, o Villa Nova perdeu força no espaço futebolístico com a diminuição do apoio de seu mantenedor, diante das mudanças estruturais da economia brasileira e mineira. De quatro títulos do Campeonato Mineiro nos anos 1930, a equipe de Nova Lima venceu novamente apenas em 1951. O Siderúrgica, por outro lado, foi campeão em 1937 e, com reforço do financiamento pela Belgo, venceu em 1964, mas teve seu apoio financeiro encerrado em 1967. Em Itabira, com a criação, em 1942, da Companhia Vale do Rio Doce, os trabalhadores da estatal se reuniram para fundar o Valeriodoce Esporte Clube. O estádio foi construído pela empresa

durante a presidência de Israel Pinheiro na companhia, que, com a privatização da empresa em 1997, passou a ser propriedade do clube o estádio Israel Pinheiro - o qual, junto ao Mineirão, são os únicos estádios oficiais que ainda homenageiam governadores do Estado.

Pinheiro, um pouco antes, também esteve envolvido em outra forma para perpetuar o poder não só nas Minas, mas também nos Gerais. A solução das famílias governamentais foi intrincada: criar uma rádio pública sob a justificativa de, mais do que informar, educar o homem do campo mineiro. Conforme conta Maciel (2020), o então secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Governo Benedito, Israel Pinheiro - que permaneceu no cargo de 1933 até 1942 - quando saiu para comandar a empresa Vale do Rio Doce, e que anos 1960 seria eleito governador - pediu contribuição financeira às prefeituras para a aquisição dos equipamentos a fim de implantar uma estação de rádio que ligaria os municípios mineiros, o Brasil e a América do Sul pelas ondas sonoras. Pouco mais de um ano depois, era inaugurada, na Feira Permanente de Amostras, em 3 de setembro de 1936, a Inconfidência - nome que remetia diretamente ao movimento político de conjuração acontecido em Minas no século XVIII que naquele momento significava a representação da modernidade tão pretendida à Minas e ao Brasil.

Ao analisar o conteúdo dos programas radiofônicos da Inconfidência até o final do Estado Novo, Cota (2016) concluiu que eles tinham como objetivo a criação de um ideal do que deveria ser o homem brasileiro “ressignificado pelo trabalho, pela saúde do corpo e regeneração da raça e por conceitos estéticos e civilizatórios presentes na música erudita”. (COTA, 2016, p.186). Neste ideal das famílias governamentais de Minas em educar a população adulta mineira a partir de seus valores,

De um lado, constatamos as finalidades econômicas do governo de Minas Gerais pela organização de programas que tinham o intuito de promover o desenvolvimento de setores básicos da economia mineira. De outro, constatamos a presença de conteúdos que estavam em consonância com a proposta nacionalista do governo Vargas (COTA, 2016, p.186).

O que vai de encontro à formação social da elite mineira dos anos 1930, quando em meio às associações comerciais e industriais e redes bancárias havia formação técnica especializada, que era ofertada presencialmente na capital Belo Horizonte. É desse período a realização do longo processo de criação da primeira universidade da cidade, a Universidade de Minas Gerais, em 1927. Era pela razão pragmática da busca pelo progresso que a elite política mineira tomou tal decisão, afinal a intelectualidade de BH reunia-se desde os tempos da transferência, em 1898, da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais (FLDMG) de Ouro Preto para a então Cidade de Minas. Nos anos 1920 da modernidade belorizontina, que

recebeu a visita dos modernistas paulistas em 1924 e desenvolveu seus próprios e então jovens autores filhos da elite, surge, de acordo com Dias (1997), dois projetos de ampla desenvoltura em prol da modernidade que propomos chamar de desconfiada: “o da Universidade e o da preservação do patrimônio artístico, arquitetônico, cultural suscitado pela redescoberta da arte barroca” (DIAS, 1997, p. 27). A capital mineira, dessa maneira, manteria sua sociabilidade composta, entre tantos outros, pelos universitários e colegiais, no Ginásio Mineiro, que saíam das cidades do interior para complementarem seus estudos e depois dominarem a máquina burocrática sediada na cidade, como o caso das professoras primárias que especializavam seus estudos sobre pedagogia na recém-criada Escola de Aperfeiçoamento.

Como nos lembra Bomeny (2005), cabia à capital ser o centro intelectual de Minas, o que pôde ser percebido pelas transferências das antigas escolas do Estado para a cidade. Mas a reforma educacional feita em 1907 no governo estadual de João Pinheiro entendia a educação não apenas alinhada ao diploma universitário, mas a um ensino primário universal que consistia ser a oportunidade de preparação de mão-de-obra voltada para o trabalho, principalmente o agrícola - com a criação das escolas agrícolas - mas as que também envolviam a cidade urbana. Em um país escravocrata, seria a educação que mostraria ao homem seu *métier*, sua identidade, seu modo de agir e ser no mundo, com qualificação técnica para ser um homem do campo ou instalado na urbanidade como a pretendida para Belo Horizonte. Eram as contradições de uma suposta escolha que se manteria a partir do final dos anos 1920 com os contornos burocráticos e centralizadores da Educação comandada por Gustavo Capanema tanto no governo de Antônio Carlos quanto no de Vargas. “Aos pobres um ensino técnico de feição profissionalizante e aos aquinhoados uma educação geral, degrau para ascensão ao ensino superior e, portanto, às melhores oportunidades no mercado de profissões”. (BOMENY, 2005, p.159).

Se houve expansão dessa elite burocrática, chamada hoje de classe média/alta, havia outra classe numerosa que ganhava espaço nessa sociedade urbano-industrial que se formava em BH: a massa trabalhadora operária, que com a legislação federal formou sindicatos para buscar a dignidade nas relações entre empregado e empregador. Porém, “não obstante o aparecimento dessas forças sociais novas, o sistema político estadual refletia, após 1930, mais os elementos de continuidade com a estrutura tradicional do que os fatores de mudança” (ALMG, 1989, p. 108). O poder central sob controle do interventor federal Getúlio Vargas era algo inédito para a elite republicana política mineira: a perda do poder decisório sobre o estado, exemplificado pelo caso do MTC.

As consequências políticas em Minas Gerais na década de 1920 que levou à formação da Aliança Liberal e do Golpe de outubro de 1930 afetaram consideravelmente os anos 1940, de modo, inclusive, a serem exemplificações de aspectos que representam essas múltiplas modernidades desconfiadas da capital mineira. Em uma análise geral, as famílias governamentais mineiras compreendiam sobre a “inevitabilidade de certas mudanças”, ou melhor, sobre a necessidade que fossem elas a fazer essas tais mudanças para não perderem suas posições de comando.

Foi muito importante para os eventos de 1930 uma percepção mais ampla, de parte da liderança política da época da inevitabilidade de certas mudanças. A frase de Antonio Carlos - “façamos a revolução antes que o povo a faça” - exprime bem a consciência da elite de que ela deveria tomar iniciativas em face de novos desafios ao seu poder. A Aliança Liberal havia incluído em seu programa objetivos de reforma política e social, sintetizados no lema “representação e justiça” e na promessa de contemplar a questão social como questão política, não mais como questão de polícia. (ALMG, 1989, p. 110).

Leis trabalhistas, Justiça do Trabalho, Ministério do Trabalho. No Governo Provisório o Estado brasileiro adotou a estratégia do modelo sindical que limitava a ação do operariado sem o controle do aparato estatal. O objetivo era controlar politicamente essa nova estrutura social urbana-industrial que começava a se destacar nas grandes cidades, como em BH. E que funcionou tanto na cidade que, pouco mais de 15 anos depois elegeria o primeiro prefeito por voto popular em Belo Horizonte, Otacílio Negrão de Lima, precisamente um dos representantes políticos de Getúlio na capital mineira nos anos intervencionistas. A elite política estava em polvorosa com a divisão política dentro do Partido Republicano Mineiro (PRM), partido que controlava, apesar das divergências, o poder político no estado desde 1897. Como lembra Carvalho (2005), o PRM teve a maior eficiência em controlar suas elites entre todos os partidos do país. “Parte do segredo do PRM teve a ver com sua capacidade de absorver descontentes e de incorporar, no grupo hegemônico de base agrária, setores burocráticos e lideranças intelectuais” (CARVALHO, 2005, p.63).

O uso do termo “elite política” no singular parte do entendimento que as elites que compunham Minas formam um conjunto mais homogêneo que o contrário, apesar que a divergência no partido havia sido ampla no final dos anos 1920, em razão de serem muitas as lideranças: dois ex-presidentes da República, Wenceslau Braz (1868-1966) e o então senador Arthur Bernardes (1876-1955), o vice-presidente da República, Fernando de Melo Viana (1878-1954), e o então presidente de Minas, citado outra vez anteriormente, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Em jogo, a hegemonia política em Minas e o comando político do Brasil. De um lado, a Concentração Conservadora, de Viana, contra o restante do PRM que formou a

Aliança Liberal para colocar Vargas no Palácio do Catete e Olegário Maciel (1855-1933) no Palácio da Liberdade, onde morreria em 1933.

O grupo não pequeno de Viana, apesar de vitorioso na eleição ao apoiar o paulista Julio Prestes (1882-1946) e ter eleito grande número de deputados federais, foi expulso do PRM logo após o Golpe, perdendo por decisão da comissão eleitoral, inclusive, os cargos conquistados pelo voto popular (ALMG, 1989). Por outro lado, Olegário foi o único eleito para o governo estadual que foi mantido no cargo pelo governo federal, que importou mineiros para os ministérios, caso de Afrânio de Melo Franco (1870-1943) nas Relações Exteriores e Francisco Campos na Saúde e Educação.

Esse último, representante da juventude do partido, encabeçou junto a Gustavo Capanema um partido capaz de se diferenciar do PRM e defender o movimento golpista do ano anterior. Com a adesão das principais lideranças estaduais (Olegário Maciel, Antonio Carlos e Wenceslau Braz) e dos líderes locais que não quiseram ficar longe da força de poder de comando não houve o deslocamento de poder reformista que defendia a juventude, apesar da realização em abril de 1931 de desfile em BH com mais de 15 mil pessoas em apoio ao partido (ALMG, 1989). A disputa por quem iria dominar a modernidade desconfiada da política mineira fez com que Arthur Bernardes regimentasse sua ala no PRM para contrapor-se ao novo movimento, com o apoio de outros nomes, como Virgílio Alvim de Melo Franco (1887-1948), cujo pai era ministro no Palácio do Itamaraty. “O conflito entre a Legião [a facção de Francisco Campos] e o PRM constituía, em grande parte, uma disputa entre facções da elite tradicional, vindos da mesma pipa, disputa a que o governo federal assistia, na expectativa de utilizá-la, eventualmente, em seu proveito” (ALMG, 1989, p. 113).

Após uma tentativa fracassada de golpe do PRM contra Olegário, o poder federal buscou amenizar os conflitos internos que tinham se perpetrado na forte política mineira. O novo Partido Social Nacionalista (PSN) reuniu novamente os membros da Legião e do PRM. Mas meses depois, com a tentativa de golpe ao poder central instaurado pelo Governo Provisório por parte dos paulistas, houve uma ampla cisão. Enquanto o grupo de Bernardes apoiou bravamente os paulistas, o restante do partido, após um início predisposto à conciliação, aproveitou o conflito como oportunidade política para demonstrar ser necessário seu apoio para a sobrevivência do Governo Provisório. Após a vitória em outubro de 1932, com Bernardes exilado, de fato, é criado o segundo partido em Minas. O governo criou com o objetivo de disputar a eleição para a Constituinte Federal o Partido Progressista (PP), que teve amplo número de votos. O PRM ganhou uma ala jovem de profissionais liberais e estudantes que eram contra o Governo Provisório para se somar à ala bernadista (ALMG, 1989).

Chegou, enfim, o movimento político que colocou no centro de poder um nome que não havia aparecido ativamente nas articulações políticas da transição entre as décadas de 1920 e 1930. Como em 5 de setembro de 1933 Olegário Maciel faleceu no interior do Palácio da Liberdade, aos 77 anos, o novo interventor mineiro precisava ser escolhido pelo poder central, no Rio de Janeiro. A ala jovem das famílias governamentais (HORTA, 1956) pedia passagem. Dois nomes ganharam força nos bastidores do PP: o do interventor interino Gustavo Capanema, de 33 anos, e de Virgílio Alvim de Melo Franco, de 36, filho do Ministro Melo Franco. Mas considerados articuladores políticos bem sucedidos nas correntes internas da política mineira pelo comando de Vargas, a solução encontrada após mais de três meses foi por um nome menos conhecido, que fosse capaz de criar outras articulações. A solução encontrada foi o deputado federal, de 40 anos, com base política em Pará de Minas, Benedito Valadares Ribeiro. Sim, seria o Benedito.

As condições de sua nomeação deixavam claro que Valadares seria um delegado do governo federal, não um representante das forças políticas mineiras no Palácio da Liberdade. E era precisamente essa a intenção de Vargas. Valadares, durante seu longo exercício à testa do governo de Minas (de dezembro de 1933 a outubro de 1945) foi um instrumento crucial dos movimentos políticos de Vargas, garantindo a este o confiável apoio do poder estadual mineiro, nas mais diversas situações. (ALMG, 1989, p.115).

Enquanto Capanema Filho (da cidade vizinha de Pará de Minas, Pitangui) tornou-se ministro da Educação e da Saúde deste período até o fim do Estado Novo, como Valadares, os Melo Franco, o pai ministro e o filho, rompem com o poder do Rio de Janeiro e voltaram para o PRM. A atenção, após a escolha de Vargas e a assimilação pelas elites, voltou-se para a Constituinte Federal presidida por Antonio Carlos, que também presidia o PP e para a eleição dos deputados federais (entre eles Bernardes, anistiado, pelo PRM) e dos constituintes estaduais - com a participação destacada do jovem político do PRM Milton Campos (1900-1972). O primeiro ato da Constituinte Mineira foi escolher indiretamente o novo governador de Minas, no caso, Valadares - que passa a ter o objetivo de dominar o PP e acabar com a força da ala dominada por Antonio Carlos, que em 1937 perdeu a presidência da Câmara dos Deputados para o membro do PRM Pedro Aleixo (1901-1975), em uma articulação do poder central mineiro e federal cuja uma das consequências foi o Estado Novo (ALMG, 1989). Além disso, a Constituição Mineira de 1935 confirmou o poder do governador estadual na escolha do prefeito da capital.

Enquanto isso, advogado e jornalista com trabalhos publicados nos mais diversos periódicos de Belo Horizonte, Virgílio Alvim de Melo Franco criou junto com seu irmão, o jornalista Afonso Arinos de Melo Franco (sobrinho) (1905-1990) após a não escolha por

Vargas para ser governador mineiro, em 1934, a Folha de Minas. Um dos maiores jornais da cidade nos anos 1930 e 1940, o jornal teve sua primeira edição em 14 de outubro de 1934, após a fundação da Sociedade Anônima Folha de Minas, exatos três meses antes. Antes, Afonso havia dirigido os Diários Associados em Minas, do Estado de Minas, a convite de Assis Chateaubriand (1892-1968), que o havia iniciado no jornalismo dez anos antes, com o objetivo de defender a postulação do irmão ao cargo de interventor de Minas Gerais (ALMG, 1994; ANTUNES, 1995). Em contraposição, Benedito passou a privilegiar o Estado de Minas, fundado inicialmente por Aleixo, no repasse de informações e entrevistas exclusivas (ANTUNES, 1995) - até o estabelecimento do controle pela facção pró-Palácio, nos anos seguintes, do próprio Folha de Minas (WERNECK, 1992).

Antunes (1995), em seu estudo sobre os idealizadores da imprensa em Belo Horizonte na transição dos anos 1920 para os 1930, discorreu sobre esse conjunto de pessoas que chama de “homens de imprensa”, composto de literatos, políticos, advogados, que convergem em torno do jornalismo para buscar um outro modo de fazer jornalismo na cidade, mais informativo, com opinião e informação, menos burocrático que o Minas Gerais, o diário oficial do Estado. Se os projetos jornalísticos se reuniam em volta da figura de seu fundador e dos membros da redação, as redes de sociabilidade na qual que esses pertenciam, como as políticas, estariam relacionadas, de certo modo, aos empreendimentos jornalísticos, mas

elas se circunscrevem a atividades extra-cobertura jornalística. O jornal pode ter na figura de um político ou agrupamento referência para sua atuação e cobertura do mundo da política, mas não deverá estabelecer nenhum grau de subordinação e constituirá padrões e regras de atuação autônomas a essa atividade (ANTUNES, 1995, p75).

Em sua “palavra inicial”, como contou Linhares (1997), os diretores do Folha destacaram a “superioridade colossal” dos aparatos técnicos e jornalísticos em relação aos concorrentes. “Mas além disto, Folha de Minas não transige, não se avulta, não se opõe a serviço de ninguém, nem de nenhum partido ou facção. Apenas a de ideias altas, de causas justas, de interesses puros” (LINHARES, 1997, p.320). Provavelmente, esses interesses puros são os de seus líderes, mas que não foram o bastante para Linhares, em 1947, não classificá-lo enquanto um “órgão oficioso, refletindo o pensamento político dos governos que se sucedem”. Teve, segundo o autor, durante mais de dois anos o suplemento Folha de Minas Infantil. Entre suas “modernidades” também esteve, apesar das poucas edições, o Folha de Minas Esportiva, em 1949, primeiro esportivo de publicação diária da cidade (LINHARES, 1997), o que corroborou para Linhares defini-lo como um dos mais legítimos representantes da imprensa moderna. “Jornal moderno, tudo publica. Seções várias e múltiplas, todas

cuidadas e selecionadas. Noticiário amplo e perfeito sob todos os aspectos. Minucioso e sem espalhafato” (LINHARES, 1997, p. 320).

A experiência descrita por Linhares com a Folha de Minas compõe o que Antunes (1995) disse sobre “a experiência da cidade aparece como a lógica das novas práticas jornalísticas” (ANTUNES, 1997, p.126). Em uma cidade que dizia se modernizar constantemente, a imprensa e a emergência de novos jornais, de novos redatores intelectuais, contribuía para uma socialização daquela cidade que muitos não conseguiam sentir como pertencentes a si próprios. “Fazer imprensa na Belo Horizonte dos anos 20 e 30 seria, por um lado, a possibilidade de alcançar ares cosmopolitas e, por outro lado, a reconstituição de alguma sorte de senso comunitário” (ANTUNES, 1995, p.125), explicou o autor, diante do voluntarismo que consistia a prática da atividade pelos intelectuais e estudantes. Esses eram quase todos de outras cidades que chegaram na capital para estudar e que buscavam visibilidade e projeção para um público leitor mais amplo, já que a sobrevivência era garantida, muitas vezes, nos casos daqueles com relações profícuas, por algum emprego em repartição pública mesmo antes do fim do curso universitário.

A intenção dos novos empreendimentos jornalísticos era fazer com que o jornalismo deixasse de ser apenas opinativo para funcionar enquanto a materialidade do desenvolvimento moderno diante do provincianismo cada vez mais marcado pelos imigrantes, o operariado e, desconfiadamente, por esses homens de imprensa. Afinal, estes se mantinham, muitas vezes, pelos salários dos cargos que recebiam por trabalharem em repartições públicas, mas esse não era motivo para deixarem de criticar a subordinação do jornalismo praticado por eles às diretrizes das correntes políticas.

Nossos protagonistas, em nenhum instante de seu discurso, negarão estas relações estabelecidas entre o fazer da imprensa e a atividade política. Sua enunciação será mesmo fundamental para justificar o aparecimento de jornais ou as mudanças nos diários de Belo Horizonte no período em foco. A interface imprensa/política, todavia, aparecerá em suas falas não mais como uma condição natural, e sim um problema a ser equacionado. Sempre reivindicando condições ou exigindo requisitos que assegurem a combinação adequada das duas atividades, os "homens de imprensa" expressam uma preocupação latente com as relações do campo político e o espaço do jornalismo diário na capital (ANTUNES, 1995, p.57 e 58).

A reivindicação era produzir jornalismo feito para além dos redatores e donos de jornal, os burocratas que compunham a cidade. Era preciso relatar acontecimentos a fim de almejar um número amplo de exemplares vendidos para um público mais ampliado, em uma cidade, como reclamavam, que não gerava notícias o bastante para isso. Para o jornalismo moderno que pretendia se impor ao final dos anos 1920,

Era necessário impor mudanças ao tradicional fazer jornalístico para que ele pudesse acompanhar e descrever para os habitantes da cidade novas condições de vida material e de representação, marcadas pela contingência e fragmentação dos contatos sociais. Belo Horizonte, aposta-se, vivia sua modernização, com todos os elementos de estranhamento da experiência cotidiana que tal processo propicia a seus habitantes. Daí, um novo padrão para o jornalismo se mostra necessário (ANTUNES, 1995, p.111).

Crônicas policiais, cinema, carnaval e futebol são os destaques do noticiário na tentativa dos homens de imprensa de Belo Horizonte de “reeducação dos sentidos do cidadão” (ANTUNES, 1995, p.115) diante de uma cidade com alterações socioeconômicas. E, dessa forma, permitir outras formas de sociabilidade tendo a mediação do impresso. Se essas características faziam da cidade local propício para a renovação da imprensa, como a incrementada pela Folha de Minas de acordo com esses próprios homens, existia a dúvida sobre a possibilidade de BH fazer jus à toda modernidade cosmopolita pretendida. Era a tentativa de modernidade da imprensa belo-horizontina, que na pretensão de imaginar a cidade como metrópole precisava se expandir para além da Rua da Bahia, da avenida Afonso Pena. Era preciso levar as informações que circundavam o Bar do Ponto para aqueles que ali não frequentavam. E mais, informar o cotidiano desse novo público consumidor.

Antunes (1995) conta que já nas edições iniciais do Folha de Minas, com o objetivo de ampliar a força entre os outros periódicos diários da cidade, o jornal dedicava uma página apenas com informações dirigidas a bairros específicos, o que abria espaço para pequenos anúncios dos leitores dessas regiões, que funcionavam como receita financeira, fora os aliados da corrente política, e fidelização de outro tipo de leitor, mais marcado pelo operariado e pelos representantes do comércio, que apesar de terem renda financeira superior ao intelectuais de classe média tinham menos prestígio social. O que, como alertado anteriormente, foi se modificando nos anos sob comando de Vargas. Nessa imprensa voltada para formar as conversações do cotidiano da população que ocupava as diferentes regiões em expansão de BH, o futebol teve seu destaque ampliado a ponto dos jornais afixarem placas na porta de suas redações para informarem os resultados, que chegavam por linha telefônica, das partidas dos clubes em outras cidades. Afinal, o torcer pelo futebol, desde o início dos anos 1920, era organizador do cotidiano da população da cidade - como sugere crônica de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) publicada no Minas Gerais em julho de 1931.

Domingo à tarde, na forma do antigo costume, eu ia ver os bichos do Parque Municipal (cansado de lidar com gente nos outros dias da semana), quando avistei grande multidão parada na avenida Afonso Pena. Meu primeiro pensamento foi continuar no bonde; o segundo, descer e perguntar as causas da aglomeração. Desci, e soube que toda aquela gente estava acompanhando, pelo telefone, o jogo dos mineiros na capital do país. Onze mineiros batiam bola no Rio de Janeiro; dois mil

mineiros escutavam, em Belo Horizonte, o eco longínquo dessa bola e experimentavam patriótica emoção. (ANDRADE, 2014, p. 14).

Dos campos de macadame aos estádios, que modificaram e foram modificados pela urbanização da cidade (SOUZA, 2020), o futebol era o esporte mais popular da cidade. Mas Antunes (1995) explica que as páginas esportivas diárias funcionavam para cumprir o objetivo de ampliar a massa de leitores a partir do jornalismo como expressão e lugar de formação sobre o que acontecia na capital mineira, “quando o futebol é visto como um acontecimento que marca o ritmo da capital, adentra a hierarquia da vida cotidiana e ganha preeminência na organização dos hábitos das pessoas” (ANTUNES, 1995, p.100). E como seriam essas relações entre imprensa e esporte no final dos anos 1940? Quais as buscas dos jornalistas para a imprensa esportiva em meio a uma modernidade desconfiada? O avanço da profissionalização do futebol? Ainda era o jornalismo “resultado de um processo de construção de uma identidade social por parte da intelectualidade” (ANTUNES, 1995, p.53)? Se até o final dos anos 1920 a imprensa era entendida como uma extensão da política e desde então como parceira desta (ANTUNES, 1995), como seria essa “independência informativa” nos anos 1940?

Silva (2014) começa a desbravar esses caminhos quando não considera a imprensa esportiva como “reflexo tardio” da carioca e da paulistana e destaca que nos anos 1940, em decorrência da cidade moderna pretendida, surgem estratégias editoriais atravessadas pelo cotidiano da vida na cidade, criando uma “mitologia esportiva local e regional” (SILVA, 2014, p. 144) a partir de uma linguagem mais acessível, com uso de mais fotografias, desenhos. Seria, então, a noção de profissionalização do futebol também acompanhada por uma profissionalização da imprensa? Entre as tentativas, é dessa época, por exemplo, a criação por Fernando Pierucetti (1910-2004), o Mangabeira, dos mascotes das equipes de futebol que disputavam o campeonato da cidade na Folha de Minas. “Ficam mais claras as distinções entre os gêneros e rubricas jornalísticas e multiplicam-se os espaços dedicados a diferentes formas de abordagem dos acontecimentos esportivos” (SILVA, 2014, p.140), inclusive na vindoura inserção dos mascotes no circuito mercadológico e cultural das marchinhas de Carnaval, produzidas, não por acaso também por homens da imprensa e da política como Rômulo Paes (1918-1982) - vide as marchinhas de 1957 “Meu coelhinho”, em parceria com Annibal Fernandes Filho (-), interpretada por Flávio Alencar (-) e “Galinho Carijó” como Ivo Jorge, interpretada por Dircinha Batista (1922-1999). Mas quais eram as motivações para a produção desses impressos que as diferenciava dos anos anteriores? Antunes (1995) destaca que

O dinheiro, a remuneração, o retorno financeiro imediato, definitivamente não eram o móvel fundamental para a presença destes jornalistas na imprensa da década de 20 e 30. [...] Há aspectos das mais diversas ordens, política, profissional, econômica, intelectual, moral, todo um repertório de motivações que balizam a ação dos atores sociais e a direciona, no nosso caso específico, no sentido da produção de jornais. Mas essa ação ganha efetividade na medida em que se constitui e estabelece em torno determinadas posições sociais que se relacionam mutuamente construindo uma rede de interdependências em torno de uma proposta para a imprensa (ANTUNES, 1995, p.37 e 38).

Existiria então uma proposta em torno da imprensa esportiva belorizontina nos anos 1940? Provavelmente. É o que sugere Mayor (2017) ao propor que o futebol nesse período era um dos elementos que compunham o ideal de modernidade da cidade representada pela imprensa. “Não se pode negar uma veiculação midiática que visava noticiar a cidade como urbe passível de ser classificada como moderna” (MAYOR, 2017, p.74). Afinal, a cidade tinha a modernidade ainda como principal discurso daquele período, o que pode ser constatado por seus lugares de memória.

2. E SUAS DESCONFIANÇAS

Jácome e Costa (2018) lembram, pelos escritos de Reinhart Koselleck (1923-2006), que a partir da Modernidade, enquanto tempo histórico desde a segunda metade do século XVIII, houve alterações no modo de perceber os fluxos temporais a fim de deter maior controle sobre a história. Em prol de uma expectativa de futuro melhor, coube ao presente ser o local de ruptura, a partir de novos acontecimentos, entre a experiência (o passado) e a expectativa (o futuro), com o propósito de reunir temporalidades antes difusas em um mesmo fluxo de tempo. Esse fluxo temporal linear permitiu a comparação entre “os desenvolvidos” (os modernos), “os arcaicos” e os “em desenvolvimento” (os pré-modernos). É daí que surge o atraso e a necessidade de superá-lo. “Nessa nova forma de enxergar as relações temporais, são constantes as imagens de aceleração, de ruptura com o passado (considerado arcaico) e da necessidade de progresso como força mobilizadora do presente” (JÁCOME; COSTA, 2018, p.281). Entre os problemas desses fluxos temporais acelerados é que eles deixam “muita gente e projetos inconclusos ‘para trás’, além de não ter sido capaz de absorver outras formas de considerar o tempo e de fazer concordar passado-presente-futuro” (JÁCOME; COSTA, 2018, p. 281).

Um dos exemplos dessa passagem acelerada é a capital mineira, com seu “vertiginoso evoluir”. É assim que Barreto (1944) adjetiva a Belo Horizonte comandada pelo interventor estadual Benedito Valadares (gestão 1933-1945) e seus mandatários sobre a capital mineira, como José Soares de Matos (gestão 1933-1935), Otacílio Negrão de Lima (gestão 1935-1938), José Oswaldo de Araújo (gestão 1938-1940) e Juscelino Kubitschek de Oliveira (gestão 1940-1945) em memórias que tentam constituir a BH até 1944, sendo a Pampulha e as gestões Benedito Valadares e JK as marcas principais daquele momento. Se analisarmos essas escolhas de Valadares a partir do que Horta (1956) chamou de famílias governamentais de Minas, é possível perceber algumas ligações bem características desses ramos que propunham esse evoluir para Belo Horizonte, mesmo que fincado nas antigas tradições familiares mineiras. Se Benedito pertencia ao enorme ramo de Joaquina, a família de JK não entrava na lista como uma das principais de Diamantina, apesar de seu tio-avô ter sido senador constituinte e vice-presidente de Minas entre 1894 e 1898. Ambos tiveram maior contato durante a guerra contra os paulistas em 1932 quando JK foi chefe do comando médico da tropa mineira e Valadares delegado especial da região de Passa Quatro - palco dos conflitos.

Mas as relações familiares, obviamente, se mantinham pelos casamentos e a concepção de novos herdeiros financeiros e/ou políticos. Juscelino foi inserido, mais propriamente, nas famílias governamentais de Minas quando noivou-se com Sarah Gomes de Souza Lemos (1908-1996). O pai dela, Jaime (1858-1922), tinha sido congressista por Minas durante mais de 30 anos, mas morreu logo após ser excluído da chapa proposta por Arthur Bernardes em 1922. A viúva era Maria Luisa Negrão (1890-1989), filha do comendador José Duarte Negrão (1848-1908) e irmã de Maria das Dores Negrão (-), viúva de João Nepomuceno de Lima (-). Portanto, a mãe de Sarah era tia de Otacílio, assim, ele era primo da nova senhora Kubitschek. Como lembra Bojunga (2001),

uma das irmãs de Sarah, Amélia, casou-se com Gabriel de Resende Passos, em 1929 [...] Uma outra desposou o deputado Júlio Bueno Brandão, filho do velho Bueno Brandão, ex-presidente do estado. A irmã Maria Luísa era esposa do deputado Clovis Pinto. Era a parentela mineira em todo o esplendor: o casamento de Juscelino Kubitschek com Sarah teria reflexos favoráveis na absorção do jovem médico pela tradicional família mineira. (BOJUNGA, 2001, p.89).

Otacílio, por exemplo, compartilhou sua juventude no América com o irmão de Júlio, o Francisco (1900-1977). Passos (1901-1962) chegou a disputar a eleição para o governo mineiro em 1951 pela União Democrática Nacional (UDN) contra o concunhado JK. Daí a piada recorrente naquela eleição que todos sabiam, ao menos, o nome da sogra do futuro governador. Poderiam dizer também que sabiam quem seriam os primos da esposa do governador: Otacílio e seus irmãos Jair (1905-1985), Oscar (1895-1971) e Francisco (1901-1981). Otacílio casou-se com Geni Silveira (-), mas o casal não chegou a ter filhos.

Como conta Kamel (2007), apenas em 1930 Belo Horizonte foi dividida em zonas central, urbana, suburbana e rural, com legislações próprias para o controle urbano. Em 1933, antes da gestão de Matos, que procurou equilibrar o orçamento municipal, houve a elaboração do Plano Geral da cidade de Belo Horizonte, o que permitiu aumentar o número de pavimentos das construções das principais avenidas da área central da capital. Em 1936 criaram a planta cadastral, primeira elaborada desde a usada pela Comissão Construtora no século XIX. Como funcionário da Prefeitura desde a década anterior, Otacílio propôs mudanças na burocracia municipal, com o objetivo de pensar a cidade a partir de uma integração entre a administração pública e o planejamento urbano a ponto de cumprir os novos trâmites determinados pela Constituinte Mineira.

Esse planejamento é um importante elemento para o que Schudson (1992) destacou sobre o fato de que a reconstrução do passado, ao ser dada pelo presente, abre caminhos para as vulnerabilidades que transitam em torno da memória, entre as quais os processos políticos

em torno dela e as múltiplas disputas pelo seu controle a fim de criar convenções morais que legitimam os interesses do presente. Em Belo Horizonte, é possível destacar que o próprio Abílio Barreto foi parte interessada nas redes que formaram a memória da capital mineira, ao ser escolhido pelo então prefeito JK, em 1943, para dirigir o museu histórico municipal. Mas era Barreto apenas o artífice das memórias daquela então Belo Horizonte. Ela deveria ter outros donos, outras representações, ao menos era o que pressupunha os ideais do regime ditatorial. Formulado por, entre outros, intelectuais mineiros que compunham várias fileiras do primeiro escalão de poder do Estado Novo - como Francisco Campos e Gustavo Capanema, expoentes da geração mineira de espírito moderno da década de 1920, que, como vimos, tinha como aspectos principais a valorização do passado de modo crítico por meio da racionalidade (DIAS, 1975).

Com ampla autonomia política dos dirigentes de Minas proporcionada pela ditadura varguista, “os governantes imprimiam sua marca na execução de políticas públicas - traçando a estratégia de desenvolvimento, por exemplo - desde que tivesse presente a preocupação de atender aos requisitos específicos do clientelismo” (DULCI, 1986, p.31). E do personalismo também: os comandantes da capital mineira durante o Estado Novo transformaram a Pampulha, como demonstra Barreto (1994), desde então, em lugar de memória do regime em Belo Horizonte. Não à toa, a avenida que circunda a represa, ao ser pavimentada, recebeu, em 1938, o nome do ditador Getúlio Vargas, que inaugurou pessoalmente o Complexo Moderno da Pampulha em 1944.

Sobre os lugares de memórias, Pierre Nora (1993), ao tratar sobre memória e história, conceitua ser a memória sempre vivida no presente, entre lembranças e esquecimentos. E somente após a perda dos meios que compõem a memória que haveria motivos para criá-los. “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história.” (NORA, 1993, p.8). A história seria dada a partir da mediação, que, portanto, suspeita da memória, a repele. Os lugares de memória, para o autor, surgem de uma perda coletiva dada pela aceleração do tempo. Era essa, justamente, a proposta de modernidade proposta para Belo Horizonte: um tempo construído para o futuro, que busca uma identidade do que ser, não do que foi. Fechado em sua identidade, o lugar de memória continua aberto para a disputa, pelos sujeitos, em torno de suas significações. É nessa suposta contradição que habitam as ações sobre memória e história planejadas pelo poder vigente naqueles anos de 1930 e 1940 para BH.

Nessa disputa sempre permanente, a memória age a partir de um imperativo moral, como destaca Schudson (1992). Afinal, o ser e o estar de um sujeito no mundo passa por

lembrar e esquecer, atos que permitem construir memórias - narrativas em volta das relações de poder que constituem o sujeito. As memórias, dessa forma, atuam enquanto rastros “provocados pelos índices do passado que nunca vão desaparecer totalmente nas ruínas do presente”. (SANTAELLA; RIBEIRO, 2017, p.75). São em busca desses rastros sobre a Belo Horizonte dos anos 1940 que vamos apresentar alguns lugares de memórias que foram forjados para a cidade àquela época.

Essa relação de memória como índice do passado no presente é retomada por Bahia (2011) para discutir a modernização de Belo Horizonte durante a gestão JK, que buscou efetivar o Complexo da Pampulha e o Museu Histórico como lugares de memória da cidade. Para ela, o Estado Novo constituiu uma busca pela referência ao passado e de uma expectativa de construção de futuro por projetos políticos que buscavam uma modernização estética e arquitetônica, ao mesmo tempo que buscava a valorização de determinados passados que constituíam o pensamento político então dominante pela instituição de determinados lugares de memória.

A criação, em 1937, do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, e de museus, como o da Inconfidência (1944), em Ouro Preto - declarada monumento nacional em 1938 - reforçam esse argumento.

Nessa experiência, a relação entre a dimensão temporal de passado e a dimensão de futuro é de reciprocidade. Além da revalorização do barroco como manifestação artística genuinamente brasileira e da criação de lugares de memória para referenciar a história das cidades e do país, o passado vivido é também referenciado nas formulações propostas de modernização representadas pela ruptura, como a experiência da Primeira (Velha) República e suas representações políticas e culturais. (BAHIA, 2011, p.25).

Um personagem importante para essa modernidade pretendida pelo Estado Novo em Belo Horizonte foi Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), o advogado, jornalista e primo de Virgílio Alvim e Afonso Arinos que desde 1937 comandava o SPHAN. Em 1935, o prefeito Otacílio Negrão de Lima criou o Arquivo Municipal com o objetivo de servir como um local de guarda dos documentos administrativos. O porão da então prefeitura, onde é o atual Arquivo Público Mineiro na avenida João Pinheiro, era a sede do Arquivo, que não apresentava ambição de preservar as memórias da capital. Nesse mesmo período, foi idealizada a construção da represa da Pampulha, para solucionar o problema de abastecimento de água para a região habitada por moradores que tinham o trabalho agrícola como principal fonte de renda e fornecia alimentação para a população da região central da cidade.

Durante a gestão municipal seguinte - de José Oswaldo de Araújo (1887-1975) e ex-diretor do antigo Diário de Minas dos anos 1920 - e com o comando do SPHAN por Melo

Franco, começam as tratativas para fazerem em BH um novo lugar de memória, capaz de valorizar os ideais modernistas de criação da cidade. A área da antiga Fazenda do Leitão, remanescente do Arraial do Curral del Rei, foi incorporada pelo Governo Federal, que depois doou para o governo mineiro, e que foi comprada pelo município para ser a sede de um museu que contasse a história da Belo Horizonte idealizada tantas vezes por Abílio Barreto (BAHIA, 2011).

A proposta de ação realizada em seguida era dar um novo valor de modernidade para as áreas em torno da represa da Pampulha e da sede da Fazenda do Leitão. Esses foram um dos objetivos propostos por JK quando nomeado prefeito pelo governador Benedito Valadares. Ao seguir a cartilha da modernidade proposta pelo Estado Novo, o prefeito fica decepcionado com as colocações do urbanista francês Alfred Agache (1875-1959), convidado para propor soluções urbanísticas para a Pampulha. Bahia (2011) conta que

Encontrando uma cidade com um significativo déficit habitacional, um crescimento desordenado e sérias deficiências de infraestrutura na área suburbana, Agache propõe para a Pampulha a implantação de uma cidade-satélite, constituindo uma área de abastecimento hortifrutigranjeiro para toda a capital, a ser ocupada com população de baixa renda, tendo em vista a previsão do crescimento demográfico (BAHIA, 2011, p.110).

Após fazer os atravessamentos para que Belo Horizonte pudesse ter seu museu histórico, Melo Franco apresentou o conceito modernista de Oscar Niemeyer (1907-2012) para dar forma ao recanto do turismo de fim de semana para a elite da cidade, idealizado pelo prefeito e inaugurado em 1944. Ao interpretar os significados da Pampulha, Bahia (2011) argumenta em torno de uma modernidade pretendida.

O Conjunto Arquitetônico da Pampulha pode ser percebido como signo da modernidade, materialização de um tempo histórico que articula no presente o passado – ainda que somente por meio da reinterpretação de aspectos da arquitetura colonial barroca na linguagem moderna, visto que não dialoga com a cultura e as práticas urbanas existentes na “Pampulha Velha” e na própria cidade como um todo – e o futuro na expressão concreta estética e cultural da nação moderna imaginada. Na modernização de Belo Horizonte dos anos de 1940, à Pampulha coube expressar principalmente o futuro”. (BAHIA, 2011, p.148).

Da mesma forma que era executado um lugar de memória voltado para a construção de uma expectativa em torno do presente que ali se iniciava, outro era idealizado. No entorno do Museu Histórico (a restaurada sede da Fazenda), inaugurado em 1943, sob comando de Abílio Barreto, era loteado, no mesmo período que a Pampulha, o bairro Cidade Jardim - próximo ao centro, com amplos lotes, capazes de proporcionar um novo padrão urbanístico do morar bem em Belo Horizonte (BAHIA, 2011).

Era a celebração idealizada de uma cidade que, próxima ao seu cinquentenário, ainda estava jovial e moderna. Uma modernidade desconfiada sobre seu passado e seu futuro, a ponto de necessitar realçar suas memórias de um passado representado pelos ideais da modernidade pós proclamação da República e de um futuro com um amplo horizonte, capaz de tentar enxergar pelas janelas da sede do museu as curvas desenhadas pela modernidade da Pampulha. Uma modernidade que precisava destruir os lugares de memória anteriores àqueles novos pretendidos.

A partir de jornais e livros, Chacham (1994) volta-se para o Bar do Ponto, como dito anteriormente, localizado na avenida Afonso Pena com rua da Bahia, para rastrear os processos que culminaram no fim de determinados lugares de memória do centro da capital. Uma praça informal, o Bar - primeiro café da região, inaugurado em 1907, funcionava no andar térreo do edifício onde provisoriamente funcionava o Congresso Mineiro - era circundado pelos bondes e pelas pessoas que frequentavam as lojas, os cafés, os cinemas da rua da Bahia, referência do espaço central da cidade e das conversações em torno do viver em Belo Horizonte.

No início dos anos 1930, a região, de acordo com Chacham (1994), ganhava ares de um local de referência ao passado da cidade, principalmente pelas memórias dos escritores modernistas ali iniciados na década anterior. Era onde todos os grupos que compunham certa sociedade local se reuniam e que funcionou até o final dos anos 1930. “Homens de negócios, estudantes, advogados, namorados, tinham de encontrar-se lá” e “valia como a opinião pública”, rememora o jornalista Djalma Andrade (1994-1977), autor da letra do primeiro hino do Atlético; o “umbigo” da cidade por onde passavam “todos os bondes e os boatos”, de acordo com o escritor Guilhermino César (1908-1993); para Pedro Nava era onde “as linguinhas trabalhavam” (WERNECK, 1992, p.35). E de torcedores, por quê não? Local de referência da torcida do América e dos cronistas esportivos que cobriam o clube. A turma atleticana reunia-se quase ao lado, no Café Íris, e os então palestrinos no Bar Garibaldi, na Tupinambás (MAYOR, 2017). Devorador de reputações, o Bar do Ponto transformou-se no lugar de tradição da crônica da cidade, como comprova Chacham (1994), como um local e um nome a ser preservado:

A coluna “Bar do Ponto” foi inaugurada em dois jornais da cidade - Diário da Tarde e Correio Mineiro - em épocas próximas e escritas por cronistas diferentes. No Diário da Tarde, esta coluna teria começado a existir em 1934, com Carlos Drummond de Andrade, mas foi Moacyr Andrade, o “Gato Felix”, que prosseguiu com ela por trinta anos. (CHACHAM, 1994, p.81).

Porém, com as transformações da primeira gestão Otacílio, como a mudança do ponto final dos bondes para a Praça Sete de Setembro, as referências de Belo Horizonte foram modificadas. As imagens oficiais ganharam outros monumentos, como a Pampulha, outros lugares de memórias registrados em fotografias e em grande quantidade. Chacham (1994), inclusive, destaca a farta produção documental produzida durante a gestão JK, que desde então, passa a compor o acervo museográfico de BH como “uma memória sólida da administração de Juscelino Kubitschek, um inexplorado lugar de memória”. (CHACHAM, 1994, p. 194).

Diante dessas escolhas sobre as memórias da cidade parece sobressair o sentimento de falta, segundo a autora. A falta desses antigos lugares frequentados pela população que, como o Bar do Ponto, foram demolidos nos anos finais da década de 1940. Ao ser esquecido pela oficialidade, ele foi substituído por outro lugar de memória nos relatos oficiais da cidade: a Praça Sete. Mas esse movimento de desvalorização dos lugares de memória não parece ser por causa de uma expansão veloz da cidade. “O fim dos lugares em questão ocorre ‘antes’, preventiva, precoce e desmedidamente. Há que se perguntar, portanto, em que medida tudo isso ocorre ‘naturalmente’” (CHACHAM, 1994, p.16).

A autora argumenta que havia na cidade um planejamento sobre lugares a serem preservados, conservados como lugares de memória. Mais do que isso até: havia um planejamento sobre o uso dos espaços, o que cada lugar deveria conter. Essa ação, em busca de uma cidade moderna, sem rugas, como ela diz, busca construir uma história de Belo Horizonte sem desvios, constante, como procurava fazer o principal historiador sobre a cidade, Abílio Barreto. Era a BH do “vertiginoso evoluir”, como citado anteriormente.

A transferência do ponto dos bondes, em 1937, para a região da Praça Sete de Setembro - onde foram construindo abrigos para os passageiros e as linhas passaram a circular bairro a bairro cruzando em torno do obelisco - representou mais uma vitória diante da obsessão da cidade deixar de ser uma capital provinciana para ser a capital metrópole. Na revista Belo Horizonte, financiada pela prefeitura, a Praça Sete virou até nome de coluna, mas durou pouco (CHACHAM, 1994).

Se o planejamento oficial insistia em criar um novo lugar de memória, enquanto resultado da Belo Horizonte moderna pretendida, o Bar do Ponto sobrevivia pelas memórias daqueles que frequentaram seus passeios e balcões. Como dito anteriormente, nomeando coluna de um dos jornais mais populares da cidade nas décadas seguintes, o Diário da Tarde.

Outro movimento a ser percebido é que enquanto Belo Horizonte buscava ser metrópole, a intenção era guardar os rastros da BH anterior no museu histórico, seja por

objetos do início construção da cidade ou por cartões-postais de lugares recém-destruídos ou pelas novas realizações e lugares de memória, como o exemplo do amplo acervo da gestão JK. Chacham (1994), ao encontro do que propõe Bahia (2011), comenta que a memória da capital mineira ainda não havia se instalado totalmente ali:

Para além da imagem de cidade jovem e progressista, voltada para o futuro, seu complemento natural é Ouro Preto, a cidade da memória que é, sobretudo no Estado Novo, extremamente valorizada. Ouro Preto era a memória autorizada e válida para os belorizontinos, neste contexto de “necessárias” transformações urbanas de uma cidade - Belo Horizonte - que, ao contrário de Ouro Preto, era não somente jovem, mas sem passado. Ouro Preto cumpria a função de guardar a memória. (CHACHAM, 1994, p.240).

Um exemplo dessa função pode ser extraída de um dos principais romances que diz sobre aquela BH dos anos 1940. Foi Ouro Preto o local do consolo, o lugar da meditação para rumar novamente à vida de Eduardo Marciano após a morte do pai, em “O encontro marcado” (SABINO, 2020). Para Belo Horizonte, então, caberia o ideal do progresso, dos lugares de memória recém-construídos pelos ideais da modernidade, como o Complexo Moderno da Pampulha. É a memória com endereço certo, seja na capital moderna ou na capital antiga. É a modernidade, que precisa reafirmar seu passado e seu futuro, a que se propôs o Estado Novo. Uma “modernidade desconfiada”: aquela que acelera o passo para não ser surpreendida; que atravessa os cruzamentos em curvas para não ser atropelada; que busca construir outros lugares de memória a fim de deter o controle sobre suas significações.

É essa aceleração do tempo proposta pela modernidade que fez com que o Bar do Ponto fosse deixado de lado para ser construída uma nova representação sobre a região central de BH - uma região que destacaria a Independência do Brasil de sua Metrópole, transformação de Colônia para seu próprio Império. Belo Horizonte seria, então, a representação máxima desse processo, a cidade moderna da República, com suas memórias pré-selecionadas pelos agentes do poder em uma perda coletiva imposta para controlar as significações da modernidade.

É um modernidade que desconfia de si mesmo e, por isso, precisa propor novos lugares de memória, como a Pampulha. Não é que não exista o que contar, o que memoriar, mas isso parece ser insuficiente. É uma modernidade desconfiada porque ela busca um lugar de memória que remete ao passado, a algo histórico -, o Museu Histórico colocado, quando da sua fundação, foi colocado como um lugar de memória institucionalizado - e a uma modernidade voltada para o futuro. Havia, sem dúvida, como apresentado, tensões entre a BH real e a imaginada, entre a cidade colocada em perspectiva enquanto um lugar de memória e de outra apresentada para uma memória futura. Diante dessas tensões temporais, a solução

encontrada aqui foi buscar outros elementos que compõem essa trama da capital mineira, sendo o jornalismo esportivo fundamental para esse enredar. Afinal, como acentua Antunes (2014),

O tempo jornalístico não se mostra fixado, mas se faz numa espécie de desdobramento contínuo, articulando diferentes instâncias materiais, discursivas, expressivas e sociais. O jornalismo conforma uma temporalidade - o presente, que é atravessada por outros tempos (passado/futuro), em um processo concomitante de sedimentação e estilização dos tempos. O jornalismo curto-circuita os tempos: ao mesmo tempo que é padronizador do tempo atual - ritma e ordena cronologicamente o cotidiano, ela põe em circulação representações de relações temporais diversas, fazendo emergir outros tempos de outros estratos. São, no mesmo movimento, camadas superpostas e atravessadas”. (ANTUNES, 2014, p.164).

Linhares (1995) em seu estudo sobre os periódicos de Belo Horizonte entre 1895-1954 reforçou esse ideal do jornalismo em conformar uma temporalidade ao constatar que a segunda metade da década de 1940 foi o período com o maior lançamento de periódicos voltados ao esporte, mais particularmente ao futebol e “ai do jornal que não consagrar a esse gênero de esporte desenvolvida seção. Se isso não fizer, verá irremediavelmente suas edições encalhadas nas agências e bancas” (LINHARES, 1995, p.415). Lage (2016) mostrou que essa década representava mais de 60% dos títulos sobre esporte catalogados pelo pesquisador Linhares, o que correspondia a 80% dos números de periódicos esportivos da coleção. Porém, o enfoque continuava nos times profissionalizados, apesar do amplo número de equipes amadoras.

Em meados da década de 1940, periódicos de Belo Horizonte o denominavam de “esporte menor” e clamavam à Federação Mineira de Futebol maior apoio aos clubes e às competições. Pode-se constatar que o período pós-profissionalismo em Belo Horizonte foi marcado por um crescimento exponencial de clubes amadores em várias regiões da cidade, o que contrastava com as constantes denúncias de descaso das instituições gestoras. Enquanto o regime profissional contava com a participação de aproximadamente sete equipes durante a década de 1940, a divisão amadora possuía cerca de 200 clubes no mesmo período. Entretanto, embora a supremacia numérica fosse evidente, a importância do amadorismo não acompanhava tamanha expressão. Nessa perspectiva, o “esporte menor” era visto como um “celeiro de cracks” para o “esporte maior”, situação que desmornava as bases discursivas do amadorismo ainda veiculadas nas páginas dos impressos (MAYOR, 2017, p.329).

Lage (2016) avalia que foi intensificada nesse período a produção de periódicos que envolviam uma pré determinada posição clubística dos impressos, casos das revistas “A Raposa: a palavra da torcida cruzeirense”, “Olímpica: o Cruzeiro em foco (1946-1949)”, “Vida esportiva: sob os auspícios do Clube Atlético Mineiro (1946 - que após a terceira edição ficou apenas Vida Esportiva), “O Campeão: o Atlético em Revista (1949) e “América: a voz dos americanos (1947-1950). O autor propôs que a instabilidade dos periódicos, como a periodicidade espaçada, devia-se, sobretudo, ao que ele acreditava que seria o modo como

essas revistas esportivas eram produzidas: pela união de jornalistas que atuavam no cenário futebolístico da cidade voltado para a oportunidade de lucro com a ampliação do mercado editorial e de dirigentes dos clubes interessados em legitimar suas ações. Como destaque, ele apresentou a presença do jornalista Januário Carneiro em quatro dessas publicações: “Olímpica”, “O Campeão”, “Vida esportiva” e “América, a voz dos americanos”, por exemplo, que foi descontinuada após a edição de janeiro de 1950, e que conta com diversas homenagens ao prefeito Otacílio Negrão de Lima.

É desse período, inclusive, a criação pelo então prefeito de uma nova empreitada jornalística, o Diário de Minas - o segundo de BH com o mesmo nome; o primeiro foi idealizado por Mendes Pimentel (1869-1957) - que surgiu em 14 de julho de 1949, e que de acordo com Linhares (1995), era capaz de discorrer sobre os mais variados assuntos, com número de páginas “às vezes de quantidade elevada”, sem deixar de “estar ligado a correntes políticas” (LINHARES, 1995, p.476). Werneck (1992) chegou a afirmar que o jornal foi comprado pelo político para fazer valer suas ambições políticas de ser governador de Minas. Após a morte, por infarto, do político e empresário em 1960, o Diário foi vendido por sua viúva, Geni Negrão de Lima, à Magalhães Pinto, político e bancário que foi dono do jornal até 1969, quando era ministro das Relações Exteriores do governo militar do marechal Arthur da Costa e Silva (1899-1969). Nesse período, ele vendeu o jornal, que contava com enormes dívidas, por preço módico para Januário, que naquela época era dono da principal rádio noticiosa da cidade, a Itatiaia. Começava assim a Força Nova de Comunicação, empresa de Carneiro que anos depois, com o fim da Rede Excelsior, encampou a TV Vila Rica (CARVALHO; MARTINS, 1992).

Januário, inclusive, trabalhava em “O Diário” no fim dos anos 1940, o jornal de propriedade da Boa Imprensa S.A., que pertencia à Arquidiocese de Belo Horizonte, sob comando do sergipano Dom Antônio dos Santos Cabral (1884-1967), que chegou em Minas como bispo da capital mineira em 1922. Foram dos jornalistas e esportistas José de Araújo Cotta e João Etienne Filho (1918-1997) a audácia de criar, em 1945, “O Diário esportivo”, aquele que, de acordo com Linhares (1995), foi o primeiro periódico semanal exclusivo à divulgação do esporte da cidade, mas que foi descontinuado após 67 edições. Conforme as memórias de Otto Lara Resende (1922-1992),

quase que não dava para distinguir uma redação da outra: a Folha de Minas na rua da Bahia, era pertinho de O Diário, na Goitacazes, e também do Estado de Minas, na Goiás. A gente se encontrava nos cafés, nos botequins e nos próprios jornais. Todo mundo via todo mundo, mesmo que não quisesse. (RESENDE apud WERNECK, 1992, p.118).

E como estava o “esporte modernizante” proposto pela Folha de Minas? Desde 1935, quando havia sido nomeado consultor jurídico do Banco do Brasil, Afonso Arinos estava radicado no Rio, fazendo coro aos mineiros que partiam das montanhas rumo ao mar. Mas perdeu o cargo com a emergência do Estado Novo, regime do qual foi opositor, sendo, inclusive, um dos articuladores do Manifesto dos Mineiros e da União Democrática Nacional (ALMG, 1994). A Folha de Minas continuava representando, como vimos anteriormente, um exemplar da modernidade, de acordo com seus dirigentes. Todavia, ainda nos anos 1930 foi encampada pelo Palácio da Liberdade. Com a direção de Wilson Figueiredo (1924-), o “Folha de Minas Esportiva” foi considerado por Linhares (1995) o primeiro jornal esportivo diário da cidade. A primeira edição foi em 19 de setembro de 1949, mas contou, pelas contas do pesquisador, de “não uma dezena de números” (LINHARES, 1995, p.480).

Conta Werneck (1992) que publicava-se no jornal textos com maior liberdade, se comparado aos outros, visto que “para o governo, dono da Folha, só importava o noticiário político”. (WERNECK, 1992, p.137). O autor recorda que o jornal dependia, em excesso, do financiamento do Palácio, já que era pouco lido, o que afugentava outros anunciantes. Milton Campos, por exemplo, não era muito afeito ao jornal, ao contrário de JK, que quando governador, aumentou a verba publicitária da Folha. Entretanto, Campos, logo que assumiu o cargo, chegou a oferecer a direção do jornal para seu amigo de juventude Carlos Drummond de Andrade, a fim de que o escritor voltasse a Minas para assessorá-lo. Vários jornalistas e escritores tiveram seus textos publicados no suplemento literário do Folha, entre os quais Paulo Mendes Campos (1922-1991), Otto Lara Resende, Murilo Rubião (1916-1991) e Fernando Sabino, este além de nadador do MTC, casou-se com Helena Valadares (-), filha do interventor Benedito, em 1944.

2.1 Nos acordos

Mas não era apenas pelas ondas sonoras ou pelos periódicos diários que percorriam as informações futebolísticas. Longe de ser um movimento atual, está a produção de conteúdo jornalístico por parte dos clubes. O América, por exemplo, nesses anos 1940, criou, com profissionais que militavam na área esportiva, uma revista para chamar de sua. Foram apenas 12 edições de “América, a voz dos americanos”. Dessas, apenas a oitava e a nona edição não compõem o acervo da Coleção Linhares. O bastante para fazer da “América, a voz dos americanos” objeto relevante a ser aqui analisado, visto que ocupa os critérios determinados anteriormente em relação às temáticas e às palavras-chave. No período de um ano, em que foram feitas as cinco primeiras edições, houve destaque ao prefeito Otacílio Negrão de Lima

em todas elas. Espaço comparável apenas ao do engenheiro Alair Couto (-2008), então presidente do clube. Apesar disso, neste primeiro momento, a análise terá como foco as duas primeiras edições: de novembro de 1947 e de junho de 1948, cujas capas são respectivamente Alair Couto e Negrão de Lima. Enquanto a primeira traz o olhar do presidente que mira o destaque almejado pelo América, a ilustração do rosto de um prefeito sério, austero, quase messiânico, a ponto de ser determinante para a reforma do estádio do clube - embora não tenha sido feito o proposto pelo desenho que brilha abaixo do rosto: arquibancadas de dois pavimentos.

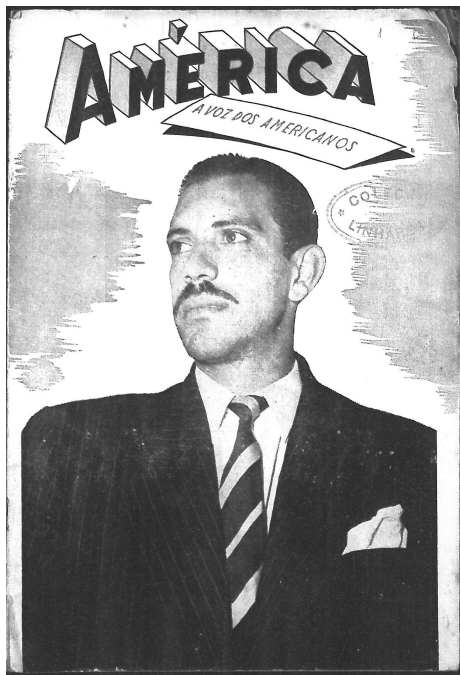


Figura 2- Capa da edição nº1 (nov.1947)



Figura 3 - Capa da edição nº2 (jun. 1948)

Em estudo sobre o periódico, Lage (2017) questiona se, de fato, a revista poderia representar o torcedor do clube. As sete primeiras edições, até janeiro de 1949, segundo ele, foram produzidas em função do ótimo momento em campo da equipe. A própria regularidade a partir da segunda edição - que afinal sai a público mais de seis meses após a primeira - mostra como naquele momento o América, de fato, havia forjado uma boa articulação de sua política interna, a ponto das questões econômicas serem o bastante para a volta da publicação jornalística. A presença do escudo do clube na edição reforça esse argumento. Naquele ano de 1948, o clube tornou-se campeão estadual, primeiro título enquanto equipe profissional. Portanto, o primeiro desde o decacampeonato mineiro de 1916-1925 (SOUZA, 2017), quando teve o meia atacante Otacílio Negrão de Lima como jogador titular em suas iniciais

conquistas - e que agora ganhava a capa da publicação no início de seu segundo mandato como prefeito da capital mineira.

Se a estabilidade da revista América entre julho de 1948 e janeiro de 1949 se beneficiou da performance da equipe de futebol em 1948, o declínio da revista teve início com o seu décimo número, de março/abril/maio/junho de 1949, justamente acompanhando a instabilidade política do clube e a queda de rendimento de seu time de futebol. Três conturbadas trocas de presidência, duas delas em princípios de 1949, e a outra em janeiro de 1950, registradas, respectivamente, nos números, sete, dez, onze e doze, refletiram na própria redação de América, que, aparentemente, se viu dividida entre as correntes que disputavam a gestão do clube (LAGE, 2017, p.53).

Como dito anteriormente, a 12ª foi a última edição da revista, que, inclusive, se dedicou a dizer sobre outras cidades, como uma matéria em relação ao clube Meridional, de Conselheiro Lafaiete.



Figura 4 - Páginas 10 e 11 da edição nº12 “América” (jan/1950)

Mas não sem antes relatar sobre como estavam as obras e quais as expectativas para a inauguração do “Estádio da Independência”, em texto de Januário Carneiro, que louvava os feitos do Sete de Setembro, presidido pelo empresário, patrocinador da revista e vereador Antonio Lunardi (1913-1977), e de Alair Couto e Otacílio. Este denominado "esportista número um de Minas Gerais" e o primeiro chamado de gênio, milagreiro:

Pois coube ao Sete de Setembro Futebol Clube, exatamente a menor das agremiações principais belorizontinas, marcar um tento espetacular. Tendo participado do grupo que recebeu vultosa dotação da Municipalidade, ganharam 3 milhões de cruzeiros em apolices, o clube rubro comprou um terreno, iniciou a terraplanagem e as primeiras construções. Cedo, porém, verificou que era impossível prosseguir o que planejara. Foi quando surgiu a hipótese de serem efetivados encontros da Copa do Mundo na praça de esportes rubra. Diante de dois motivos da mais alta relevância - a necessidade de dar à cidade um grande estádio e de patrocinar jogos da Copa do Mundo - Otacílio Negrão de Lima, o esportista número um de Minas Gerais, decidiu encampar a obra que vinha sendo executada pelo Sete de Setembro. (CARNEIRO, 1950, p.10).

As imagens ressaltam as arquibancadas de concreto e o canteiro de obras no Horto. Além de convidar aos leitores para conferirem as obras do estádio de forma oval, que deveria ser completamente rodeado pelas arquibancadas, mas que estava pronto apenas as que permitiam um formato de ferradura (com um dos lados abertos) e que custaria um total de 12 milhões de cruzeiros, “preço bastante baixo”. O texto de Januário não poderia ser diferente. Afinal, Otacílio, além de incentivador do esporte, havia acabado de retomar o “Diário de Minas” - que décadas mais tarde seria comprado, como dissemos, por Januário - sendo o mais novo empresário do ramo jornalístico da cidade com vistas a galgar para a cadeira principal da Praça da Liberdade. Além disso, o prefeito disputava contra Dom Cabral a nova concessão de rádio da cidade a ser cedida pelo Governo Federal em prol da cidade que se agigantara, mas que não vira ampliar o número de frequências no dial.

Alair Couto, por sua vez, como relatam Carvalho e Martins (1992), mantinha sólida amizade com Januário, a ponto deste convencê-lo no ano seguinte, de 1951, a lhe emprestar e financiar grande quantia para a compra de uma emissora de rádio de menor potência na cidade de Nova Lima, com o objetivo de deixar a briga para ser dono de rádio com os poderosos de BH, que poderiam continuar a pagar seu salário enquanto tentava ser empresário de comunicação com a sua futura rádio Itatiaia. Assim, “distante”, mas estrategicamente ao lado da capital mineira, o então correspondente da rádio Continental do Rio de Janeiro e diretor de esportes da rádio Guarani (pertencente aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand) e de “O Diário”, o jovem Januário conseguiu ainda abrir seu pequeno empreendimento jornalístico. Afinal, o futebol era o grande destaque jornalístico na Belo Horizonte então cinquentenária, cujos modelos de publicação jornalística se segmentavam ainda mais diretamente junto aos próprios clubes, que se tornam seus principais apoiadores - sem dispensar, claro, a diversidade de anunciantes: caso da Revista do América como podemos ver nas páginas iniciais das duas primeiras edições.



PUBLICAÇÃO MENSAL
 PROPRIEDADE DA
"EDITORA MINEIRA"

Redação e Administração:
 Av. AFRASIO PEÑA, 526
 Ed. Mariana - Sala, 419
BELO HORIZONTE

Número avulso
 Cr\$ 2,00

As colaborações ou outras correspondências devem ser enviadas para o endereço acima

NOSSA CAPA
 Apresentamos em nossa capa o presidente ALAIR COUTO

11.1 - ANO I - NOV. - 1947

Faça de seu amigo um assinante de
América F.C.

Esportistas!

Magazine Moisés

oferece as melhores camisas

Kanfie Tropical

Edifício Acaiaca
Rua Espírito Santo

Santa Teresa Hotel

Conforto - Distinção

Telefones em todos os apartamentos

End. Tel. «SANTERESA» - Tels. 2-4540
 2-5336

Rua Tupinambá, 643 - ; Belo Horizonte



Entregamos hoje aos americanos a sua revista. Inspirada na verdadeira alma atlético, ela surge para representar como vem dito na capa, a voz de todos nós. Nestas páginas falamos todos, de todos e sobre todos, mesmo que o tenha para ser dito não seja favorável. Vejamos, contudo, se conseguimos escrever sempre honestamente, não havendo por parte dos associados que quiserem ser colaboradores uma parcela infame de censura ou quebra. Si tal acontecer é certo que as coisas correm maravilhosamente bem na Alemanha. Atualmente, porém, o aparecimento desta publicação afirma isto, pela sua necessidade, vindo acompanhar paralelamente o nosso progresso que todos sentem pujante e efetivo. O estado torna-se dia a dia uma realidade, com os degressos cabidos para que milhares de laboriosos possam comodamente assistir as grandes festas futebolísticas de todos os domínios. As equipes esportivas, sem exceção, continuam nas suas jornadas magníficas, liderando várias delas as competições oficiais da cidade. E ninguém pode deixar de reconhecer que a diretoria americana é responsável pelas iniciativas administrativas e pelo clima que permite as vitórias nos campos esportivos. No futebol, o esporte que mais empolga, fez-se tudo para uma grande campanha em 47. Bons elementos de reconhecimento regional e nacional foram aliçados para as fileiras do DECA e se melhor posição não pôde ser tomada a razão está no facto seguinte: os destinos da agremiação passaram para as mãos da atual diretoria poucas semanas antes de ser iniciada o campeonato. Mas isto não importa. Agora há mais tempo, mais experiência e o que resta é caminhar para 48 em condições melhores e superiores.

Se estes factos todos e muitos outros mais ainda que inspiraram a saída da revista AMÉRICA, os americanos, sem excepção, estão convocados para ajudar a continuidade da luta, podendo enviar as suas sugestões, críticas e opiniões que tudo será bem recebido. De nossa parte temos o estímulo da certeza de estarmos prestados mais um serviço ao clube que tanta glória tem fornecido às páginas esportivas de Minas, o que nos gulará firme no empreendimento.

BAR DO GRANDE HOTEL

Para seus aperitivos procure o que melhor serve

Rua Bahia, 1136 - Tel. 2-5530 - B. Horizonte

TISSOT Joalheria

OFICINA PARA CONSERTOS
 JOIAS E RELÓGIOS - ARTIGOS PARA PRESENTES

ORLANDO MARTINS DA ROCHA & IRMÃO

Rua São Paulo, 673 - Edifício Lutetia - Belo Horizonte

BAR E CAFÉ MANTIQUEIRA


Frutas, Conservas, Doces, Queijos, Manteiga e Artigos para Fumantes

— Completo sortimento de Bebidas Nacionais e Extranjeiras —

ENTREGA RÁPIDA A DOMICÍLIO

João Antunes Junior :: Av. Mantiqueira, 95 - Tel. 2-0588
 - Belo Horizonte -

Figura 5 - Contracapa e página 1 da edição nº1 da "América, a voz dos americanos" (nov. 1947)



EXPEDIENTE

AMÉRICA — a voz dos americanos

Ano 2 — Número 2 — Junho de 1948.

Revista esportiva mensal, dedicada ao América Futebol Clube.

Redação e administração: rua da Bahia 1065 — 2º andar — Belo Horizonte

Diretor: dr. Orlando Nobre.

Secretários: Jamilino Carneiro.

Colaboradores: — José de Oliveira — Vaz — Roque — Valdeci — Helvécio F. Carvalho, Francisco F. Carvalho, Yastick Paulo Nunes Vieira, José de Araújo Costa, Roberto P. dos Santos, Fortunato Pinto, Alvaro Celso da Trindade, Cláudio Marins Pereira, Sérgio Colares Texeira, José Mourão Prado, Socrates Alves Pereira, Hebe Adami de Carvalho, Francisco Ferreira Junior, João Claudio Teófilo.

Impressa na gráfica de O DIÁRIO

Clichês da FOTOGRAVURA BELO HORIZONTE

NOSSA CAPA apresenta a figura dinâmica do prefeito Otacilio Nogueira de Lima, patrono do América Futebol Clube e figura ímpar dos desportos mineiros, dos quais é o maior benemérito.

Segundo numero

Surgiu em novembro de ano passado para dedicar-se à divulgação das coisas do Decca, a revista AMÉRICA popularizou, por motivos de força maior, as suas atividades no primeiro número. Volta agora, entretanto, com muito animo e muito vontade de firmá-lo dentro da imprensa desportiva mineira, onde os melhores serviços poderá prestar à causa do clube a que se dedica.

É este, pois, a segunda edição. É o número do reaparecimento, marcando o início de uma nova e promissora fase. E se todos os que conosco têm cooperado, se dispuserem a nos continuar prestando o seu auxílio, então faremos a certeza de que esta publicação será mesmo, como desejá-los, a voz dos americanos.

O MILAGRE

Somente quem habita lá dentro, ou quem, vivendo lá fora, conhece bem a situação, pode perceber toda a significação dessa campanha gigantesca que encontra agora o ponto final da sua primeira fase.

Está consumado o milagre. E que estranheza alegre tema de assalto o coração de todos, quando percebemos que a velha fibra dos americanos, em tantas ocasiões escandalosamente praca de esporte, reaviva para se já tantas vezes necessitada do futebol de Belo Horizonte. A transfiguração do estádio deixou de ser por isso mesmo, um deserto ao mesmo tempo dos americanos; transformouse numa investição da época, à qual a gente da Alameda, valente como sempre, fez questão corajosa de não fugir. De cores vivas, num tom o coração é feito de júbilo, saltando de entusiasmo e idealismo. Alair Couto e seus companheiros iniciaram a grande tarefa. Até para combater as ridículas e críticas amaras servia a plantas expostas numa vitória: Ninguém acreditava que logo numa fase naturalmente tão difícil, tão cheia de contratempos, de esforços de problemas, pudesse o América lançar-se a um empreendimento de tanta magnitude. O difícil porém em ocorrer. E essas novas bandeirantes do esporte, talvez que nem mediante o não tremendo da carga que foram de carregar, lançam-se à batalha com um destemor que talvez valha, sozinho, mais que todos os glórias da tarefa cumprida.

Foi dura longa e tenaz a jornada. Hoje, quem olha do tradicional portão social para dentro dos muros do estádio, sente Mirama brotarem nos olhos, sente o sangue mais vezes voltando e coragem lutar mais depressa. Abre-se diante do observador um panorama maravilhoso, sublime afirmação do valor de um clube a de uma gente, esplendidamente atestado de que no século XX do século e da bomba atômica, impregnado do materialismo, ainda se pode acreditar nos milagres do coração!

DE JANUÁRIO CARNEIRO

Venda avulsa: - Cr\$ 2,00 o exemplar

Figura 6 - Página 3 da edição nº2 da "América, a voz dos americanos" (jun/1948)

Enquanto a primeira edição nada dizia sobre quem produziu o conteúdo, apesar da referência constar como uma propriedade da “Editora Mineira”, parece ser propício afirmar a presença de Carneiro, pelas edições seguintes adotarem a mesma diagramação e os textos apresentarem as mesmas características. O constante pedido de colaboração dos apoiadores do clube, seja em forma de textos ou de conteúdo publicitário é uma constante. Na carta aos leitores da primeira edição, a proposta é um espaço aberto aos membros do clube, seja para elogios ou críticas. Sem deixar, contudo, de enfatizar que se o time não está melhor no campeonato o motivo é o mandato da nova diretoria ter começado pouco antes da bola rolar.

É possível perceber que para um periódico que se propunha ser mensal, a edição seguinte só foi publicada em junho do ano seguinte sob a justificativa da paralisação por “força maior”. Sem melhor detalhamento, o expediente apresenta os nomes que compõem o periódico, como os jornalistas Oswaldo Nobre (-), José de Araújo Cotta, Cipião Martins Pereira, Álvaro Celso da Trindade e o próprio Januário - todos esses importantes nomes da crônica esportiva mineira - que ao escrever a apresentação do número saudava Nobre a direção do América como “bandeirantes do esporte” ao propor e conseguir a remodelação do Estádio Alameda: um “milagre”.

A edição nº1 destaca as obras avançadas da remodelação da Alameda, mesmo diante daqueles que duvidavam do feito:

Quando se pensou em remodelar o estádio ‘Otacílio Negrão de Lima’, muita gente boa olhou a ideia como visionária e impraticável. Infelizmente, não foram só os de fora que assim pensaram. Havia pessoas chegadas ao clube, que imaginavam ser aquilo uma utopia, um sonho vão. Isso porque estamos acostumados a ver que o progresso do nosso futebol está superando as suas possibilidades. Estamos acostumados a lamentar que nosso organismo esportivo tenha crescido muito e que a sua capacidade de produção não corresponda, às vezes, às imediatas necessidades de sua existência (AMÉRICA, 1947, p.7).

Vale ressaltar a ênfase dada ao nome do estádio. Sempre chamado de Alameda, apelido dado por ter, como dito anteriormente, uma de suas entradas na Alameda do Parque Municipal criada no final dos anos 1920, desde que as obras de remodelação tiveram início passou a ser enfatizado o uso do estádio com o nome do político e ex-jogador campeão do clube. A questão não é se a homenagem era merecida, mas também devemos considerar que naquele mesmo novembro estava em disputa a cadeira política mais disputada da Avenida Afonso Pena. A campanha tinha como um dos candidatos o próprio Otacílio, que prometia uma BH ainda mais moderna, capaz de superar problemas que insistiam em permanecer, como o do transporte público, modificado por ele na década anterior. “É doloroso o espetáculo que nos oferece o transporte coletivo da cidade. Novas linhas, prolongamentos das

linhas atuais e a compra de novos bondes são absolutamente indispensáveis” (FONSECA, 2012, s/p.), afirma o candidato e ex-Ministro do Trabalho, como destaca Fonseca (2012) em comício disputado pelos eleitores.



Figura 7 - Páginas 8 e 9 da edição nº1 da “América, a voz dos americanos” (nov. 1947)

A Revista destaca ainda as fotos da remodelação do estádio, em uma evidente indicação de progresso do “Otaécílio Negrão de Lima”, sugerindo que a BH do candidato a prefeito seria tão arrojada e desenvolvimentista quanto a vivenciada pelo clube. O interessante é a presença ao final da edição, em meio a outras publicidades e a promessa de uma segunda edição ainda em dezembro com notícias sobre as várias modalidades esportivas praticadas no clube, de uma propaganda do candidato Walter Athayde (1910-1967).

<p>Bar e Restaurante Picadilly * Aberto dia e noite</p> <p>Bebidas Nacionais e Estrangeiras - Frutas, Conservas, Doces, etc.</p> <p>Gustavo Pires Lage</p> <p>Rua Espírito Santo, 292 - Tel. 2-2818 - Belo Horizonte</p>	<p>FABRICA DE TINTAS IMPERIAL</p> <p>Tipo-Lito, Offset e Folhas de Flandres Carbônio e Cópia Pastas, Vermes e Secantes Massa legítima para rolos "PIAM"</p> <p>Fábrica: Belford Roxo - Estado do Rio</p> <p>Escritório e Depósito: AVENIDA PARANÁ, 191 - Apart. 3 - Telefone 2-4853 - Belo Horizonte</p>
<p>Próximo número:</p> <p>O presente número da revista AMÉRICA, após os dias vinte de dezembro, trazendo uma reportagem sobre a disputa eleitoral municipal de Belo Horizonte, além de fatos, colaborações de especialistas, etc. O presente número não foi publicado em virtude de problemas de impressão. O próximo número da revista AMÉRICA, trazendo notícias sobre o futebol, será publicado em dezembro de 1947. Mas uma vez esperamos a sua revista dos americanos e dos brasileiros que nos interessam bastante, sem o qual não tornamos vindo à lume.</p> <p>DROGARIA BRASIL</p> <p>Bahia Mascarenhas & Companhia Ltda.</p> <p>Importação e Exportação</p> <p>Matriz: - Rua Rio de Janeiro, 358</p> <p>TELEFONES: Seção de Varejo 2-1814 e 2-3172 e Seção de Atacado 2-2020 e 2-1977</p> <p>Escritório</p> <p>Filial: - Avenida Afonso Pena, 940</p> <p>Telefones 2-4494 e 2-7013</p> <p>Rua Carijós, 422 - Telefone 2-3372</p> <p>Caixa Postal, 218 - End. Tel. -Mascarenhas- - Belo Horizonte</p>	<p>O nosso Vice-Prefeito</p>  <p>WALTER ATHAYDE</p> <p>O AMIGO de TODOS</p> <p>Mobiliário Gomes de Faria</p> <p>Wilson Gomes de Faria</p> <p>Dormitórios, Salas de Jantar, Escritórios, Grupos Estofados, Copas Esmaltadas, Colchões de Mola, Decorações, Tapeçarias</p> <p>Rua Espírito Santo, 467 - Tel. 22403 - Belo Horizonte</p> <p>Carlos Alberto Gomes</p> <p>Cirurgião-Dentista pela U.M.G.</p> <p>Rua Tupinambás, 379 - Telefone 2-2825</p> <p>Ed. Império - 5.º and. - Salas 50 e 51</p>
<p>FABRICA DE CHAPÉUS DE SOL Vendas por Assado e a Lata</p> <p>Vendas e consertos de Guarda Chuvas e Bengalas por Preços Móditos - - Ferretti & Cia.</p> <p>TELEFONE: 2-1310</p> <p>RUA RIO DE JANEIRO, 379 - - BELO HORIZONTE</p>	<p>FAISCADA um prato sensacional</p> <p>FAISCADA já dominou a cidade</p> <p>FAISCADA é cem por cento - -</p> <p>FAISCA - E o FAISCA está na Rua Tupinambás, 646</p>
<p>"ARMAZEM SÃO GABRIEL"</p> <p>Cereais, conservas, populariza, minhocas, etc.</p> <p>Proprietário: José Batista Moreira</p> <p>RUA CLÁUDIO MANOEL, 804 - - BELO HORIZONTE</p>	<p>CASAS GERALDO VASCONCELLOS</p> <p>Peças e acessórios em geral para Ford - Chevrolet e Intercontinental Distribuidora exclusiva das Velas G.C.M. no Estado de Minas Gerais</p> <p>Endereço Telefônico: -GEVABCO-</p> <p>AV. PARANÁ, 33 - TEL. 2-7375 - BELO HORIZONTE - - AV. CUSTÓDIO SILVA - PONTE NOVA</p>

Figura 8 - Páginas 16 e 17 da edição nº1 da “América, a voz dos americanos” (nov. 1947)

A Constituição Mineira daquele ano estabelecia votação obrigatória aos alfabetizados maiores de 18 anos para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores. Eram, portanto, eleições distintas, apesar das coligações serem permitidas. Fonseca (2012) lembra que as apurações das 242 urnas espalhadas pela cidade naquele 23 de novembro demoraram seis dias. De um lado, pelo partido de Arthur Bernardes, o Republicano, estava Otacílio. Pela mesma coligação “Popular” formada pelos trabalhistas, o vice Bento Gonçalves Filho. Do outro lado, o candidato da UDN, que governava Minas sob a liderança de Milton Campos, Antônio Vasconcelos (-). Também udenista era o candidato a vice Jonas Barcelos Correa (-). Ao disputar por fora das duas coligações, Walter Athayde (-) tinha que investir mais em outros meios para ser eleito. O que não aconteceu, já que os dois nomes da Coligação Popular conseguiram se eleger. Com ampla vantagem em relação ao segundo colocado, Otacílio foi eleito, pela primeira vez, para comandar a capital de Minas Gerais.

A cidade que agia em prol de sua modernidade, também de maneira inédita, voltava a ter o mesmo prefeito em um segundo mandato, fato que aconteceria novamente somente mais de 50 anos depois, com a reeleição de Célio de Castro (1932-2008), que não chegou a concluí-lo por motivo de saúde. Uma modernidade tão desconfiada que precisava voltar a um esteio com ligação popular, feito Otacílio, para propor outras soluções de futuro. Talvez não tão outras.



Figura 9 - Páginas 16 e 17 da edição nº2 da “América, a voz dos americanos” (jun/1948)

Como mostra a segunda edição da revista “América”, o futuro reservado era a reinauguração da Alameda, vinte anos depois, dessa vez nomeado “Estádio Otacílio Negrão de Lima”, como era chamado, por alguns, de maneira informal havia alguns anos. A Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, por exemplo, na edição de 13 de janeiro de 1943 chega a indicar o “estádio Otacílio Negrão de Lima” enquanto o local da partida entre América e Botafogo. O destaque central para a visão aérea do complexo esportivo, e dos representantes políticos presentes, casos do governador - e também torcedor do América - Milton Campos, que inaugurou oficialmente o estádio, e do homenageado do dia, Otacílio, ao dar o chute inicial. Souza (2017) conta que entre outros presentes naquele 27 de maio estavam o arcebispo de Mariana, que deu as bênçãos ao estádio, Dom Helvécio Gomes (1876-1960) e os secretários de Estado do Interior Pedro Aleixo - também torcedor do clube - e do de Finanças, Magalhães Pinto. No torneio quadrangular, composto por Atlético, Vasco da Gama e São Paulo, realizado para a comemoração, o América foi campeão invicto. Destaca-se a não presença do secretário de Agricultura, Américo René Giannetti (1896-1954), que torcia para o clube do Barro Preto.

Porém, se para o clube a modernidade prometida era voltar ao passado de títulos que ruiu quando os jovens meninos que fundaram a equipe tornaram-se adultos, para alguns novembro de 1947 representou novas aspirações políticas. Dos 23 vereadores eleitos, alguns tinham ligações diretas com o futebol, casos do goleiro do Atlético, Olavo Leite Bastos (1914-1991), o Kafunga - que não concluiu este primeiro mandato, mas teve vários outros a partir dos anos 1970, quando aposentado dos gramados; Antônio Lunardi - como dito anteriormente presidente do Sete de Setembro; Padre Cyr Assumpção (conselheiro do Sete e associado ao Atlético), Jorge Ferraz (com os clubes amadores) e Álvaro Celso da Trindade, o Babaró, que inclusive assina matéria na edição sobre o médico Lucas Machado (1901-1970), reserva de Otacílio na equipe, só tornando-se titular do time decacampeão após a formatura de Negrão de Lima em Engenharia no ano de 1921. Um dos mais populares cronistas esportistas do anos 1940, Babaró virou notícia na edição de nº 6 da revista, de dezembro daquele mesmo ano. Na edição anterior, ainda assinava como um dos colaboradores. Vítima de infarto em 30 de novembro, o locutor esportivo da Rádio Guarani foi descrito como “americano dedicado”, com significativos serviços prestados ao clube, inclusive em cargos de direção. A comoção causada por esse falecimento repentino foi tamanho que a Câmara e o prefeito, ainda em dezembro, no dia do aniversário da cidade, denominaram a famosa Alameda América como Alameda Vereador Álvaro Celso, nome até hoje utilizado em homenagem ao Babaró (BELO HORIZONTE, 1948).

Não é de se espantar a tristeza alamedina, pois o cronista narrara o “clássico das multidões” pela Guarani, entre Atlético e América, na Alameda, no domingo anterior, em 28 de novembro. E além disso, era um dos juízes do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Mineira de Futebol, que decidiria se o título mineiro daquele ano seria do América ou do clube do bairro de Lourdes. Naquele último jogo transmitido por Babaró, a pressão dos torcedores rompeu o alambrado nos minutos finais do primeiro tempo, com invasão de campo pela torcida e alguns feridos. Em meio a descrença da torcida com a arbitragem, houve nova invasão, de ambas as torcidas, no segundo tempo. Com a confusão generalizada, o jogo foi encerrado pela equipe de arbitragem. A vitória parcial, até o momento do encerramento, por 3 a 1 do clube de Babaró prevaleceu na decisão da Justiça Desportiva da CBD, que reconheceu o título do América em 4 de fevereiro do ano seguinte (SOUZA, 2017).

A edição de nº2, de junho de 1948, ainda destaca, pela primeira vez, "o dinheiro do Otacílio". Mais do que apresentar o trabalho, o texto, de página inteira, tenta justificar as ações do prefeito junto aos clubes de futebol, principalmente o uso de dinheiro público. Entre as promessas a serem cumpridas ao longo do mandato, como não poderia deixar de ser diferente, as corridas de bicicleta, motocicleta e automóvel ao redor do ícone da modernidade belorizontina, a Lagoa da Pampulha, bem como o incentivo a outros esportes.

O Prefeito auxilia o esporte

VULTUOSOS EMPREENDIMENTOS DO PREFEITO OTACILIO NEGRÃO DE LIMA — VIRÁ O ESTÁDIO MUNICIPAL — NÃO ESTA' SENDO ESQUECIDO O AMADORISMO

Já se nota nos círculos esportivos da Capital grande desânimo, evidentes sinais de contentamento. As entidades esportivas, grandes e pequenas, dão o ar da graça, respiram em ambiente mais arejado, se empenham entusiasmadas nos torneios e se preparam com afinco no aprimoramento do físico. Tudo isso porque contam hoje, à frente dos destinos municipais de Belo Horizonte, com a figura do sr. Otacilio Negrão de Lima, o administrador esclarecido, dinâmico e empreendedor, que nunca recusou o seu apóio moral e material a todos os cometimentos que visam o progresso e bem estar do povo belo-izontino.

O ilustre Prefeito já era conhecido das camadas esportivas pelo seu destacado papel de cronista do alvi-verde. Mais conhecido delas se tornou ainda quando de sua primeira passagem pela Prefeitura, onde, dando mostras de seu carinho pelas coisas esportivas, teve o ensejo de prestar os mais assinalados benefícios aos nossos clubes. Se grande era, portanto, a gratidão dos esportistas da Capital ao Prefeito Otacilio Negrão de Lima, essa gratidão paira agora em altura imensurável, pois que, de novo ásteta dos destinos municipais, o sr. Otacilio Negrão de Lima abre os braços novamente aos nossos grêmios, profissionais e amadores, levando-lhes o influxo de seu entusiasmo de esportista de alto quilate, e a ajuda valiosa e indispensável que de há muito lhes vinha sendo recusada por outros administradores.

Nessa quadra difícil, em que se encarece o pão e os altos preços de primeira necessidade inibem o povo de frequentar casas onde se exibem os espetáculos de luxo, o prefeito Otacilio Negrão de Lima, apoiando como está as atividades esportivas, que são de cunho eminentemente popular, demonstra mais uma vez o seu alto apreço pelo esporte, sem dúvida o derivativo mais em voga do operário, que constrói, no sublime anonimato de sua existência, o arcabouço de todas as civilizações.

DECIDIDO APOIO DO PREFEITO AOS CLUBES

Após assumir o cargo de Prefeito e ter solucionado problema de suma gravidade, o sr. Otacilio Negrão de Lima voltou as suas vistas para as atividades esportivas que, privadas do auxílio público, lutavam com as mais tremendas dificuldades para o seu desenvolvimento. Não dispondo a

Prefeitura de saídas nas verbas que se destinavam ao amparo dos esportes, o sr. Otacilio Negrão de Lima, na verba de 75 milhões de cruzeiros pedidas á Câmara Municipal, incluiu 20 milhões de cruzeiros para o incentivo das artes da cultura do povo, o Prefeito passou a agir, como se tem visto, amparando de maneira positiva, evidentes clubes que, com causa justificada, tem recorrido ao auxílio municipal.

OFICIALIZADO O TORNEIO TRIANGULAR

Uma das primeiras e acertadas medidas do prefeito Otacilio Negrão de Lima, no inicial os benefícios aos clubes mineiros, foi ter oficializado o Torneio Triangular, organizado e disputado por América, Atlético e Cruzeiro. Se as disputas se cercavam de interesse, maior se tornou estético logo tiveram os seus disputantes a notícia de que o triunfo valeria a conquista de 50 mil cruzeiros.

PREMIADOS OS CLUBES AMADORES

Também os clubes amadores, nele disputaram coracientemente entre si um Triangular. E o Prefeito, a par disso, destinou aos vencedores varios premios, tendo o Santa Teresa, que assegurou campeão, recebido 5 mil cruzeiros de premio e o Tremedal 3 mil.

TORNAR-SE-A' REALIDADE O ESTADIO MUNICIPAL

Uma das maiores virtudes do Prefeito Otacilio Negrão de Lima, segundo a voz popular, consiste em prometer e cumprir. O povo está cansado dos «Antonios» e «Antônio Promessas». O prefeito Otacilio Negrão de Lima tem em mira construir o estádio Municipal de Belo Horizonte. Deseja nivelar Belo Horizonte nos centros mais adiantados, como São Paulo e outras capitais do mundo. Pelo que se é dado observar, ainda bem não havia amadurecido no espirito do Prefeito a idéia luminosa do estádio Municipal, já ele se punha em ação, tendo convidado ao seu gabinete figuras de destaque dos nossos círculos esportivos, com as quais trocou idéias e designou logo uma comissão composta dos vencedores Alvaro Celso e Antônio Lunardi, e srs. José Negrão de Lima e Alberto Pinheiro, para estudar o local mais azevel à construção do estádio.

PROPORCIONANDO FUTEBOL AOS TRABALHADORES

Pelo que se tem visto tudo que diz respeito ao trabalhador repercute agradavelmente nos ouvidos do Prefeito. Homem afeito ao trabalho honrado em que vive mergulhado desde a mocidade, conhece todas as canseiras e agruras dos que, diuturna e noturnamente, ganham o pão com o suor do proprio rosto. O Dia do Trabalhador ia passar quase despercebido, com apenas comemorações de praxe na Capital. Nenhuma homenagem, das que de fato encorajando as preliminares do Torneio éo no coração do trabalhador, fora programada. Sabendo disso o prefeito Otacilio Negrão de Lima, fez realizar, em homenagem ao Dia do Trabalho, o encontro América e Vila, que por sinal arrastou ao estádio do Cruzeiro uma multidão incalculável.

TERÃO APOIO DO PREFEITO AS CORRIDAS NA PAMPULHA

A Pampulha voltará a reviver as suas horas de esplendor esportivo. Vão realizar-se ali, oportunamente, corridas de bicicletas, motocicletas e automóveis. Antes do prefeito Otacilio Negrão de Lima segurar o leme municipal, as corridas não se efetuaram por falta de apóio. Agora, porém, vamos rever as sensacionais provas de automobilismo. O Prefeito dará todo o seu apóio ás provas, o que assegura de antemão o maior êxito.

CONTINUARA' O AUXILIO A TODOS OS ESPORTES

Não ficará só nisso o apóio do Prefeito, que não vota favoritismo a esse ou aquele esporte. Entusiasta de todos, todos lhe merecem a mesma consideração. Clubes de futebol grandes e pequenos, basquete, volei, natacão, tiro ao alvo, tenis, ciclismo e motorismo, fundistas e saltadores, pugilo de bravos que vivem enrijecendo os músculos na prática solitaria dos esportes, agregando-se na corte dos fatos apta a defender, em qualquer eventualidade, as fronteiras da Pátria estreitada, todos encontrarão, na pessoa do Prefeito Otacilio Negrão de Lima, o auxílio necessário para o desenvolvimento de suas atividades esportivas, e o auxílio que, bandeira do progresso nos punhos, convoca a todos para a nobre e indeclinável tarefa de trabalhar por Belo Horizonte, por Minas e pelo Brasil.

AMERICA

Página 30

Figura 10 - Página 30 da edição nº2 da "América, a voz dos americanos" (jun. 1948)

O texto reforça o passado do prefeito enquanto desportista e dos seus feitos para a área em seu primeiro mandato. Ressalta também sua relação com os trabalhadores ao justificar o incentivo ao esporte por ser uma alternativa de civilização para o operariado, bem como pregava a cartilha do esporte no Estado Novo.

Nessa quadra difícil, em que se encarece o pão e os altos preços de primeira necessidade inibem o povo de frequentar casas onde se exibem os espetáculos de luxo, o prefeito Otacilio Negrão de Lima, apoiando como está as atividades esportivas, que são de cunho eminentemente popular, demonstra mais uma vez o seu alto apreço pelo esporte, sem dúvida o derivativo mais em voga do operário, que constrói, no sublime anonimato de sua existência, o arcabouço de todas as civilizações. (AMÉRICA, 1948, p.30).

Ainda é explicado que em um aporte de verbas solicitadas à Câmara, cerca de 75 milhões de cruzeiros, aproximadamente 20 milhões foram pedidos para a "cultura do povo",

sendo repassado aos clubes que recorrem a esse auxílio - desde que a causa seja justificada. Também foram incentivadas práticas futebolísticas no Dia do Trabalhador, além de oferecidas premiações aos times campeões do amadorismo, em uma lembrança da tradição do amadorismo - como o disputado pelo prefeito nos anos 1910, mas que nos anos 1940 contava com mais de 200 times (MAYOR, 2017) - e da prática esportiva tão recomendada à população pelo Estado Novo. Destaca-se também a preocupação em justificar o incentivo a um novo estádio na cidade, visto que o “Otacílio Negrão de Lima” acabara de ser reinaugurado.

Pelo que se é dado observar, ainda bem não havia amadurecido no espírito do Prefeito a ideia luminosa do estádio Municipal, já ele se punha em ação, tendo convidado ao seu gabinete figuras de destaque dos nossos círculos esportivos, com as quais trocou ideias e designou logo uma comissão composta dos vereadores Álvaro Celso e Antonio Lunardi e srs. José Negrão de Lima e Alberto Pinheiro, para estudar o local mais acessível à construção do estádio. (AMÉRICA, 1948, p.30).

A condução pelo prefeito das relações esportivas estava sofrendo críticas. O decreto de 4 de junho, por exemplo, que abria o crédito especial de 12 milhões de cruzeiros para “atividades culturais, artísticas e esportivas” era vago o bastante para que a negociação acontecesse com a participação dos edis. Entre os quais, o presidente da Câmara, Padre Cyr Assis Assumpção, Antonio Lunardi, Babaró, Jorge Ferraz e outros, como afirmado na própria matéria que, em contrapartida, eram defensores das equipes amadoras como Terrestre e Tremedal. Além das negociações que fizeram do Sete de Setembro dono do maior estádio, que naquele momento estava em construção, da capital mineira.

— Alguns grande jogador, alguns excepcional, maior que os outros, vocês pode destacar?

— Foram muitos os craques maravilhosos que vi jogar as camisas. Contudo, parece-me que nenhum se equiparou a Paulo Fovar, amador do Botafogo. Fôa, classe, elegância, cavalheirismo — virtudes que poucos lhe acertadas — acredito que nenhum poderia ser equiparado a ele.

UM SONHO QUE FICOU EM SONHO

Continuamos andando, falando de muitas coisas. Até que che-



LUSITANO

gamos a um ponto de maior curiosidade. Fala Lusitano de seu ideal infantil:

— Sabes? O meu grande sonho de menino era ser piratibero. Entrar num navio, deixar a anemora chorando no porto, assasado de um tempo muito branco equitativo e procurar outras terras, seguindo os mares em busca de novos amores, novas aventuras. Chegava a fugir de casa, com 11 anos, tentando conseguir no cais que algum marido me raptaisse e me levasse para seu barco. Ganhava em troca — isso sim! — uma tremenda sacra de cereal.

Numa travessa, paramos. Os automoveis, ligeiros, afastaram-se. Lusitano seguiu falando:

— Coisas da vida, meu amigo. Coisas da vida. Essa, como se esqueça a outra, a de meu maior lance, que com desmedida satisfação recordo. Foi no jogo de América contra o Vila, no turno desse movimento certame mineiro de 1948. O jogo foi difficilissimo, tu em Nova Lima. A certa altura da partida saquei uma bola na minha área, sai disparado, passei por Osório, passei por Louro, entrei na área do Vila e atirei firmemente a goal, dando chance a que Joãozinho praticasse uma grande defesa.

DIVERSÕES E O FUTURO

As perguntas dão ensejo a que não se porca e fio de conversa:

— E que faz você nas horas vagas? Quanto as seus divertimentos preferidos?

— Antes de tudo nada — devo ser franco — gosto do carnaval, como diversão número um. O cinema ocupa, entretanto, o primeiro posto entre os lugares que mais frequento.

— E o futuro, Lusitano, como você o encara?

— É ele, prontamente:

Muito otimismo. Viverei da renda do que hoje guardo com o maior silo. Por agora, subreptamente, não penso em outra coisa senão dar laço pelo América, ficar no posto enquanto for possível ficar.

— Com otimismo, meu amigo.



O ato de assinatura: O Prefeito assina, ladeado pelos jornalistas Nelson Selma e Januário Carneiro.

Mecenas das artes, da cultura e dos esportes

Decreto-lei n. 10, sancionado pelo prefeito Otacilio Negrão de Lima, teve ampla e excelente repercussão

Fracos decretos municipais de outros tempos tiveram tão ampla repercussão em nosso meio como o de número 10, sancionado pelo Prefeito Otacilio Negrão de Lima, que concede subvenção às atividades culturais, artísticas e esportivas. Houve, na antiguidade, homens de fortuna que protegiam as artes e a cultura. Eram os Mecenas que encontravam nos artistas, poetas e sábios, o derivativo de que careciam.

Toda gente medianamente instruída sabe que o futebol constitui a esquelucha das grandes massas brasileiras e, aqui em Belo Horizonte, é o esporte preferido da maioria. Ninguém desconhece, porém, que o nosso futebol se enveredara há tempos pelo labirinto de uma crise sem precedentes, a ponto de ameaçar o prestígio que Minas ostenta perante o desporto nacional. A crise existia que existia; mas os nossos clubes pareciam irremovíveis. Eis que surge o Prefeito Otacilio Negrão de Lima e a um de seus mais insperados atos, adota o perigo para longe, abrindo novas e almeçadas perspectivas para o futebol mineiro.

Se o futebol está no sangue do povo, nele exercendo forte domínio e levando-o às mais variadas sensações de prazer, comparece ao lado da arte e da cultura no nos atuais cardeais de alto patriotismo. Esses milhões de cruzeiros que o Prefeito Otacilio Negrão de Lima deu ao

América, Atlético, Cruzeiro, Sete e ao amadorismo mineiro, dentro em breve colocarão os nossos clubes no mesmo pé de igualdade nos maiores grêmios do futebol carioca e paulista. E aí então se verá quem detem os trunfos invencíveis do futebol nacional.

O decreto, visto pela primeira da sinceridade, imparcialidade e honestidade, foi um dos mais felizes e oportunos lavrados pelo Prefeito Otacilio Negrão de Lima. E não é de se admirar porquanto a ecclia, lá está habituado, apesar de sua curia mas oporosa administração, a fazer e atender a todos os justos reclamos do povo de Belo Horizonte.

Diariamente, às 11,40 e 18,30,
na Rádio Guarani: «Esportes pela Antena», o campeão dos noticiários especializados.

Companhia Ferro Brasileiro S. A.
Sociedade Anônima com Capital de Cr\$ 100.000.000,00
SEDE SOCIAL EM CAETÉ (Minas Gerais)
Estação José Brandão E.F.C.B.
Tel. Caeté 2 — Telegrafos Ferrobrasil — Caeté

ESCRIT. ADMINISTRATIVO E COMERCIAL
Av. Nilo Peganha, 26-Bº andar
Tel. 42-6652 e 22-7690 — Rio de Janeiro

SUCURSAL DE SÃO PAULO
Rua Bráulio Gomes, 25-11º pav. c/ 1109
Tel. 4-7147 e 4-7148 — São Paulo

AGÊNCIA EM BELO HORIZONTE
Rua Getacazes, 15 — 5º andar
Tel. 2-5333 — Belo Horizonte

Representações em todos os Estados do Brasil e no Estrangeiro.

Figura 11 - Páginas 6 e 7 da edição nº3 da “América, a voz dos americanos” (jul/ago 1948)

Diante das críticas sobre a solução encontrada para partilhar o dinheiro, Otacilio voltou-se para praticamente para seu momento publicitário em revista América, na sua terceira edição, de julho e agosto de 1948. A proximidade das relações entre o periódico e o político é representada pela fotografia que ilustra a matéria, o prefeito é rodeado por dois jornalistas, entre os quais Januário Carneiro, quando assina o decreto. A matéria tem o objetivo de ressaltar os aspectos positivos, sem temer ser chamado de “Mecenas”, mas com destaque, não do futebol: “Mecenas das artes, da cultura e dos esportes”, avisa o título. Diante de um futebol combalido, que não mais representaria a modernidade e o prestígio que a cidade antes tivera neste desporto, a solução encontrada foi “atender a todos os justos reclamos do povo de Belo Horizonte” por meio de um decreto sincero, imparcial e honesto. (1948, p.7).

Esses milhões de cruzeiros que o Prefeito Otacilio Negrão de Lima deu ao América, Atlético, Cruzeiro, Sete e ao amadorismo mineiro, dentro em breve colocarão os nossos clubes no mesmo pé de igualdade aos maiores grêmios do futebol carioca e paulista. E aí então se verá quem detem os trunfos invencíveis do futebol nacional. (AMÉRICA, 1948, p.7).

2.2 E nos distratos

Para não ficar atrás frente aos cariocas e paulistas no ideal de modernidade representado pelo esporte, e mais especificamente o futebol, Belo Horizonte e seus comandantes e comandados dispendiriam o dinheiro que fosse necessário. Afinal, o que seria impossível era a capital mineira, fundada no ideal republicano mineiro de modernidade, não fazer jus a sua tradição de ser modelo para a República do novo Brasil democrático - mesmo a ponto de comprometer cerca de 25% do valor arrecadado no ano a fim de incentivar as atividades esportivas, artísticas e culturais (RIBEIRO, 2021). Diante da situação caótica das contas municipais, a solução dada pela administração Otacílio para deixar sua marca na cidade, a partir de investimentos públicos, foi realizar uma operação financeira que emitia títulos municipais a serem pagos nos 20 anos seguintes, que totalizavam cerca de 75 milhões de cruzeiros, conforme relatado anteriormente. Desse valor, 12 milhões foram reservados apenas aos clubes esportivos. No mesmo ano, a prefeitura criou o Conselho Municipal de Esportes, que começou a funcionar realmente apenas na gestão de Américo Renê Giannetti, que investiu nas melhorias dos campos de várzea da cidade.

Como conta Ribeiro (2021), o dinheiro prometido para o amadorismo nunca foi efetivado. Em meio às múltiplas associações de futebol amador disponíveis aos clubes para filiação e o controle pela Federação Mineira de Futebol (FMF) do nível profissional, após intensos trabalhos, que envolveu uma comissão presidida pelo então vereador Babaró, foram escolhidas duas equipes amadoras que seriam transformadas em profissionais. Em contrapartida, teriam suas praças de esportes construídas. Foram selecionados o Terrestre e o Tremedal, do bairro da Lagoinha e do Carlos Prates, respectivamente - áreas inicialmente ocupadas na cidade para além da avenida do Contorno. Porém, a FMF resolveu criar um outro campeonato com outros clubes de mesmo porte, não acrescentando as duas escolhidas na divisão principal. Dessa maneira, a prefeitura recuou em fazer as praças de esporte de ambos e não utilizou a parte reservada aos clubes amadores. A edição do Folha de Minas Esportiva, na coluna Venenos da Torcida, que tinha como pseudônimo o autor Trigo Roxo, faz algumas provocações aos membros da Câmara Municipal.

Vencendo com superioridade e técnica, o MINAS voltou a levantar ontem o certame feminino de vólibol

O Atlético não pôde resistir às campeoníssimas de S. Antonio

Caio o alvi-negro por 2 x 0 — O entusiasmo das carijós causou espanto às alvi-ans — Margot e Nivea as "maiores" da movimentada noite do vólibol belorizontino — Triunfo positivo do alvi-negro, no certame secundário — Falsos desportistas atearam contra o pudor publico — Protesta o esporte mineiro

YOUNG P. LAYER, diretor de FOLHA DE MINAS ESPORTIVA

VENENOS DA TORCIDA

ATRAVEZ DO ALAMBRADO
A zaga Murilo e Lusitano

MACKENZIE X CRUZEIRO
UM PRELIO SUGESTIVO
Logo mais, no Barro Preto, a atração cestobolística de hoje — A experiência do alvi-estrela contra o entusiasmo do "five" da fazendinha — Os juizes

LOGO DE SAIDA UM BOM COTEJO!
FLAMENCO X AMERICA, jogo principal da rodada n.º 1 do retorno do Campeonato Carioca — A tabuleta de certame

Oito a Dois
Para os titulares

VARIAS DO TURFE
(Colaboração de Geraldo Penido)

Facil vitória do Paisandú sobre o Cruzeiro
Por 47 a 29, o esquadra da Feira derrotou o clube "celéstre" — Rapido noticiário do cerceio de ontem, pelo certame juvenil da F M B

VENENOS DA TORCIDA
As torcidas dos dois times foram bastante agressivas durante a partida. O Atlético foi obrigado a jogar com dez jogadores por falta de jogadores. O jogo acabou com vitória do Atlético por 2 x 0.

ATRAVEZ DO ALAMBRADO
O jogo foi muito emocionante. O Atlético venceu por 2 x 0. O jogo foi muito emocionante.

MACKENZIE X CRUZEIRO
O jogo foi muito emocionante. O Atlético venceu por 2 x 0. O jogo foi muito emocionante.

LOGO DE SAIDA UM BOM COTEJO!
O jogo foi muito emocionante. O Atlético venceu por 2 x 0. O jogo foi muito emocionante.

Oito a Dois
O jogo foi muito emocionante. O Atlético venceu por 2 x 0. O jogo foi muito emocionante.

VARIAS DO TURFE
O jogo foi muito emocionante. O Atlético venceu por 2 x 0. O jogo foi muito emocionante.

Facil vitória do Paisandú sobre o Cruzeiro
O jogo foi muito emocionante. O Atlético venceu por 2 x 0. O jogo foi muito emocionante.

VENENOS DA TORCIDA
O jogo foi muito emocionante. O Atlético venceu por 2 x 0. O jogo foi muito emocionante.

Figura 12 - Páginas 4 e 5 da edição n.º 3 da "Folha de Minas Esportiva" (21 set. 1949)

A principal é dirigida a Jorge Ferraz, apesar de o vereador não ter o nome explicitado. O argumento é que deveria promover os aportes financeiros aos dois times, como uma forma de premiar o esforço "daqueles que de longa data vêm lutando pelo progresso do nosso esporte amador". Porém, a justificativa para a alteração, que o jornal chamou de sujeira, seria

em nome do progresso do nosso esporte amador. Um vereador, por sinal, presidente de um dos nossos candidatos a "herva" (apôlice), concedeu, há dias, uma entrevista a um dos nossos jornais na qual afirmava que a distribuição do dinheiro (apôlices) do Terrestre e do Tremedal para os outros clubes viria beneficiar a todos, pois poderiam construir seus campos de futebol. Essa é boa! Boa mesmo. Então senhor vereador, o dinheiro (apôlices) é para construir campos de futebol? (ESPORTIVA, 1949, s/p.).

Não satisfeito, o autor ainda acrescenta que a ação a favor dos outros clubes tinha motivação política. Como conta Ribeiro (2021), proprietário de numerosas terras na cidade, Ferraz cedia alguns de seus terrenos para a instalação de campos. Além disso, também não deixava de levar algumas estruturas básicas para as regiões, como postos de saúde, a fim de valorização de seus próprios terrenos. Assim, o seu poderio com os amadoristas permitia a realização de atos de campanhas nos clubes, com direito à cobertura fotográfica jornalística, com o objetivo de demonstrar um vínculo de proximidade. O político, que anos depois seria eleito deputado estadual, apesar de ter perdido a eleição para esse cargo de 1950, servia de ligação para os políticos tradicionais irem aos bairros suburbanos onde era praticado o

amadorismo. O debate continuou com os clubes defendendo a utilização do dinheiro para a melhoria dos campos existentes e terraplanagem de novos espaços ao longo de 1949. Nesse mesmo ano, provavelmente com o valor não investido no amadorismo, a prefeitura concedeu mais 1 milhão de cruzeiros ao Cruzeiro Esporte Clube. (BELO HORIZONTE, 1949). Os investimentos, provavelmente, foram dirigidos para a ampliação do estádio JK. Como é possível perceber pela revista Olímpica, de maio/junho de 1949, produzida pelo Cruzeiro, sob comando de Januário Carneiro - que naquele ano passava a fazer parte da equipe de esportes da rádio Inconfidência - faz um retrospecto recente dos estádios da cidade, além de apresentar as obras do remodelação do estádio JK.

— Levanta o Cruzeiro gigantesco estádio —

No Barro Preto estará a maior praça de esportes mineira, com capacidade para abrigar multidões - obra que imortalizará o presidente Limões



O presidente Limões mostra o alambrado ao repórter

estava repleto de gente, mas não era um grande estádio. Depois as arrecadações subiram, mas também os preços subiram. E ainda hoje, ainda que tenhamos a Alameda, a falta de um de parte o desenvolvimento do grande estádio atrai um grande futebol.

DE SÃO JUANARIO
O futebol, grande esporte que o Brasil possui foi o majestoso São Januário que o Vasco há vinte anos atrás construiu. É fora de dúvida que se hoje o futebol brasileiro atingiu essa grau notável de desenvolvimento que se hoje a maioria dos clubes guanabarrinos possui sua independência econômica, é graças à grande obra dos vascos.

Os outros estádios carosos — Flamengo, Fluminense, Botafogo, Bangu etc. — são relativamente modestos e as arrecadações deles não passam de quantias diminutas. Antes de São Januário, os clubes cariocas viviam como no momento vivem os nossos clubes, em dramas financeiros. Em São Paulo também suce-

deu a mesma coisa. Antes do governo paulista, construído o grande Pacembu, havia crises nos gramados. Só após a construção do maravilhoso estádio de que o Palmeiras, o São Paulo, Corinthians, Portuguesa, passaram a construir grandes potências.

Oh! quem não lembra do São Paulo F. C., até bem poucos anos atrás, uma agremiação modesta?

A ALAMEDA — INICIO DE UMA NOVA ERA
Belo Horizonte possui há dois anos atrás três pequenos estádios: o do Barro Preto, construído pelo ex-prefeito Mario Grosso, o de Lourdes, inaugurado em 1929 e o da Alameda, anterior ao do Atlético. Os nossos grandes todos possuem o problema da falta de um grande estádio. O assunto então tomou conta do cidadão e Atlético construiu um "São Januário" na Pampulha e o Cruzair ganhou um grande terreno no mesmo local e também lá irá erguer sua praça de esportes. Enfim, veio a ideia mais razoável — O America irá remodelar a Alameda. Poucos clubes se inclinaram ao trabalho. Meses após a obra dos americanos: jogos de futebol em Belo Horizonte tornaram-se raros. Todavia, foi o atual dirigente máximo que iniciou a obra, que hoje está adiantada. A construção de uma monumental praça de esportes será difícil e arriscada. O melhor seria, pois, aumentar as dependências de "Juscelino Kubitschek". Assim se começou a fazer.

Em nossa segunda visita às obras do campo alto-celeste, ficaramos bem impressionados com o progresso das obras. O Cruzeiro, dentro de pouco, passará um estádio como a Alameda, que

podrá dar ao público esportivo maior conforto, até que venha o Estádio do Sete de Setembro Municipal. Uma obra gigantesca, essa dos cruzeirenses, que por si só imortalizará o trabalho da atual diretoria.

INOVAÇÕES NO BARRO PRETO
O estádio semi-remodelado do Cruzeiro, já aberto ao público esportivo da Capital, ainda que não oficialmente, apresenta uma inovação em nossos campos de futebol — o salmbrado, ou seja, como preferiu denominá-lo o presidente Limões. Seguindo o exemplo dos estádios argentinos, do Pacembu e mais recentemente de São Januário, o estádio impõe, com essa inovação, as invasões de campo. Após mostrar à reportagem a tela, o dirigente máximo levou-nos às gerais — onde degustamos em redor de toda a gramada. Mas próximo da grama, também em qual todo o redor, as cadeiras, em número de 500. Tudo isso emais os 28 degraus que estão sendo construídos no

(Continúa na pág. 14)



Lança das cadeiras de mármore

Um fator importante para o desenvolvimento de um centro esportivo tem sido a construção de um grande estádio. Um estádio que esteja à altura do lugar onde se acha erguido, abre novos horizontes ao progresso do nosso esporte, pois é um fator importante para que hajam tendências. Belo Horizonte sofre o mesmo a qual os clubes não podem manter a sua independência econômica de falta de um grande estádio. Há pouco tempo atrás, as arrecadações não passavam de 50 mil cruzeiros e raras vezes atingiram a essa importância. Um elemento importante, um interestadual sensacional não rendia nem 50 mil cruzeiros. Temos ainda em nossa memória um fato que sucedeu em 43. As rendas dos jogos aqui no Capital eram desprezíveis, às vezes não iam além de 5 mil cruzeiros. A imprensa então tremenda, conchitando o povo a resolver fazer uma campanha para o gramado. E veio o chamado America e Atlético como que uma prova de que a campanha havia sido bem-sucedida. Os leilões previram uma arrecadação fabulosa que, iniciaram suas transmissões. Depois todos ficaram impressionados — o estádio completamente lido e a arrecadação de apenas 10 mil cruzeiros. O estádio

Operário trabalhando nas gerais do estádio celeste

Alfeu De Marco
Jóias e Relógios

**

Rua Tupinambás, 440
Fone 2-5055
Belo Horizonte

Figura 13 - Páginas 10 e 11 da edição nº3 da “Olímpica” (maio/jun 1949)

Se na edição seguinte, de julho/agosto, o Independência é apresentado também com fotografias da obra e chamado de “orgulho de Minas Gerais” e “terceiro estádio do Brasil”, nessa o estádio do Barro Preto é apresentado como “a maior praça de esportes mineira, com capacidade para abrigar multidões”. Esse grande palco é justificado no texto como a solução para o pouco dinheiro faturado (até mesmo quando o público comparecia), o que diminuiria a

força do futebol belo-horizontino. O que é chamado de atraso do futebol local era determinado, de acordo com o texto, pela falta de um “grande estádio”.

Belo Horizonte possuía há dois anos atrás três pequenos estádios: o do Barro Preto, construído pelo ex-presidente Mário Grosso, o de Lourdes, inaugurado em 1929 e o da Alameda, anterior ao do Atlético. Os nossos grandes todos possuíam o problema da falta de um grande estádio. O assunto então tomou conta da cidade: o Atlético construiria um ‘São Januário’ na Pampulha. O Cruzeiro ganhou um grande terreno no mesmo local e também lá iria erigir sua praça de esportes. Enfim, veio a ideia mais razoável - o América iria remodelar a Alameda. Poucos planos e se iniciaram os trabalhos. Meses após vinha os frutos da notável obra dos americanos: jogos de futebol em Belo Horizonte rendendo mais de 300 mil cruzeiros. A Alameda, não temos dúvida em afirmar, abriu uma nova fase no futebol montanhês. (OLÍMPICA, 1949, p.11).

Fase que o Cruzeiro tentava aproveitar como podia, com os auxílios do município que surgia e a colaboração de seus mais abnegados torcedores para o remodelamento de seu estádio. As fotografias apresentam pequenas reformas como a criação de mais uma saída, de novo alambrado e lances de arquibancadas. Entre o que é destacado como diferencial uma tribuna de imprensa sobre as arquibancadas “gerais”. Mas o texto, sem assinatura do autor, admite que a intenção foi ampliar a capacidade e o conforto do estádio até que fosse inaugurado o estádio do Sete de Setembro, o Independência, que anos depois ganharia o nome de Raimundo Sampaio (-) - famoso árbitro de futebol e funcionário da Prefeitura na gestão Otacílio, que de acordo com Lima (2004), anos depois foi presidente do Sete de Setembro e cuidava do estádio com zelo, onde chegou a construir uma piscina para arrecadar dinheiro ao Sete para atrair sócios ao clube. Para cortar a grama, lembra Lima (2004) ele chegou a colocar cabritos para se alimentarem no gramado.

Ainda em busca de consequências sobre o uso do auxílio municipal, na edição de 6 de maio de 1950 do Jornal dos Sports, o correspondente do jornal carioca Januário Carneiro comentou um dos possíveis usos de “o dinheiro do Otacílio” pelo América. O atacante do clube Petrônio estava em negociação, mas a decisão foi pela manutenção do atleta na equipe, “em virtude do auxílio dado ao clube, recentemente, pelo seu patrono, Prefeito Otacílio Negrão de Lima” (SPORTS, 1950, p.8). Duas notas acima, o jornalista informava pelas palavras do presidente do clube Henrique Diniz Gomes (-) que este havia decidido permanecer na função já que “o patrono vem fazendo grandes sacrifícios pelo clube e não é justo que o presidente deserte exatamente agora” (SPORTS, 1950, p.8). A crise política no América era tamanha que no ano anterior o clube teve dois presidentes. Ainda nesse ano de 1950, seria gerido por uma comissão dirigente de cinco membros, entres os quais Alair Couto. A situação do clube voltou a ser destaque na edição do Diário de Notícias de 26 de maio de 1952, sobre “o dinheiro do Otacílio”.

Desvio de importancia doada ao America

O inquerito da Prefeitura põe em xeque ex-dirigentes do Alvi-Verde

O inquerito instaurado por determinação do sr. Americo Giamatti, na Prefeitura da Capital, refere-se também a alguns dos nossos clubes. Sete de Setembro e America foram notificados para prestar esclarecimentos.

A propósito desta notificação, fomos informados por elemento de alta posição nos quadros dirigentes do America, que, quando o clube se encontrava em proporções da maior gravidade, pela incapacidade da Prefeitura, uma grande delegação municipal deslocou-se no America nunca deu entrada nos autos do clube, ficando assim evidenciado o seu desvio.

UM TITULO QUE O AMERICA NAO VIU

Na petição que está sendo realizada na escrituração do professor, apareceu um título referente a uma delegação de dez mil cruzados ao America. O citado documento, que tem o endosso do ex-presidente americano Henrique Dantas Gomes, foi, inclusive, registrado, posteriormente pela tesouraria da Municipalidade. Entretanto, na contabilidade do clube alvi-verde não se observa a entrada desta importância. Existe menção de um título, mas cujo rescalva de que o mesmo estava extornado, ou seja sem valor.

Surgiu assim, muito naturalmente, aliás, uma grande questão para ser decidida pela atual diretoria do clube.

UBALDO PENA CONVOCARA O CONSELHO

Não é este título a única irregularidade que veio à luz com o inquerito da Prefeitura. Entre o mesmo informado que este título nunca chegou a ser praticado em detrimento dos caixas do clube. De tamanha importância são estas irregularidades que, Ubaldo Pena convocará o Conselho Deliberativo do America, na próxima semana, quando fará minuciosa exposição do assunto.

Além disso, o nosso informante que, se o America julgar conveniente muito grande boa será chamada à responsabilidade, pois não foi procura a distribuição superior pelo Alvi-Verde. Assim, a próxima reunião do Conselho Deliberativo do clube da Almeida revelará muita coisa interessante. Aguardemos, portanto, o resultado da reunião.



NEVA TUCK, tipo de beleza norte-americana existe um maravilhoso plástico e um emalite provocante

Quem não anuncia se esconde!

Se não se apresenta de uma maneira de caráter de bom gosto, dando satisfação ao leitor, não se pode dizer que se trata de uma boa propaganda.

Telefone — 1000

Roupa s Profissionais

Para garçons
Jaquetas de algodão branco, gola smoking. A começar de **\$ 145**

Para viajantes, conferencistas, arquitetos, engenheiros, estudantes, esportistas, alpinistas, etc.
Guardados em tecido especial na cor bege corado. **\$ 120**

Corre especial para balneístas e empregados costais e empresas, restaurantes, hospitais, hotéis, etc. **\$ 15**

Corre branco em camisas de algodão, para enfermeiros, médicos, dentistas, etc. **\$ 10**

Para operários, bombeiros, electricistas, mecânicos, pintores, fazendeiros, etc.
Simples Textol, fabricados com o famoso brim Coringa, com mangas longas, fecho na frente, de oito a onze, e muitas outras inovações muito práticas. Plus cores marinho, cáqui, cinza e mostarda. **\$ 240**

Para médicos, dentistas, enfermeiros, barbeiros, etc.
Jaquetas brancas, modelo russo, com mangas curtas e cinto. Tecido especial. **\$ 45**
Em tecido superior. **\$ 53**
Em estrete encarpado. **\$ 84**
Em estrete de prestil. **\$ 95**
Em tecido tipo limbo. **\$ 125**

Para médicos e enfermeiros
Aventais brancos, modelo italiano, com mangas compridas e cinto. Fabricado em tecido especial. **\$ 60**
Em tecido superior. **\$ 85**
Em estrete encarpado. **\$ 130**
Em tecido tipo limbo. **\$ 180**

Para farmacêuticos, químicos e laboratoristas.
Aventais brancos, modelo japonês, com mangas curtas e cinto. Em tecido especial. **\$ 50**
Em tecido superior. **\$ 65**

Guanabara

A vista ou a crédito, só na

O MAIOR MAGAZIN DE BELO HORIZONTE!

Figura 14 - Página 6 da edição nº 1 de "Tribuna de Minas Esportiva" (26 maio de 1952)

Se Otacilio tinha o seu Diário de Minas desde julho de 1949, o Tribuna de Minas, fundado em 1951, era do então governador paulista Adhemar de Barros, que tentava adentrar à mente dos mineiros, para, conforme Werneck (1992), não fazer prosperar a carreira de adversários, como JK, que tinha, assim como ele, desde então, pretensões ao Catete. "O jornal não prosperou mais do que o adhemarismo em Minas, não havendo registro de lamentações por sua morte, em novembro de 1954. (WERNECK, 1992, p.159). Não à toa, após as pretensões do paulista serem limadas pelas forças da situação, o jornal deixou de existir em terras mineiras.

Mas não sem antes reverberar a crise política no América, com fontes que envolviam a oposição aos presidentes anteriores. No caso, poderia ser o próprio dirigente do jornal, o jornalista e alamedino Oswaldo Nobre. Em texto sem assinatura é revelado que um valor de 200 mil cruzeiros foi doado ao clube, com título assinado pelo então presidente Gomes. Porém, não foi dada a entrada da quantia na contabilidade do clube, apenas a de um título financeiro sem valor. O que pode ter sido apenas um simples erro contábil foi tratado pelo jornalístico enquanto apenas uma das contabilidades suspeitas envolvendo o clube e a prefeitura, com a necessidade de uma convocação do conselho, em uma nítida provocação às relações anteriores das gestões do clube com a prefeitura de Otacílio.

Afirma o nosso informante que, se o América julgar conveniente, muita gente boa será chamada à responsabilidade, pois não foi pequena a delapidação sofrida pelo alviverde. Assim, a próxima reunião do Conselho Deliberativo do grêmio da Alameda revelará muita coisa encoberta. Aguardemos, portanto, o resultado da reunião” (ESPORTIVA, 1952, p.6),

Observa-se que, de acordo com o jornal, tanto o Cruzeiro quanto o Atlético não foram solicitados para prestar esclarecimentos no inquérito realizado pela gestão de Giannetti, apenas o Sete e o clube alamedino. Cruzeirense, o prefeito visitou diversos clubes amadores após ser eleito para a cadeira da Afonso Pena, estratégia que passou a ser adotada pelo udenista com a efetivação do Conselho Municipal de Esportes. O seu adversário na disputa, Bento Gonçalves Filho, havia feito o percurso anteriormente, muitas vezes ao lado do então vereador do PR e candidato a deputado estadual Jorge Ferraz, como conta Ribeiro (2021).

A aproximação de Giannetti com o esporte não poderia deixar de lado o clube pelo qual torcia. O terreno do clube na Pampulha, citado anteriormente pela revista Olímpica, foi uma doação do empresário para o Cruzeiro. Com pretensões de ser o candidato a governador da eleição de 1950 pela UDN, Giannetti doou verbalmente um terreno - por intermédio do jornalista dos Associados e então vice-presidente do clube, Britaldo Silveira Soares (-2015), de mais de 50 mil metros quadrados, localizado na parte alta ao lado da barragem da Pampulha (na atual região do bairro Santa Branca, que também fazia parte da fazenda da família Giannetti) - ao clube, com a intenção de que no local fosse construído um estádio, que teria seu nome. (BARRETO; BARRETO, 2000). Se Otacílio tinha um estádio com seu nome, Giannetti também queria o seu. Porém, a finalização do Independência fez com que o plano para um outro estádio fosse adiado. Devido ao falecimento repentino do empresário em 1954, houve a regularização da doação por seu filho apenas no final dos anos 1950, quando após isso foi iniciada a construção de uma sede social com piscinas, quadras esportivas,

restaurantes e salão de eventos que ainda está em funcionamento nomeada atualmente como Clube Cruzeiro Pampulha, antiga Sede Campestre.

Giannetti, nos anos anteriores, havia participado da gestão Milton Campos como secretário de Agricultura e fazia parte de uma elite técnica, conforme mencionado por Dulci (1999), composta por bancários e industriais que, aos poucos, foram adentrando na política mineira nos anos 1940. Entre os principais estavam o próprio Giannetti, Magalhães Pinto e o médico Antônio Mourão Guimarães (1888-1965), e outros menos importantes como o próprio Bento Gonçalves Filho e Jair Negrão de Lima, irmão de Otacílio, principalmente com cargos em funções econômicas. Se esses empresários deram-se a ver publicamente para ocuparem o poder político, os populares clubes de futebol não poderiam ficar de fora de suas ações - não coincidentemente a família Guimarães, por exemplo, teve o futebol como um dos ramos de investimento ao longo das últimas décadas, com a colaboração direta de suas empresas a clubes como o Atlético e o Cruzeiro. Sem conseguir a indicação da UDN para disputar o Palácio da Liberdade, Giannetti se contentou em ser candidato a prefeito no final daquele ano de 1950, eleição da qual saiu eleito.

A motivação para a entrada desses outros personagens, explica Dulci (1999) era em função do novo jogo político adotado pelos novos partidos e da proposta econômica para Minas forjada ainda sob o poder de Benedito e Vargas de característica desenvolvimentista, com novos planejamentos industriais. Foi esse entrelaçamento que permitiu a Minas e a BH se desenvolverem com os que aqui anteriormente exerciam domínio.

As duas tendências, na realidade, se acoplaram, levando à formação de agrupamentos técnico-empresariais alternativos (e de certo modo competitivos), correspondentes à bifurcação partidária da política mineira. Com o PSD ficaram os quadros administrativos que provinham do governo Valadares - Israel Pinheiro, Ovídio de Abreu, Lucas Lopes, Demerval Pimenta etc. - e uma parte do empresariado que se mantivera próxima ao Estado Novo, com Euvaldo Lodi à frente. A UDN, por sua vez, atraiu em Minas apoio expressivo das elites econômicas, não só pela influência de Giannetti e de Magalhães Pinto, mas sobretudo pela rejeição a Valadares e também a Vargas, que se observava difusamente nesse ambiente. Na área técnica, a UDN também era forte nos primeiros tempos. (DULCI, 1999, p.169).

Essa rejeição ao governo Vargas foi consolidada com o Manifesto dos Mineiros, em outubro de 1943, porque até então, em certos momentos, o combate da oposição era mais em relação ao interventor Benedito e, por isso, lutavam pela necessidade do fim do Estado Novo, que impedia eleições diante de um regime centralizado. Mas havia oposição também muito mais de certa elite intelectual capaz de entender que a centralização não permitia maior desenvolvimento econômico de Minas, ainda mais após a criação, no Rio, da Companhia Siderúrgica Nacional. Se o manifesto não teve reações imediatas do regime, conforme destaca

Dulci (1999), as reações do regime foram em torno da pressão para a perda de cargos públicos e privados dos signatários, que após conseguirem o fim do Estado Novo, formaram partidos como UDN e PR. Entre os mais de noventa signatários do Manifesto - quase todos nomes que compunham as famílias governamentais de Minas - estavam Virgílio e Afonso Arinos de Melo Franco, Arthur Bernardes e seu filho, o futuro senador Arthur Bernardes Filho - que venceria, em 1947, Benedito na eleição para o senado federal - Milton Campos, Pedro Aleixo, José de Magalhães Pinto, Pedro Nava, Francisco Mendes Pimentel e João Franzen de Lima (1897-1994), professor de Direito da UMG, então diretor de O Diário e futuro prefeito nomeado da capital.

O subordinado de Franzen no jornal, Edgar de Godói Mata Machado (1913-1995), então redator do periódico e futuro chefe de gabinete da Casa Civil do governo Milton Campos, que chegou a ser preso várias vezes por agir contra o regime, não chegou a assinar o Manifesto, mas segundo ele “a opressão continuava contra mim, porque ninguém ignorava que eu tivesse lido o manifesto. Nesta época, o arcebispo me propôs que eu continuasse escrevendo, mas sem colocar meu nome, que não configura mais como editor-chefe e nem assinaria mais os editoriais”. (MATA MACHADO, 1991, p.61). Vale ressaltar que a derrota final do regime ditatorial foi percebida pelo cotidiano da imprensa brasileira, com a participação de jornalistas mineiros, após a publicação de uma conhecida entrevista jornalística. A ditadura caiu com a censura, ou melhor, a ausência da censura derrubou, de vez, naquele outubro de 1945, Vargas do Catete. Edgar conta que enquanto trabalhava na capital federal - após ter saído, no final de 1944, do jornal católico após o pedido feito por Dom Cabral - como cronista político testemunhou a publicação de entrevista realizada por Carlos Lacerda (1914-1977), de modo autônomo, com o ex-ministro do Tribunal de Contas da União, José Américo de Almeida (1897-1980), que fez um apelo para a realização de uma nova Constituinte e que afirmou ter a oposição se unido em torno de um nome comum. Repórter do carioca “O Globo”, Edgar tratou de confirmar se o candidato autorizaria a divulgação de seu nome. Isso feito, após a autorização da fonte,

A manchete foi assim: “Nosso candidato é o Brigadeiro Eduardo Gomes”. E saiu. O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que controlava a censura, imediatamente avisou que nenhum jornal poderia publicar isso, e o pessoal riu.[...] Dias depois, a gente estava entrevistando o Getúlio. Ele deu uma entrevista coletiva e na hora que os jornalistas chegaram, a entrevista estava pronta. E o primeiro foi o Pompeu de Souza, que era o redator-chefe do “Diário Carioca”. Ele chegou na janela, rasgou a entrevista e jogou fora. Depois veio outro e outro. Todos jogaram fora. Quando Getúlio chegou, mexendo muito com a mão, falou assim: “você receberam a entrevista? Tem alguma pergunta ainda?” Então, o Pompeu respondeu assim: “Temos muitas perguntas a fazer ao senhor. O senhor vai reatar relações com a Rússia?” E a verdade é essa: caiu a censura, a ditadura acabou. Não havia mais

censura alguma a ser desenvolvida. A FEB (Força Expedicionária Brasileira) atuava heroicamente, tomando posições difíceis na Itália. A situação era outra. O Getúlio convocou eleições para a Constituinte. (MATA MACHADO, 1991, p.10 e 11).

Morais (2011), sobre o fim da censura após a entrevista realizada por Lacerda e a divulgação do nome do Brigadeiro, com a consequência o fim do regime, apresentou o curioso caso acontecido na redação mineira dos Associados com os jornalistas Carlos Castello Branco (1920-1993) - o Castelinho, então no comando da redação do Estado de Minas - e o diretor dos Associados em Minas e presidente do conselho do Atlético, Gregoriano Canedo (1902-1968). Ao receber a ligação do dono dos Associados Assis Chateaubriand ordenando que o censor que acompanhava a publicação do jornal fosse dispensado dali em diante, Canedo, que era muito amigo do então prefeito JK, em pânico, passou o pedido para Castelinho, logo antes de se ausentar da sede da empresa na rua Goiás. A força e a intimidade do censor na redação era tamanha que seu nome tornou-se sinônimo de censura para as gerações seguintes na ditadura iniciada nos anos 1960. O futuro cronista político não entregou as laudas fabricadas ao censor, como era de intenso costume, convidando-o a ler a edição apenas caso comprasse na banca, na manhã seguinte. “Fazia tantos anos que Ataliba, o censor, dava plantão ali, que ele se sentia parte integrante da redação. Chegava todas as noites de terno branco e chapéu panamá, pendurava o paletó na cadeira e ia recebendo as pilhas de laudas datilografadas das mãos de Castelo.” (MORAIS, 2011, p.387).

Talvez a relação de Canedo com o “quase funcionário da redação” tenha contribuído para que ele não ousasse dispensar Ataliba. Ou apenas tenha saído para contar algo para o seu amigo prefeito JK ou cuidar de assuntos ligados ao Atlético. Tanto Canedo quanto JK tinham relações intrincadas com os clubes de futebol da capital mineira. Membro do conselho atleticano, o diretor dos Diários e Rádios Associadas dois dias antes de presidir a reunião que decidiu a votação dos novos diretores e presidente do clube, no final de dezembro de 1943, foi homenageado pelo América, juntamente com o seu chefe. Na edição de Natal do jornal O Jornal, do Rio de Janeiro, a informação era que a partir do dia seguinte a tribuna de imprensa da Alameda chamar-se-ia Assis Chateaubriand e que o salão nobre do clube ganharia o retrato de Gregoriano Canedo - que começou no jornalismo quando estudante de Direito, no final dos anos 1920, no Diário de Minas, do PRM.

O fato é ainda mais inusitado pois o jornalista, em 1946, tornou-se vice-presidente do Atlético. No final daquele ano, a partir de 15 de novembro, Gregoriano assumiu também a direção geral dos Associados no Brasil. Foi dele a responsabilidade de conduzir o processo para a realização do que Januário Carneiro havia chamado de “São Januário” (nome do estádio do Vasco da Gama, no Rio) da Pampulha. Nesse mesmo ano, foi lançada a “Vida

esportiva, sob os auspícios do Clube Atlético Mineiro”, que após três edições teve seu vínculo extinto com o clube e passou a ser chamada “Vida esportiva, uma revista a serviço do esporte”. Com esse nome, teve mais 15 edições, até maio de 1950. Infere-se ao analisar a página da revista que a construção do estádio na região seguia o projeto político de ampliar a ocupação urbana da região, com a definição da construção do campus da universidade da região e a abertura de novos empreendimentos imobiliários próximos ao Aeroporto (como no exemplo do bairro Santa Rosa), o campus universitário a ser construído (que teve sua pedra fundamental lançada em 1946) e o complexo esportivo pleiteado pelo clube de Lourdes, que deixaria, de vez, a região central de Belo Horizonte. Na ilustração da publicidade da Imobiliária Santa Rosa é perceptível que o complexo ocuparia o lado direito (sentido Aeroporto) ao vale do córrego São Francisco (Assis das Chagas), na região da antiga Pampulha Velha (atual Aeroporto).

VIDA ESPORTIVA — Suplemento — Novembro de 1947

SURGE EM BELO HORIZONTE O MAIS FUTUROSO BAIRRO!

O BAIRRO SANTA ROSA, que obedecendo os mais perfeitos requisitos de urbanização moderna, de acordo com a Prefeitura, raspa na PAMPULHA, ruas largas e amplas avenidas. Em situação privilegiada, de topografia magnífica, tem ainda como pontos de valorização, imediata a CIDADE UNIVERSITÁRIA em frente e o magestoso ESTADIO DO CLUB DE ATLÉTICO MINEIRO ao seu lado.

Esportistas! Estudantes! Procure adquirir hoje mesmo o seu lote no Bairro Santa Rosa.




IMOBILIÁRIA SANTA ROSA
Edifício Sul America - Salas 206/207 - Telefone 2-3086 - Av. Afonso Pena, 941 - Belo Horizonte

VIDA ESPORTIVA — Suplemento — Novembro de 1947

De LOURDES á PAMPULHA, preservando a grandêza de seus feitos com o aumento de suas glorias



CLUBE ATLÉTICO MINEIRO

Decorridos cerca de 18 annos da fundação do clube, a obra do Sr. Carlos de Albuquerque, presidente do Clube Atlético Mineiro, e a construção do seu novo e monumental campo de esportes, em localidade do mais moderno bairro da cidade, a Pampulha.

A propósito, é mister reconhecer que, certamente, os antigos dirigentes do grande clube mineiro, que em 1929 vieram inaugurar o velho campo de Lourdes, não prescindiram do ciclo evolutivo e amadurecido que se processou ao longo dos annos. Hoje, porém, a obra é mais vasta e mais importante, mas a obra é a mesma. Hoje, porém, a obra é mais vasta e mais importante, mas a obra é a mesma.

Antes, como se viu, a obra foi iniciada no bairro de Lourdes, onde se encontra o velho campo de Lourdes, que hoje é o campo de Lourdes. Hoje, porém, a obra é mais vasta e mais importante, mas a obra é a mesma.

Hoje, porém, a obra é mais vasta e mais importante, mas a obra é a mesma. Hoje, porém, a obra é mais vasta e mais importante, mas a obra é a mesma.

Hoje, porém, a obra é mais vasta e mais importante, mas a obra é a mesma. Hoje, porém, a obra é mais vasta e mais importante, mas a obra é a mesma.

VIDA ESPORTIVA — Suplemento — Novembro de 1947

Casas Geraldo Vasconcelos

End. Teleg. "GEVASCO"

Peças e acessórios em geral para Ford, Chevrolet e Internacional

Motores, radiadores, corâs e pinhões, engrenagens de caixas de cambio, buzinas, pistões, anéis de segmento, bronzinas, platores de embreagem, caixas de cambio completas, lonas e borrachas para freio, óleo Delco para freio e amortecedores, material elétrico em geral para automóveis, ferramentas, acessórios, etc. • Distribuidores exclusivos para o Estado de Minas das afamadas velas G. M. C.

VENDAS PELO REEMBOLSO POSTAL

Av. Paraná, 33 - Fone 2-7375
BELO HORIZONTE

Av. Custódio Silva, 34-36
PONTE NOVA-MINAS

Figura 15 - Páginas 14 e 15 do suplemento de “Vida esportiva” (nov/1947)

Essa edição de Vida Esportiva, realizada em comemoração ao título do Atlético no cinquentenário da cidade, de novembro de 1947, apresenta o estádio e toda a sua praça de esportes (em sentido Aeroporto). Para além de ser a construção uma representação do que os clubes entendiam enquanto necessidade para suas sobrevivências, a complexo esportivo do

Atlético representava um desejo de um amplo local para a prática esportiva, que o América conseguiu realizar no início dos anos 1920 ainda na avenida Paraopeba e o time alvi-negro nunca havia conquistado como desejado, apesar dos mais de 7 mil associados. Com projeto arquitetônico do escritório de Ícaro de Castro Mello (1913-1986), famoso arquiteto de projetos esportivos, a pretensão era fazer do estádio sede da Copa do Mundo de 1950. O terreno, que chegou a ser terraplanado, constituiria

do campo de futebol com acomodações modernas e monumentais, piscina olímpica, quadras de basketball, tênis e volley-ball, ginásio, “playground para crianças, magníficas pistas para atletismo e tudo que requer uma obra de vulto como há de ser a grandiosa construção. Para a parte de treinamento de futebol a direção do alvi-negro, fará construir um campo gramado em área adjacente ao estádio, reservando-se propriamente à cancha cercada por arquibancadas aos jogos oficiais e amistosos. A iluminação para as lides noturnas será feita em torres e por sistema moderno e inédito. (ESPORTIVA, 1947, p.15).

A revista, às vésperas da eleição municipal e do cinquentenário, apresentava um clube, por meio de seu presidente, capaz de se reformular para satisfazer seus sonhos idealizados assim feito a BH que parecia querer fazer votos de um futuro que resgatasse o que o poderia ter sido, mas que, por inúmeros fatores, não havia conseguido concretizar como desejava. Em fevereiro de 1948, Gregoriano foi reeleito presidente do clube e indicou seus cinco vice-presidentes, para facilitar suas licenças rotineiras do cargo, que ocupou até o final de 1949, quando o Atlético tornou-se campeão mineiro. Na semana seguinte, a revista com o maior número de exemplares vendidos do país àquela época, “O Cruzeiro”, que fazia parte dos Associados e nada tinha a ver com o clube esportivo, publicou a matéria “Atlético Mineiro - o vingador”, realçada com fotografias de ídolos como Guará e Kafunga, da torcida, dos troféus e de todos os jogadores do elenco, além da maquete do estádio, chamado “Gregoriano Canedo”.



UM ESTÁDIO, que tem o nome de "Gregoriano Canedo", simples, prático e econômico, com capacidade para 85.000 espectadores abastadamente satisfeitos. O plano está mais adiantado que o do Estádio Nacional para o Copa do Mundo em 1950. Faz parte de um conjunto de praças para todos os esportes.

ATLÉTICO MINEIRO-O "VINGADOR"

Texto de ALVARES DA SILVA * Fotos de ÂNGELO REGATO e AUGUSTO CARDOSO

QUAIS são os clubes mais populares do Brasil? Flamengo e Vasco da Gama possuem as duas maiores torcidas de futebol do Rio. Fluminense e Botafogo também possuem legiões de fãs. Torcidas legendárias: escapa das estatísticas, contudo, a popularidade do rubro-negro da Gávea — desde longa data reconhecido como o "clube mais querido do Brasil".

O Flamengo pode realmente oferecer a melhor qualidade para avaliar-se a popularidade de um clube esportivo. Existem poucas agremiações tão populares como o rubro-negro. Todavia, dentro do movimento que caracteriza o Flamengo na preferência do público, respaldada as preferências, mencionamos, pelo Brasil inteiro, pelo menos cinco ou seis clubes patrocinados, eficientes da criação de sociedades anônimas, congregando milhares e milhares de associados.

Em Piratininga, assistem e garantem que o São Paulo é o mais querido. Não obstante, o Palmeiras surge com números e afirma que possui nada menos de 22.000 associados! O Corinthians faz a mesma coisa: alega que possui mais de 17.000 sócios. Tais cifras não existem. Talvez é possível na terra da garrua, em matéria de futebol, pois as atribuições ao Paracambi já estabeleceram recordes consistentes e causam admiração até em Argentina.

Interessa-nos porém a popularidade. No extremo sul, por exemplo, o Internacional tem sido



QUARASMA, O "TRÊSÇO LINDO"
Um "meia" de futebol rubro-negro
14 de Fevereiro de 1948



KAPUNGA, "o Vingador"
12 anos e mais no meio de Atlético



FELIX MACAGN, O TÉCNICO
Vitorioso representante no Rio e São Paulo
O CRUZEIRO

— 53 —

Figura 16 - Página 53 da edição nº 17 de "O Cruzeiro" (14 fev.1948)

Na última parte, o texto ressalta que o Atlético reformulado começara em 1946 - não por à toa, quando Canedo assumiu o clube. E consegue apresentar números ainda mais superlativos para o que chamou de "Cidade dos Atleticanos": estádio para 85 mil pessoas sentadas, ginásio com público de 6 mil pessoas, 10 quadras de tênis, 2 piscinas (sendo uma olímpica), 3 quadras de basquete e 3 de vôlei. No final daquele ano, em setembro, o projeto do estádio "Gregoriano Canedo" ganhou uma medalha de prata no XIV Salão Paulista de Belas Artes. A consagração, entretanto, que Canedo desejava como artífice do estádio não aconteceu. Com a dificuldade de fazer a obra sair da terraplanagem e com a escolha de finalização do Independência por parte da municipalidade, ao que conta Simões (2012), o terreno foi vendido para a quitação de pendências financeiras. O "dinheiro do Otacílio", naquele 1948, então, não foi o bastante nem para pagar as dívidas anteriores do clube, muito

menos para fazer sair do plano das maquetes o sonho atleticano de ter seu amplo complexo esportivo na Pampulha.

Esta já ganhava outros complexos de esporte, mas à sua orla, idealizados pelo prefeito JK, que no último ano de mandato recebeu homenagens tanto do Atlético quanto do Cruzeiro. Em março de 1945, a equipe de Lourdes recebeu na capital mineira o Vasco da Gama. Naquele 4 de março, conforme conta o *Correio da Manhã*, o retrato do prefeito seria inaugurado na sede do clube. O motivo de tal honraria ficou sem explicação, apenas apresentada por sinais gráficos, porém a matéria registra que o prefeito agiu a fim de que “não houvesse divisão entre os clubes” de BH. Curiosamente, sem elucidar sobre o que seria essa suposta ruptura que aconteceria sem a suposta ação do prefeito. O fato é que poucos meses depois, em 1 de julho, JK participou das inaugurações da reforma do Estadinho do Barro Preto, que passaria, a partir daquele dia, a ser chamado de Estádio Juscelino Kubitschek, em jogo disputado entre a equipe do Barro Preto e o Botafogo, do Rio de Janeiro.

Em um misto de modéstia e desconhecimento, JK demonstrava não acreditar em tamanha homenagem.

Quanto a mim, ainda me consulto como foi possível à vossa opulenta generosidade associar a obscuridade do meu nome às glórias deste dia apoteótico de vossa história. Exagerais, por certo, na medida de vossa fidalguia, a contribuição do prefeito ao êxito deste empreendimento, que tão intimamente interessa, também, ao progresso da cidade em evolução. Como quer que seja, guardada esta imerecida exaltação do meu nome como uma glória na minha humildade, e um reconhecimento sem limites vibrará na minha sensibilidade, como rebate de uma hora feliz, toda vez que o meu pensamento se voltar para vós e para o vosso clube. (BARRETO; BARRETO, 2000, s/p.)

2 A RAPOSA

Trabalho e dedicação dos Cruzeirenses

A MINHA CONFIANÇA NO CRUZEIRO

Mensagem enviada de Manaus, em 30 de Abril de 1945 e publicada em "Folha de Minas" em Maio do mesmo ano.

AOS CRUZEIRENSES

Apesar da enorme distancia que nos separa, não esqueço jamais os momentos de intensa alegria que sempre tivemos. Cada vitória de nosso clube era comemorada com carinho e fazia vibrar os corações de nossa gente, numa demonstração de esportividade e cooperação absoluta.

Cruzeiro Esporte Clube, o clube mais mineiro da cidade, como teve ocasião de publicar FOLHA DE MINAS num brilhante comentário de Leão Cabernite, está sempre guardado com saudades no meu coração. Guardo o seu nome e suas vitórias como uma lição do esforço de cada um para o bem da coletividade.

Cruzeirenses, a cooperação de vocês sempre foi vista nos grandes feitos do clube. Cooperação desinteressada, brotada de verdadeiros esportistas que jamais mediram sacrifícios para o engrandecimento de nossas cores. Lembro-me de uma certa frase

A BÔA VONTADE DE MARIO GROSSO, CONSTRUIU O NOSSO ESTADIO

ta é uma só e trabalhamos para o engrandecimento do esporte mineiro. O nosso quadro profissional mantém o honroso título de bi-campeão mineiro, fruto de uma tarefa que é forjada pelo espírito de colaboração de seus jogadores, diretores e associados. As nossas lutas internas foram sempre eliminadas pelo espírito pacífico e obreiro do Presidente Mario Grosso. Os cornetas não formam e os pessimistas são abatidos pelos fatos.

Hoje, tão longe do convívio de vocês, volto o meu pensamento para o "Estadinho do Barro Preto". Ouço o barulho das taboas das arquibancadas querendo para o "Estadinho do Barro Preto" ouço o voo das vozes nas conquistas de nossos tentos; ouço a torcida simpática do Zé Miguel animando e alegrando a nossa arquibancada social; vejo serpentina e confeti riscando o espaço e irem cair em cima dos nossos bravos jogadores; vejo cartazes alusivos aos nossos

a-idade, mas viverá eternamente nos corações cruzeirenses, desdobrando uma série enorme de lindas vitórias.

Seja bem-vindo novo estádio. A família cruzeirense está ansiosa para o abraçar com amizade. Seja bem-vindo meu novo estádio, a cidade, um dia, terá orgulho de você e de sua gente.

Você nasceu hoje, não sabe como veio e nem para onde vai. Eu, novo estádio, sei de onde você veio e para onde vai. Você surgiu grandioso e orgulhoso porque houve colaboração de um punhado de verdadeiros esportistas.

Eu, novo estádio, sei para onde você vai. O seu trabalho será penoso e dará a glória ao esporte mineiro. Você, novo estádio, será penoso e dará a glória ao estádio, será o orgulho da gente montanhesa.

Você, novo estádio, surgiu numa noite chuvosa, quando o Conselho Deliberativo do Cruzeiro estava reunido para eleger o su-

Revelo nesta carta fatos que presencié por varias vezes na presença de Mario Grosso. Constantemente chegava um corneta e dizia ao Mario: precisamos aterrar o campo; precisamos consertar as grades; precisamos remendar o muro; precisamos de melhores instalações sanitarias e melhor vestiário. Mario Grosso, com aquele sorriso canarado e jeal, respondia: eu só mexerei no campo para derrubar tudo. Eu ria e falava sempre: você é mole e não tem coragem para derrubar aquelas taboas velhas. Pois bem, Mario cumpriu o prometido e mandou descer a picareta em tudo e deu ao Cruzeiro, a Minas, um campo digno de ser visitado pelos grandes clubes da cidade. O novo estádio é obra de Mario Grosso, o presidente ideal como o chamam os cruzeirenses.

Você, novo estádio, deve muito ao nosso Governador e ao Prefeito Juscelino. Ambos ajudaram o Presidente Mario Grosso na mais arrojada iniciativa cruzeirense. Agradeça, novo estádio, ao Governador do Estado a sua piscina e quadra de basquete. Agradeça, novo estádio, ao Prefeito Juscelino o auxílio dado para as arquibancadas. Agradeça, novo estádio, de coração, ao Presidente Mario Grosso que teve a coragem de meter a picareta no seu antecessor. Agradeça, novo estádio, ao dr. Oscar Ricardo pelas suas belíssimas linhas arquitetônicas. Agradeça, novo estádio, aos esportistas cruzeirenses, João de Araujo Ferraz, Mario Tornelli, Artur Martini, Maurílio de Oliveira, Wilson Saliba, Nelo Nicolai, Antonio da Cunha Lobo, Alfredo Noce, Enes Ciro, Poni e todos os demais socios remidos.

Quero, quando voltar à minha terra, entrar pelos seus portões e dar um grito de vitória ao vê-lo magestoso e imponente gritarei bem alto — VIVA O CRUZEIRO, O CLUBE MAIS MINEIRO DA CIDADE.

Manaus, 30 de Abril de 1945.

J. Fialho PACHECO

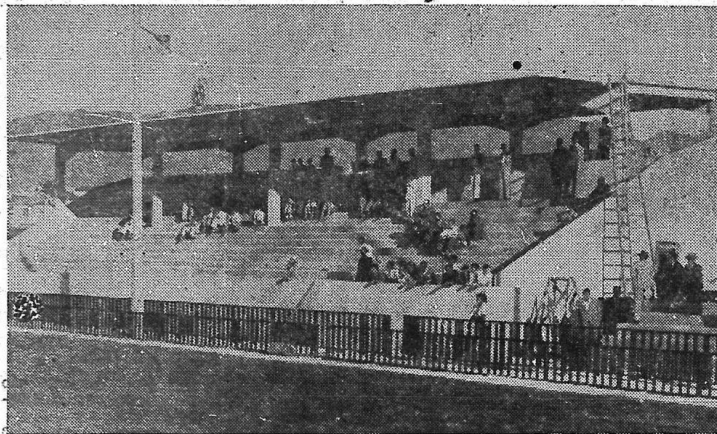
Doze meses a serviço

(Continuação da 3.ª pag.)

cores que não se desmaieem até o momento, empanadas pelas nuvens plumbas das derrotas. E que desta data para o porvir, todos os cruzeirenses se empreguem a fundo e abnegadamente, apoiando moral e materialmente os seus criques, para que esta bandeira que tremula sob a égide da constelação do Cruzeiro, mostre-nos que tremula tre-nos sempre um céu azul de triunfos, ornado pelas cores esmeraldina da esperança.

São esses os meus ardentes votos.

Otaviano Fernandes



de Nigüño quando teve ocasião de me dizer — o Cruzeiro é o clube da boa vontade. Nas palavras do III dos Fantoni estava tudo descrito, boa vontade, renúncia aos grandes ordenados e cooperação sem limites.

O Cruzeiro em suas lutas nunca lançou mão de recursos ilícitos para fazer brilhar a sua belíssima constelação. "Sabemos ganhar com distinção e perder com dignidade", foi a resposta do presidente Mario Grosso em certa época, que alguém queria apaixonadamente ofuscar o brilho de nosso trabalho.

O Cruzeiro é o clube que se mantém à custa dos seus próprios recursos. A nosso bandei-

sei do pensamento e, às vezes, passo horas a fio a relebrar grandes feitos. Tudo isto não me com saudades os nossos dias felizes no "Estadinho do Barro Preto".

Sim, "Estadinho do Barro Preto", quero dar o meu adeus para você, porque jamais terei a honra de pisar em suas velhas e orzulhosas taboas, símbolo de uma jornada gloriosa pelo esporte mineiro. Você, "Estadinho do Barro Preto", morreu... Morreu para a nossa bela e encantadora cidade.

Quando eu tiver a felicidade de regressar, não mais o encontrarei porque você já morreu. Você, "Estadinho" morreu para

o substituto do Presidente Mario Grosso. Naquela noite, no Palácio dos Esportes, o Presidente Mario Grosso pedia ao Conselho uma modificação nos estatutos do Clube, no sentido de que fossem considerados socios remidos os que contribuissem para a construção do estádio, com a importância de 1.000 cruzeiros. Foi uma luta para se conseguir tal modificação e os debates duraram horas. Quase que ri o trabalho e a boa vontade de Mario Grosso perdidos. Felizmente, foi concedida a emenda e traçou-se o seu perfil. Mario Grosso já havia sido reeleito e a família cruzeirense estava satisfeita.

Figura 17 - Página 2 da edição nº3 de "A Raposa" (jul.1946)

Entre a principal alteração estava a transformação das arquibancadas de madeira pelas de concreto. Em texto do jornalista José Fialho Pacheco (1917-1989), publicado inicialmente na Folha de Minas e reproduzido em "A raposa" um ano após a reinauguração do JK, foi ressaltada o comando de Mário Grosso para a arrecadação entre os associados do valor necessário para a reforma, além de outros diretores e do interventor Valadares e o prefeito JK.

“Agradeça, novo estádio, ao Governador do Estado a sua piscina e quadra de basquete. Agradeça, novo estádio, ao Prefeito Juscelino o auxílio dado para as arquibancadas”. (A RAPOSA, 1945, p.2). As arquibancadas de madeira existentes eram motivo de provocação dos adversários ao clube, talvez o que possa realçar a escolha do nome do estádio àquele que deu fim à marca principal do estádio até então.

Bem querido pelos clubes, não é possível afirmar para qual time, de fato, torcia o então prefeito. Em carta no início dos anos 1970, em resposta ao seu amigo, o jornalista Adelchi Ziller, que havia enviado um exemplar da recém-lançada Enciclopédia do Atlético, JK não cita ser atleticano, ou diz sobre o “nosso Atlético”. Ele apenas parabeniza Adelchi, que havia o assessorado desde os tempos de BH e, depois, em Brasília. Porém, de acordo com Bojunga (2001), entre os documentos que estavam na pasta pessoal de JK quando houve o acidente na via Dutra que culminou na morte do político, estava, “uma carta mimeografada de 21 de julho de 1976 do Clube Atlético Mineiro, para reunião de conselheiros do clube” (BOJUNGA, 2001, p.703). No estatuto do clube não há nenhuma menção ao político, apenas aos seus fundadores de 1908. No do Cruzeiro, por outro lado, o único nome que consta no Estatuto é o de Juscelino Kubitschek de Oliveira. No artigo 78 está definido que JK é o patrono do Cruzeiro Esporte Clube, "em caráter único e permanente, como reconhecimento aos excepcionais serviços prestados à agremiação". (CRUZEIRO, 2015, s/p.).

Fato é que naqueles momentos finais do Estado Novo, o capital político acumulado por ambos os políticos até então serviriam para a eleição federal realizada em dezembro daquele ano, quando foram eleitos os constituintes federais, entre os quais o mais votado, Benedito Valadares, tais como JK, Israel Pinheiro, Christiano Machado e Gustavo Capanema, todos pelo Partido Social Democrático (PSD). Sobre a campanha eleitoral estadual de novembro de 1946 a janeiro de 1947, Dulci (2005) explica que as articulações tiveram início logo após o presidente da República Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) deter o controle do Catete. A intenção do presidente era formar uma articulação ampla entre os partidos, ao fazer valer a importância dos mineiros para a governabilidade brasileira. Por articulação, entende-se que os partidos comporiam em função do primeiro nome indicado por ele, seu ministro da justiça Carlos Luz (1894-1961), do PSD. Sem base política o suficiente entre os prefeitos e deputados, a ideia logo foi rechaçada pelos políticos mineiros. Daí partiu-se para a sugestão pelo nome de conciliação representado pelo ex-presidente do Brasil durante a Primeira Guerra Mundial, Wenceslau Braz, que estava afastado da política havia décadas. Com quase oitenta anos, seu nome foi usado pelos mineiros para mostrar ao presidente Dutra quem eram os responsáveis por comandar Minas.

O certo é que, na convenção, o PSD resolveu-se afinal pela candidatura de Bias Fortes, nitidamente partidária e sintonizada com as chefias municipais. Disso resultou o afastamento da ala que vinha apoiando firmemente Venceslau Brás. Esta ala, junto com o PR e os outros alinhados potenciais, tentou abrir uma terceira via, mas logo a descartou, caminhando no sentido de apoiar a candidatura da UDN. Fez-se um acordo de coalizão, formalizado a 24 de dezembro. E assim, Milton Campos, que já estava em plena campanha pelo interior há várias semanas, viu-se alçado à condição de provável vencedor do pleito. (DULCI, 2005, p.44).

A votação foi expressiva na capital mineira, cerca de 64% dos eleitores de Belo Horizonte que foram às urnas marcaram em prol do udenista e alamedino que tinha feito carreira na cidade. Em Minas, a força do PSD fez valer os apenas 53,6% dos votos válidos. Mas Bias ainda seria eleito governador, quase dez anos depois, em 1956. Um detalhe: a UDN nacional antes da eleição era dirigida por Virgílio de Melo Franco, que assumiu a chefia estadual do partido, após a eleição, até falecer em 1948.

O planejamento industrial comandado por Giannetti foi utilizado nos governos seguintes. Ainda mais vindo de Américo, um dos maiores industriários metalúrgicos de Minas, que herdou de seu pai uma siderúrgica e que nos anos 1940 criou, em Ouro Preto, a primeira fábrica de alumínio da América Latina. A proposta era ser a industrialização capaz de fazer avançar o desenvolvimento econômico, a começar pela capital mineira. Como mostra Dulci (1999), foram necessárias obras para aumentar a capacidade produtiva de energia elétrica e um amplo plano de execução industrial, passando pelo crescimento da Cidade Industrial, como dito anteriormente, em que os recursos principais seriam para a zona metalúrgica com o objetivo de fortalecer a região de BH enquanto polo econômico.

Imersos nessas desconfianças econômicas e políticas estavam Milton Campos, eleito governador em 1947, como dissemos, pela UDN, e Otacílio Negrão de Lima, eleito no ano seguinte prefeito da capital pelo PR, de Arthur Bernardes, apoiado pelo PSD. Com personalidades distintas e trajetórias opostas na política, ambos foram os responsáveis por gerenciar a modernidade de Belo Horizonte naqueles anos finais da década de 1940. Dulci (2005) destaca a presença de Campos na política muito mais por um desejo de influência, por isso a necessidade de se fazer chegar aos outros suas ideias, seus pensamentos. O também torcedor do América, nesse sentido, era visto muito mais como um intelectual do que enquanto político, mas podemos adjetivá-lo enquanto um ser de natureza política. Em sua juventude, nos anos 1920 dos modernistas mineiros, foi um dos fundadores do embrião do que seria o jornal Estado de Minas. O constituinte federal, ao propor suas questões, tinha como objetivo forte a defesa da democracia e da República, em contraste ao regime anterior. Signatário do Manifesto dos Mineiros em 1943 e eleito governador em janeiro de 1947, sua marca foi a tolerância para fazer fluir a coalização que o elegeu, desde que existissem as

tentativas de evitar as perseguições aos adversários e o vantagens pessoais reinantes até ali. O compromisso era cumprir com as responsabilidades e combater os abusos.

Só dessa maneira poderemos estar à altura das tradições cívicas de Minas e contribuir para que não falha a esperança do povo, já tão fatigado de padecimentos e inquietações, na definitiva implantação em nosso país das instituições democráticas, cuja conquistas reclamou tantos esforços e cuja permanência exigirá cuidados ainda maiores (CAMPOS apud DULCI, 1950, p.150).

Foi esse o recado do político às vésperas da eleição municipal que elegeu os prefeitos de Minas, em novembro de 1947. A intelectualidade legalista de Milton foi realçada logo após o fim do mandato. Sem eleger seu sucessor pela UDN - que só venceria o governo mineiro em 1960, com Magalhães Pinto, seu então secretário -, voltou-se para suas atividades didáticas de Política na então Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas (atual Fafich/UFMG) e de Direito (atual Faculdade Mineira de Direito/PUC Minas). Tancredo Neves, líder da oposição na Assembleia do governo Campos, em discurso na Câmara dos Deputados em 1972 após o falecimento de Milton, recorda que o relator da Constituição Mineira de 1935, quando governador, tinha “preocupação de respeitar a lei, de transformar o Palácio da Liberdade em tribunal político, recusando-se a nele montar um laboratório de soluções facciosas. (NEVES, 2010, p.462).

“Integrava numerosa prole de uma família tradicional, que deu a Minas eminentes cidadãos, bastando lembrar o nunca assaz louvado Otacílio Negrão de Lima e uma plêiade de mulheres extraordinárias pelas virtudes singulares e a riqueza dos sentimentos.” (NEVES, 2010b, p.584). Foi assim que o então senador Tancredo Neves definiu o ex-prefeito de BH, quando do falecimento de seu irmão Francisco em 1981 - que também assumiu inúmeros cargos públicos, não sem antes, em juventude, assinar matérias para o antigo Diário de Minas, o Estado de Minas, e a sucursal mineira de O Estado de São Paulo, como a articulação do Estado Novo, o ministério da Justiça desse regime, o ministério das Relações Exteriores e a prefeitura do Distrito Federal no governo JK e o governo do Estado da Guanabara. O engenheiro alamedino Otacílio, por sua vez, que havia sido constituinte estadual, era mais conhecido por ser um fazedor de obras públicas, conhecedor das técnicas profissionais e políticas para suas concretizações. Ao invés dos livros ao adolecer, as aventuras com os outros membros do América era sua principal diversão, que vitoriosa, foi capaz de levar ao clube sua principal conquista até então. Foi onde também começou sua vocação política, de participar e conhecer a fundo por onde transitava. Ainda em sua juventude, foi pela primeira vez presidente do clube, que comandou ainda outras duas vezes no início dos anos 1920.

Em prol de querer mostrar-se mais do que um homem bronco com elevada estima popular, de funções não apenas técnicas mas intelectuais, em meio às disputas para as eleições que se aproximavam, Negrão de Lima recebeu homenagem da Academia Mineira de Letras (AML). Naquele início de 1950, o município, por meio do prefeito, deu um andar do edifício Carijós à AML, para fazer dali sua sede. No mesmo ano, o governador Campos assinou a lei 608/1950, que concedeu a isenção do imposto de transmissão do imóvel, bem como de outros tributos estaduais necessários para finalizar a operação imobiliária. Ambos os políticos, inclusive, pertenciam ao grupo de redatores da Revista Acaiaca, ligada à intelectualidade literária de Belo Horizonte.

O político, jurista, jornalista e escritor Mário Mattos (1899-1966), que havia assumido cargos importantes na administração estadual no período Valadares e que nos anos 1960 comandaria o Diário de Minas, em seu discurso na homenagem para Otacílio, descreveu realizações do prefeito como a Cidade Ozanan - importante obra de caridade da cidade -, a Pampulha, o MTC, o término da praça Raul Soares e nas questões culturais a realização de concertos sinfônicos e exposições de artes. E que foi comparado à popularidade de Padre Eustáquio (1890-1943) - tido como santo pelos católicos da cidade - quando enfrentou a votação popular para o cargo.

Homem arredo e um tanto soturno, pouco propagandista de si próprio, é tido com justiça como administrador enérgico, é realizador também no plano material. Personalidade forte, combativa e combatida, insuscetível muita vez de se enquadrar na estreiteza dos partidos, assume atitudes altaneiras e, ao ser provocado, costuma sacar da espada, como fazia d'Artagnan. Suas vitórias, ele as conquista por si mesmo, por ser quem é e pelo favor do povo. [...] O temperamento desse homem público é de captação difícil. Político, é um pouco marginal da grei política, um pouco subterrâneo na atuação. Tem o dom da invisibilidade, mas, paradoxalmente, está em toda parte em que se exerça sua atividade administrativa. Quando se pensa que desapareceu, surge estrepitosamente, como se fosse um mergulhador de longo fôlego (AML, 1950, p.40).

Símbolo dessa Belo Horizonte que desconfia de si própria, Otacílio fazia da ação uma busca pelo moderno, pelo poder e por um jeito de ser carinhoso, afetivo pela cidade onde cresceu.

Aos políticos infunde medo, aos homens do povo, confiança. Inquieto, parece calmo. Dinâmico, se mostra imóvel. É uma espécie de esfinge que ainda não foi bem decifrada. É nele atrativo o carinho, pode-se dizer até o ciúme pela nossa cidade, da qual é, sem contestação possível, um dos maiores benfeitores. (AML, 1950, p.42).

Mattos fala de um homem indecifrável, apesar de apresentar inúmeras características do sujeito político. Otacílio, entretanto, revelou na Academia, da qual seu irmão Oscar seria membro a partir de 1969, um pouco mais de seus pensamentos. Ao definir os membros da

AML como “abnegados-entusiastas” capazes de não preferir o trabalho rendoso, o prefeito e ex-ministro do Trabalho do governo Dutra convocava para a necessidade de um “trabalho produtivo” “independente do regime vigente”.

Na verdade, feito à imagem e semelhança de Deus, o ser humano é a resultante do corpo e da alma. Por isso mesmo, consideramos abomináveis os que exploram a pobreza e a miséria - crime previsto igualmente pelas leis divinas e pelas leis comuns. A limitação das horas de trabalho, o descanso semanal, o repouso diário, a assistência médica, a proibição do trabalho aos menores, a casa própria, os serviços assistenciais e o direito à velhice sossegada, são conquistas que devemos defender pela palavra, pela ação, pelo exemplo e pelas orações. (AML, 1950, p.58).

Se Milton ressaltava a legalidade democrática, Otacílio apegava-se ao seu lado trabalhista, talvez ao visar a eleição que se aproximava - as estaduais, municipais e presidenciais estavam marcadas para o dia 3 de outubro daquele ano de 1950. O escolhido do PSD foi Christiano Machado, que teve que concorrer com o ex-presidente Vargas. Para o governo de Minas a disputa interna do PSD foi entre Bias Fortes e Juscelino. A UDN foi com o brigadeiro Eduardo Gomes (1896-1981) para o Catete e de Gabriel Passos para a Liberdade. Apesar de ter sido secretário da gestão Benedito e procurador-geral da República escolhido por Vargas, Passos filiou-se à UDN, logo após a criação do partido. Getúlio, candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liberou o voto do partido, em uma ação que favorecia a candidatura de JK, vencedor da disputa interna em seu partido, após ter articulado com o PR, de Bernardes, a indicação de vice. O partido era o fiel da balança naquela eleição, ao ter apoiado e vencido com Campos em 1947, o que voltou a acontecer em 1950. Juscelino foi eleito governador, tendo como vice o médico e professor Clóvis Salgado (1906-1978).

Desde quando assumiu a prefeitura em 1947, muito era comentado sobre o desejo de Otacílio de chegar ao posto máximo do alto da Praça da Liberdade. A exibição de seus feitos enquanto prefeito e a aprovação máxima da população belo-horizontina era fundamental para Otacílio furar a bolha então dominante do PSD e UDN. Comandante de seu próprio partido, o Partido Trabalhista Nacional (PTN), sua articulação além do domínio de um periódico, feito o “Diário de Minas” passaria por seu irmão, Francisco. Fiel aliado de Getúlio e bastante próximo de JK, articulou para ampliar a base do médico. Ao visar futuras articulações e ganhos políticos com a eleição de JK, Otacílio garantiu o apoio de seu partido ao ex-prefeito. O vice-prefeito da gestão de Otacílio Bento Gonçalves Filho, por exemplo, foi nomeado secretário de obras da gestão JK após perder a eleição municipal para Giannetti - que não conseguiu a indicação de seu partido para a Praça da Liberdade e se contentou com a principal cadeira da Afonso Pena. O mesmo Bento, que era membro do conselho deliberativo do

Atlético desde quando tinha sido vice-prefeito. Antonio Lunardi, pelo PTN, e Gregoriano Canedo, pelo PR, foram eleitos deputados estaduais. Era a força do futebol nas urnas.

SAÍDAS

A primeira Constituição da República brasileira, de 1891, em seu artigo terceiro, assinalou uma nova capital para a República em seu planalto central. A Minas Gerais federativa não poderia ficar de fora da aventura de aglutinar suas expressões, suas vozes, em um novo símbolo. Diante das disputas para decidir a localidade escolhida, foi vencida a ideia de que uma capital na região central aglutinaria as diversas vozes de Minas (CARVALHO, 2005) em torno de um desejo comum de

galgar posições mais decisivas no cenário nacional. Não é casual o fato de a capital dos mineiros ter suas ruas com os nomes dos povos autóctones, além daquelas com nomes de todos os estados, uma tentativa de fortalecer a ideia-símbolo de que Minas era o Brasil em miniatura, ou que a identidade brasileira passava necessariamente pelas ‘Alterosas’ (MOTTA; VISCARDI, 2020, p.293).

Dulci (1999), em sua análise, afirma que Minas, a partir de 1930, precisava aproveitar, mais do que nunca, as oportunidades políticas para conduzir sua política econômica desenvolvimentista: ou seja, da Minas de terra para a Minas de ferro (CARVALHO, 2005). A linha principal e única era o Estado enquanto o indutor da economia, a partir de três fases: a primeira, que perdurou até 1940, voltada para a diversificação agrícola; da segunda em diante, Belo Horizonte está bem imbricada, com a expansão industrial de 1941 a 1946; e o planejamento conciliador de 1947 a 1950, que deu a sustentação final para a o modelo mineiro de especialização industrial de ali em diante.

A política de Valadares de industrialização era reflexo também da grande quantidade de êxodo dos mineiros para outros estados, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, já que Belo Horizonte não era o suficiente para dar conta de tamanha população que deixava o campo. Para ir além da diversificação agrícola, foi colocada em prática um projeto que teve suas primeiras conversas, ainda em 1935, retomada por Israel Pinheiro: a Cidade Industrial, em Contagem, “inaugurando com isso o sistema de distritos industriais que seria gradualmente construído em Minas ao longo das décadas seguintes. Era uma ideia inovadora, que o governo Valadares transformou em símbolo de sua inflexão industrializante” (DULCI, 1999, p.73).

Se em 1945 a gestão Valadares terminava com a criação de uma coletânea de estudos sobre energia e transportes em Minas, a “Contribuição para o planejamento industrial de Minas Gerais”, a gestão Milton Campos iniciava-se com a coordenação, pelo engenheiro Giannetti - até então presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) -, do “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”. Pioneiro no

Brasil pelo planejamento regional em nível macro e por ter sido uma iniciativa interna, em que insistia ser a região de BH um polo centralizador, feito os ideais ainda do século anterior, quando da escolha do Curral para ser o território da capital de Minas. Starling (2002) afirma que a capital de Minas desde sua fundação “tinha um projeto imposto de modo autoritário, repressivo, violento, mas, paradoxalmente planejado, organizado e executado pela facção mais agudamente moderna e republicana das elites mineiras, uma facção que vivia embalada pelo sonho do progresso, da técnica e de um curioso sentido quase doméstico de modernidade”. (STARLING, 2002, p.59).

Entretanto, é possível acrescentar que esse projeto se estendeu pelas décadas seguintes, como é possível perceber pelos projetos “modernizantes” de cada um de seus governantes, seus líderes, feito o da gestão Milton Campos. Não era diferente em relação aos clubes de futebol. Como vimos, os dirigentes faziam de suas promessas expectativas para um rompante de futuro, quase que necessariamente “matando” os resquícios das anteriores. Afinal, era Belo Horizonte a cidade fantasma do Curral del Rey “onde o tempo parece precisar sempre ser retomado, refeito”, (STARLING, 2002, p.59). Entretanto, essa retomada não foi tão rápida como desejada. A morte deixava resquícios, entre os quais os dos jornais (ANDRADE, 2016) e dos clubes, tanto profissionais quanto amadores (RIBEIRO, 2021). Ou dos estádios, por que não? (AMORIM; OLIVEIRA; SOUSA; SOUZA, 2017). As saídas dos vestígios que insistiam em permanecer, ou que ainda insistem, tinham como base o espanto, o incrível que deveria ser crédulo a habitar a cidade pelas suas modernidades e suas experiências. Diante do novo, a desconfiança também era expressa pela ancestralidade ou pelas superstições, feito à procura de dirigentes do América por pessoas indicadas capazes de descobrir o que impedia o clube de ganhar um campeonato. Inclusive, com um galho de arruda no bolso, para não precisar contar com a sorte, como conta a revista do clube, sobre aquela final de 1948.

O “desconfiar confiando”, portanto, que adquire na cidade um elemento aglutinador, é dado também por características que perpassam elementos bem anteriores à construção da capital mineira, como demonstrado anteriormente. É a face da Minas de ouro (CARVALHO, 2005) que ganha contornos futebolísticos para revelar que nesse tecer da modernidade belo-horizontina o passado nunca esteve tão presente, a ponto de insistirem nas constantes reformas dos estádios ao longo dos anos 1940 ou nas construções de novas praças esportivas, sempre insuficientes para darem conta das modernidades pretendidas e pretensiosas pelos clubes, pelo futebol, pela Belo Horizonte que ali persistia contra o autoritarismo de sua própria modernidade desconfiada. Assim também ante a prática de um futebol amador ou

profissional, requintado ou popular; dos bares ou dos bondes; das revoltas ou dos golpes que perpassam sua história.

E a situação não era diferente em relação à imprensa e seus sujeitos jornalísticos, que incentivaram a criação de redes alternativas “modernas” capazes de irem de encontro ao jornalismo de tom oficial ou oposicionista, mas que acabaram por construir outras redes de colaboração que perpassavam pelos gabinetes do Palácio da Liberdade, das pequenas repartições até chegar aos fundos de quintais e aos labirintos dos novos edifícios. Ou que passassem pelos escritórios de dirigentes esportivos, que podiam também ser confundidos com as salas de chefias das empresas jornalísticas. As atividades se entrelaçavam de tal modo, como nos casos de Canedo e Babaró, que a presença desses sujeitos de imprensa no esporte e na política ganharam consequências capazes de modificar as percepções sobre seus clubes e o jornalismo praticado em parceria entre as associações e os cronistas esportivos. São esses entrelaçamentos que permitiram fazer de Januário Carneiro nome até hoje homenageado pelos clubes - a sala de imprensa do centro de treinamento do Cruzeiro leva o nome dele - e por seus companheiros jornalistas. Mas que, por outro lado, também deixou poucas memórias sobre a importância política de figuras como Otacílio Negrão de Lima, apenas o nome, desde 1968, da avenida que circunda a Lagoa da Pampulha (em substituição ao nome de Vargas).

Qual foi de fato a travessia dos empréstimos subvencionados pelo poder público em Belo Horizonte para o esporte entre os anos finais dos anos 1940 não é possível afirmar, nem ao certo quantificar o valor recebido pelas associações. Entretanto, foi possível percorrer algumas situações que abrem as possibilidades desses usos. As dívidas dos clubes foram as justificativas para o auxílio e, possivelmente, foi usado para esse fim, em certa medida. Reformas e ampliações do patrimônio físico dos clubes foram uma das principais características das ações aqui mostradas. Se o Cruzeiro conseguiu reformular o JK, o Atlético, ao menos, conseguiu realizar o projeto de um estádio, além de ter buscado montar um elenco qualificado que possibilitasse a manutenção da rivalidade com o América.

Por sua vez, o clube da Alameda, em volta de desarmonia política interna, pôde sanar algumas pendências em relação ao seu patrimônio, não sem enfrentar acusações de mau uso de dinheiro público e deixou de ter seu estádio escolhido como sede da Copa do Mundo. Foi ela, sem dúvida, a competição mais importante do futebol, que mais onerou os cofres municipais no período. O Sete de Setembro, cujas lideranças eram a base de apoio ao prefeito na Câmara, foi aquele que conseguiu o seu estádio terminado, mas que não foi capaz de produzir bons resultados dentro de campo capaz de superar a força das outras três equipes. Mais uma vez, pelo que havia acontecido nos anos 1920, a *pólis* belo-horizontina acreditava

que apenas sua *urbs*, por meio de um amplo estádio, daria o apoio popular ao clube da região leste. Enquanto os amadores tentavam sobreviver por meio das trocas municipais, o clube de elite traçava alianças com ocupantes de cargos políticos proeminentes. Fato é que nem todas as perguntas que no senso comum deveriam compor um texto jornalístico foram aqui respondidas. Também não foi essa a intenção deste trabalho.

O que propusemos aqui, distante de um entendimento do jornalismo enquanto uma totalidade do presente ou do passado, foi a captura de fragmentos, em sua maioria colecionados por Joaquim Linhares, a fim de que fizéssemos um tecido em torno de “o dinheiro do Otacílio”. Foi o impresso o propulsor dessas características que nos abre a possibilidade para a argumentar em torno de uma cidade desconfiada. Se Hegel afirma ser a leitura matutina dos jornais um privilégio e uma espécie de prece da Modernidade, pela possibilidade de identificar as características da realidade, a intenção aqui foi incluir outra característica desse modo de ser e estar no mundo: a cidade moderna, representada pela capital mineira desde os anos finais do século XIX. Enquanto essas modernidades tensionadas emergiram uma modernidade desconfiada de Belo Horizonte, o “dinheiro do Otacílio” possibilitou o mergulho nessa rede eletrificada quase a ponto de se auto-circuitar - quando a tensão rompe o disjuntor, não sem antes possibilitar certos avisos -, como aconteceu alguns anos depois.

Abril de 1954. Na prefeitura de Belo Horizonte, Américo Renné Giannetti; no governo do Estado, Juscelino Kubitschek; no Catete, Getúlio Vargas. Nenhum desses nomes concluiria o mandato de seus cargos pelos quais foram eleitos. Os nomes de seus vices seriam eternizados como futuros chefes do Executivo local, estadual e nacional. O Minas Tênis Clube ainda comemorava o fim da construção da Arena Juscelino Kubitschek, inaugurada pelo então governador dois anos antes. O Atlético ainda fazia valer seu título de “Campeão do gelo” de 1950 e os campeonatos estaduais de 1952 e 1953. O Cruzeiro tentava se reerguer no cenário futebolístico mineiro. O Sete tentava manter sua Independência em meio às dificuldades de manutenção.

Para outubro, estavam marcadas as eleições parlamentares. As articulações estavam em pleno movimento. Em 21 de abril, Minas receberia o presidente Vargas, em Ouro Preto, para as comemorações do Dia da Inconfidência Mineira. Mas no dia anterior, aconteceu o que estava previsto desde poucos dias antes. O símbolo máximo da Belo Horizonte moderna, a Pampulha, estava por um fio, ou melhor, por trincas. As infiltrações recorrentes deram lugar às fendas na barragem da Pampulha, inaugurada, como dito anteriormente, no primeiro mandato de Otacílio, em 1938 e ampliada em 1943, na gestão JK. Como conta Neto (2016),

inúmeras medidas foram realizadas para interromper o visível vazamento de água, entre as quais esvaziar cerca de 30% do reservatório antes do dia 20 de abril, quando não foi mais possível conter a situação.

Mesmo após áreas evacuadas, como a do próprio Aeroporto, o estrago foi inimaginável. Não era apenas parte da cidade que estava sob água, era um ideal de cidade, de Belo Horizonte, que se esvaiava pelas águas em direção ao Rio das Velhas, o famoso rio do ciclo de ouro. Era a cidade que voltava ao seu antigo Curral del Rey, destruindo pequenas casas e vilas da região nordeste da cidade (NETO, 2016). Era o então governador e ex-presidente chorando feito menino ao assistir tudo por um avião. (BOJUNGA, 2001). Era o prefeito Giannetti sem acreditar no que via, no momento em que Belo Horizonte recebia o presidente Vargas e diversos governadores dos estados que faziam parte da bacia do rio Paraná. Era mais uma celebração da Belo Horizonte moderna que estava em curso...d'água. Após voltar de Ouro Preto, onde havia estudado na juventude, o olhar fixo de presidente para a água (BOJUNGA, 2001) poderia significar muitas coisas; os sentidos de uma vida que poderia percorrer outros caminhos, ou que poderia se romper em meio a outras adversidades. A promessa foi feita: auxílios federais para a reconstrução da barragem. Naquele mesmo mês, o prefeito abriu crédito para pagar os custos com as indenizações. As obras seriam concluídas apenas em 1958, no mandato de Celso de Mello Azevedo (1915-2004).

Quando surge a interrupção a propor uma nova dança, novos acontecimentos para Belo Horizonte, ela, sempre desconfiada de si, contraiu-se ainda mais de espanto. Em setembro daquele 1954, o prefeito Giannetti foi acometido por um problema cardíaco, o que o levou à morte. Em outubro, Juscelino foi eleito presidente do Brasil pelo PSD. Pelo mesmo partido, Otacílio, Israel Pinheiro, Bias Fortes e Gustavo Capanema foram eleitos deputados federais e Benedito Valadares, senador. Pela UDN, Magalhães Pinto, Milton Campos, Afonso Arinos e Gabriel Passos foram eleitos deputados federais. E pelo PR, Arthur Bernardes e Bento Gonçalves Filho. Na Assembleia, Canedo ganhava mais uma e mantinha sua carreira política. Sem mandato político, em 1960, Otacílio infartou - enquanto discursava a favor de Tancredo Neves (PSD), que perderia a eleição do Governo de Minas para Magalhães Pinto (UDN) - diante de todos, inclusive, de frente às câmaras da TV Itacolomi, fundada em 1955 e principal emissora de televisão da cidade, pertencente aos Associados. Enquanto isso, pela Folha de Minas, que ganhara cor nas manchetes e tinha sua sede trocada pela ruas centrais da cidade conforme o financiamento estatal estabelecido, Belo Horizonte lia a nova geração de literatos da cidade a surgir: a Complemento, de nomes como de Ivan Ângelo (1936-),

Ezequiel Neves (1935-2010), Silviano Santiago (1936-), Fábio Lucas (1931-), Affonso Romano de Sant'anna (1937-) e Fernando Gabeira (1941-)..(WERNECK, 1992).

É Belo Horizonte a cidade capaz de ser caracterizada a partir de resquícios dessa prece matinal que é o jornalismo - também artífice da Modernidade. Afinal, sua gene enquanto cidade - que apesar de tentar ser invisível, basta uma piscadela para tornar-se visível - é constituída pelo *desconfiare*. Seria, portanto, a desconfiança, característica tanto de sua urbs quanto de sua polis. É a cidade que oferece para “o dinheiro do Otacílio” uma resposta bem própria sobre por onde percorreu os caminhos das soluções provisórias para as relações entre futebol, imprensa e municipalidade. Sua desconfiança em ser moderna, sem deixar de lado seu presente e seu passado, fez do futuro algo não tão incerto. Restou a certeza do que permanecerá, enquanto mantiver suas características fundadoras: a desconfiança.

O belo-horizontino Fernando Sabino talvez não soubesse que sua principal inspiração para um dos livros que o consagrou não fosse somente o que teria sido até aquela sua juventude dos seus trinta e poucos anos, quase a totalidade deles na Belo Horizonte dos anos 1920, 1930, 1940. A cidade estava tão imbricada nele, que definiu seu principal personagem [Eduardo Marciano] como aquele que não encontrava barreira capaz de impedi-lo de viver. Entretanto, não havia nada de Marciano em Eduardo. Feito não havia em Otacílio, JK, Benedito, Januário, Ziller, João Etienne Filho e tantos outros que em BH debatiam e procuravam, pelo jornalismo, cada qual a seu modo, continuar a fazer da cidade o local onde havia “a certeza de que ele estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de terminar” (SABINO, 2020, p.177). Nesses sujeitos políticos, jornalísticos e desportistas apenas existia a característica principal da cidade, a vontade, sempre desconfiada, de “fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura um encontro” (SABINO, 2020, p.177).

Assim é Belo Horizonte e sua modernidade desconfiada: sempre em processo, interrompendo e começando, atravessando suas esquinas semaforicas para encontrar quem se ama em um encontro fugaz, que logo precisa dar lugar a outro, que passa por entre os carros para chegar; não é permitido demora; apenas a busca pelo encontro, algum encontro, ou se possível, o encontro marcado. Para que um dia, quem sabe, seja apenas único. Sem fim.

REFERÊNCIAS

ABRIL, Gonzalo. Prefácio. In: Bruno Souza Leal; Carlos Alberto de Carvalho; Geane Alzamora. (Org.). **Textualidades Midiáticas**. 1ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, v. 1, p. 9-16, 2018.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues. Subúrbios e colônias agrícolas: morar e trabalhar nas bordas da cidade. In: DUTRA, Eliana de Freitas; BOSCHI, Caio. (Org.). **Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG Cultural**. 1ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018, v. 1, p.81-98.

ALMG, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **As constituintes mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica**, 333p., 1989.

ALMG. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Dicionário Biográfico de Minas Gerais: período republicano 1889-1991**. Belo Horizonte, volume 1, 772p..1994.

AMCE. Associação Mineira dos Cronistas Esportivos. **Estatuto social da AMCE**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://amce.org.br/wp-content/uploads/Estatuto.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2021.

AML, Academia Mineira de Letras. **A Academia Mineira de Letras ao Prefeito Otacilio Negrão de Lima**, Belo Horizonte, 1950, 73p.

AMORIM, Gabriel; OLIVEIRA, Carlos; SOUSA, Lucas; SOUZA, Ives Teixeira. **Campos invisíveis**. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: camposinvisiveis.com/mapa. Acesso em: 11 out. 2021.

ANDRADE, Carlos Drummond. Enquanto os mineiros jogavam. In: Carlos Drummond de Andrade. **Quando é dia de futebol**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.14-15.

ANDRADE, Samuel de Deus Elian. **Uma dança macabra: vestígios e figurações da morte na formação da imprensa de Belo Horizonte** (Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte, 130f, 2016.

ANTUNES, Elton. **Um jornal no meio do caminho, os arquitetos da imprensa na Belo Horizonte dos anos 20 e 30**. Belo Horizonte: Departamento de Sociologia e Antropologia da (Dissertação, Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, 1995. 135f.

ANTUNES, Elton. O jornalismo é história mal feita? In: Bruno Souza Leal; Elton Antunes; Paulo Bernardo Vaz. (Org.). **Para entender o jornalismo**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 155-168.

BAHIA, Cláudio Lister Marques. JK: política, arte e arquitetura - uma experiência modernista. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUCMG)**, Belo Horizonte, v. 11, n.12, p. 119-137, 2004.

BAHIA, Denise Marques. **A arquitetura política e cultural do tempo histórico na modernização de Belo Horizonte (1940-1945)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de

Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BARBOSA, Marialva. Comunicação, história e memória: diálogos possíveis. **MATRIZES (ONLINE)**, v. 13, p. 13-25, 2012.

BARBOSA, Marialva. Uma história da imprensa (e do jornalismo): por entre os caminhos da pesquisa. **Revista Intercom RBCC**, v. 41, p. 21-26, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442018000200021. Acesso em 16 ago. 2019.

BARRETO, Abílio. **Relatório apresentado ao excelentíssimo senhor prefeito referente às comemorações do cinquentenário da nova capital de Minas**. Belo Horizonte, 31p, 1948.

BARRETO, Abílio. O vertiginoso evoluir de Belo Horizonte. In: **Revista Belo Horizonte**, julho-agosto, nº166, p.43. Belo Horizonte, 1944.

BARRETO, Plínio; BARRETO, Luiz Otávio Trópia. **De Palestra a Cruzeiro: uma trajetória de glórias**. M & B Assessoria de imprensa, Belo Horizonte, 200p.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: editora UFMG; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BOJUNGA, Cláudio. **JK, o artista do impossível**. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2001.

BOMENY, Helena. O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional. In: Ângela de Castro Gomes. (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, v. , p. 137-166.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Belo Horizonte entre palavras e formas: o que restou da modernidade? In: DUTRA, Eliana de Freitas; BOSCHI, Caio. (Org.). **Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG Cultural**. 1ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018, v. 1, p.21-40.

BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. Vestígios de uma utopia urbana. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 44, p. 62-79, 2008.

BRANT, Fernando; BORGES, Lô; BORGES, Márcio. **Para Lennon e McCartney**. In: MILTON: Milton Nascimento. Rio de Janeiro: Odeon, 1970.

BELO HORIZONTE. Decreto nº10 de 4 de junho de 1948. **Abre crédito especial para incentivar atividades culturais, artísticas e esportivas**. Belo Horizonte [1948]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/1948/1/10/decreto-n-10-1948-abre-credito-especial-para-incentivar-atividades-culturais-artisticas-e-esportivas.html>. Acesso em: 12 out. 2021.

BELO HORIZONTE. Lei nº12 de dezembro de 1948. **Denomina “Vereador Alvaro Celso” a atual “Alameda América”**. Belo Horizonte [1948]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1948/7/61/lei-ordinaria-n-61-1948-denomina-vereador-alvaro-celso-a-atual-alameda-america?q=1948>. Acesso em: 12 out. 2021.

BENRADT, Pedro Henrique Adoglio. **Sociedade anônima do futebol (PL N° 5.082/2016): a modernização do futebol brasileiro por meio do direito societário**. Monografia (Programa de Direito Societário do Insper. São Paulo, 2019, 49f. Disponível em: https://repositorio.insper.edu.br/beta/bitstream/11224/2497/4/PEDRO%20HENRIQUE%20ADOGLIO%20BENRADT_trabalho.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

CALDEIRA, Bárbara Lopes; ANTUNES, Elton; CIRINO, José Antônio Ferreira; GÓES, José Cristian Góes. Como dizer a invisibilidade dos processos jornalísticos: (re)pensando metodologias. In: Bruno Guimarães Martins; Maria Aparecida Moura; Sônia Caldas Pessoa; Graziela Mello Vianna. (Org.). **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas**. 1ed. Belo Horizonte: Relicário, 2019, v. 1, p. 89-114.

CALOU, Angela Lima. Modernidade e narração em Walter Benjamin. **Cadernos Walter Benjamin**, v.20, p.1-19, 2018.

CARVALHO, José Murilo. Ouro, terra e ferro: vozes de minas. In: Ângela de Castro Gomes. (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, v. , p. 55-78.

CARVALHO, José Murilo de. Trajetórias republicanas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. XLIV, p. 22-35, 2008.

CARVALHO, André; MARTINS, Kao. **Habla, Señor: un hombre chamado Januário**. Armazém de ideias. Belo Horizonte, 1992.

CARVALHO, Carlos Alberto de; COSTA, V. S; JÁCOME, Phellipy ; LEAL, Bruno Souza . Crise e catástrofe como categorias interpretativas das experiências humanas do tempo. **REVISTA CONTRACAMPO**, v. 40, p. 1-20, 2021.

CHACHAM, Vera. **A memória dos lugares em um tempo de demolições: a Rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte das décadas de 30 e 40**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia. Belo Horizonte, 1994, 257f.

COTA, Leide Mara da Conceição. **Rádio, educação e formação da identidade nacional: um estudo da Rádio Inconfidência de Minas Gerais (1936-1945)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. 221f. Belo Horizonte, 2016.

CRUZEIRO Esporte Clube. **Estatuto do Cruzeiro Esporte Clube**, 2015. Disponível em: <https://www.cruzeiro.com.br/pagina/show/61>. Acesso em 29 dez. 2021.

D'ANGELO, Martha. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**, São Paulo - SP, v. 20, n.56, p. 237-251, 2006.

DIAS, Fernando Correa. Gênese e expressão grupal do Modernismo em Minas. In: ÁVILA, Affonso. **O Modernismo**. São Paulo: Perspectiva: 1975. p. 165-178.

DIAS, Fernando Correa. Universidade Federal de Minas Gerais. **Projeto Intelectual e Político**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

DUARTE, Regina Horta. O lugar da cidade universitária. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel; DUARTE, Regina Horta. (Orgs.) **Cidade universitária: história e natureza**. Editora UFMG, Belo Horizonte, p.19-68, 2009.

DULCI, Otávio Soares. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; PROED, 1986, 230p.

DULCI, Otávio Soares. **Memória política de Minas Gerais: Milton Soares Campos**. Coleção Mineiriana, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2005.

DULCI, Otávio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999. v. 1. 301p.

DRUMMOND, Roberto. **Ontem à noite era sexta-feira**. São Paulo: Editora Siciliano, 1991.

FONSECA, Marcelo da. **Saiba como foi estreia de BH nas urnas para eleição do primeiro prefeito**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/10/06/interna_gerais,321657/saiba-como-foi-estrela-de-bh-nas-urnas-para-eleicao-do-primeiro-prefeito.shtml. Acesso em: 12 out. 2021.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: **Segundo Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte. Universidade de Minas Gerais, p. 43 -91, 1956.

HORTA, Toninho; FRANCO, Tadeu. **Belo Horizonte**. Toninho Horta e a orquestra fantasma. Belo Horizonte , 2019.

JÁCOME, Phellipy. Quem conta um conto, aumenta um ponto? In: Bruno Souza Leal; Elton Antunes; Paulo Bernardo Vaz. (Org.). **Para entender o jornalismo**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, v. , p. 187-197.

JÁCOME, Phellipy; COSTA, Verônica Soares. Cascatas de modernidade em um lago aparentemente imóvel: Imagens de Ciência e Tecnologia, do Futurismo ao Presentismo. **REVISTA ECO-PÓS (ONLINE)**, v. 21, p. 277-293, 2018.

KAMEL, Roberto Chafik. **Gestão municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1960)**. Fundação João Pinheiro, 2007.

KANITZ, Roberto Camargos Malcher. **Villa Nova Athletic Club: histórias do futebol operário em Minas Gerais (1908 -1952)**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Belo Horizonte, 172 f., 2017.

LAUAND, Jean. 'Será o Benedito?', 'Conto do Vigário' etc. ? Desmascarando falsas explicações sobre a origem de expressões populares. **CONVENIT INTERNACIONAL (USP)**, v. 34, p. 1-22, 2020.

LAGE, Marcus Vinicius Costa. As condições de produção dos periódicos dos clubes de futebol de Belo Horizonte (1946-1950). In: V Encontro de Pesquisa em História da UFMG: Brasil em perspectiva: passado e presente, 2017, Belo Horizonte. **Anais Eletrônicos do V EPHIS Encontro de Pesquisa em História da UFMG: Brasil em perspectiva: passado e presente**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG, 2016. p. 910-915.

LAGE, Marcus Vinicius Costa. **Era uma vez um grande: o mito da decante aristocracia americana**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2020, 319f.

LAGE, Marcus Vinicius Costa. Revista América: a voz dos americanos (1947-1950)?. **FuLiA/UFMG**, v. 1., p. 44-58. Belo Horizonte, 2017.

LEAL, B. S.. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: Bruno Souza Leal; Carlos Alberto de Carvalho; Geane Alzamora. (Org.). **Textualidades Midiáticas**. 1ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, v. 1, p. 17-34, 2018.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. Aproximações à instabilidade temporal do contexto. **REVISTA FAMECOS (IMPRESSO)**, v. 24, p. 27-42, 2017.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. JÁCOME, Phellipy Pereira. Contextualizações e complexidades temporais: um exercício a partir da narrativa jornalística. In: XLII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Belém. **Anais do XLII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Belém: Intercom, 2019. p. 1-16.

LEAL, Bruno Souza.; JÁCOME, Phellipy. As convenções jornalísticas e a verbo-visualidade do jornal impresso entre tensionamentos. **InTexto**, v. 49, p. 123-137, 2020

LEAL, Bruno Souza; JÁCOME, Phellipy; MANNA, Nuno. Movimentos metodológicos em pesquisas do jornalismo: questões temporais e textuais. In: Bruno Martins; Maria Aparecida Moura; Sonia Pessoa; Graziela Mello Vianna. (Org.). **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas**. 1 ed. Belo Horizonte: Relicário, 2019, v. 1, p. 67-88.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 7ª edição, 2013.

LINHARES, Joaquim Nabuco. **Itinerário da imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, p. 43-582.

LIMA, Alceu Amoroso. **A voz de Minas**, Rio de Janeiro, Agir, 1945.

LIMA, Francisco Gudiene Gomes de; MAGALHÃES, Suzana Marly da Costa. Modernidade e declínio da experiência em Walter Benjamin. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 32, n. 2, Maringá (Brasil), 2010, p. 147-155.

LIMA, Jairo Anatólio. **Estádio Independência** (BH, a cidade de cada um). Editora Conceito, 87p. 2004.

MACIEL, Velise de Oliveira. **Rádio Inconfidência e Lazer: um estudo de caso do Programa Casa Aberta no contexto do rádio expandido**. Dissertação em Estudos do Lazer. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 389f., 2020.

MANNA, Nuno. **Jornalismo e o espírito intempestivo: fantasmas na mediação jornalística da história, na história**. 1. ed. PPGCOM UFMG, 2016. 296p.

MARTINS, Bruno Viveiros. **Som imaginário** - a reinvenção da cidade nas canções do Clube da Esquina. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009, 223p.

MATA MACHADO, Edgar Godoy da. **Edgar Mata Machado**. In: Memória do jornalismo mineiro.[Departamento de Comunicação Social da PUC/MG, Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte e Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais]. UFMG e PUC Minas. Belo Horizonte, 181p, 1995.

MAYOR, Sarah Teixeira Soutto. **O futebol na cidade de Belo Horizonte: amadorismo e profissionalismo nas décadas de 1930 e 1940**. Doutorado em Estudos do Lazer (tese, 358f). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **As Constituintes mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1989. 313 p.

MINEIRO, Clube Atlético. **Arena MRV**. Disponível em: <https://atletico.com.br/paginas/arena-mrv-2>. Acesso em: 18 jan. 2022.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil**. Companhia das Letras, 4a ed., São Paulo, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; VISCARDI, Cláudia. Minas, a mineiridade e o quadro político nacional. In: Meneses, J.N. Coelho. (Org.). **Orbe e Encruzilhada. Minas Gerais, 300 anos**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020, v. 1, p. 289-314.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico resumido**. Rio de Janeiro, INL, 1966.

NETO, Loreda Viana. **Estudo de ruptura da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte: retroanálise da brecha do acidente de 1954 e ruptura hipotética nas condições atuais**. 2016. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 304f.

NEVES, Tancredo. Homenagem a Francisco Negrão de Lima. 1981. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Tancredo Neves**. 2 ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 2010b, p.584-587.

NEVES, Tancredo. Milton Campos: dignidade, cultura e civismo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Tancredo Neves**. 2 ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 2010, p.454-464.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. N. 10. São Paulo: 1993.

OLIVEIRA, Carlos Alberto; AMORIM, Gabriel; SOUZA, Ives Teixeira; SOUSA, Lucas. **Mapa Campos invisíveis**. Belo Horizonte, 2017.

PAULA, João Antonio de. Belo Horizonte - quais horizontes? In: DUTRA, Eliana de Freitas; BOSCHI, Caio. (Org.). **Estudos sobre Belo Horizonte e Minas Gerais nos trinta anos do BDMG Cultural**. 1ed. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2018 v. 1, p.171-179.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Relatório do prefeito 1926-1927**, p. 215, Imprensa Oficial, 1927. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documento-s/1926-1927-Christiano-Monteiro-Machado.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

RIBEIRO, Raphael Rajão. **A várzea e a metrópole: futebol amador, transformação urbana e a política local em Belo Horizonte (1947-1989)**. Tese (Programa de

Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, 492f, Rio de Janeiro, 2021.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa – Tomo I**. Campinas: Papyrus, 1994.

RODRIGUES, Marilita; Isayama, H. F.; Costa, L. C. L.; PERES, F. A. S.; Silva, M. A.; Oliveira, R. M.; Viana, J. A.; Sliveira, A. C. C.; Lana, V. L.; XAVIER, J. L.; SAAD, J..Mapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946). In: **Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006**. Belo Horizonte, 2013.

SABINO, Fernando. **O encontro marcado**. Editora Record. 101ª edição. Rio de Janeiro, 2020. 336p.

SACCHITIELLO, Bárbara. Sob nova gestão, Rádio Itatiaia planeja modernização. **Meio e mensagem**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2021/09/30/sob-nova-gestao-radio-itatiaia-planeja-modernizacao.html>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SANTAELLA, Lucia. RIBEIRO, Daniel Melo. A arqueologia benjaminiana para iluminar o presente midiático. In: MUSSE, Christina Ferraz; SILVA, Herom Vargas; NICOLAU, Marcos Antonio. **Comunicação, mídias e temporalidades**. Edufba; Brasília, Compós, 2017.

SCHUDSON, Michael. The resistance of the past. In: **Watergate in American memory**, 1992. p.205-221.

SCHUFFNER, Luciana Silva. **O Minas Tênis Clube e o Estado Novo: moldando corpo e mente da juventude de Belo Horizonte (1935-1945)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 177p., Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Marcelino Rodrigues da. Entre o jornalismo e as artes. In; **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 1, p. 132-147, 2014.

SILVA, Regina Helena Alves. FONSECA, Claudia. Graça.; FRANCO, Juliana O. R.; MARRA, Pedro. S.; GONZAGA, Milene .M.. Dispositivos de memória e narrativas do espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e espaço. **E-Compós** (Brasília), v. 11, p. 1-17, 2008.

SIMÕES, Alexandre. **Gigante do Horto: a história do Estádio Independência**. Jornal Hoje em Dia, Belo Horizonte, 56p, 2012.

SOUZA, Ives Teixeira. Campos invisíveis: a Paraopeba como a avenida do futebol na Belo Horizonte dos anos 1920. **Revista eletrônica do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte**, v.7, p. 151-170, 2020.

SOUZA, Ives Teixeira. Entre as Alamedas: o percurso do complexo esportivo do América Futebol Clube. **Campos invisíveis**, 2017. Disponível em: <http://camposinvisiveis.com/alameda.html>. Acesso em: 11 out. 2021.

SOUZA NETO, Georgino Jorge. **A invenção do torcer em Belo Horizonte: da assistência ao pertencimento clubístico (1804-1930)**. Dissertação (Mestrado em Estudo do Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

SOUZA NETO, Georgino Jorge. **Do Prado ao Mineirão: a história dos estádios na capital inventada**. 2017. Tese. (Doutorado em Estudos do Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Fantasmas da Cidade Moderna. **Margens/Márgenes**, Buenos Aires, Belo Horizonte, v. 1, p. 66-75, 2002.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. As Minas de João Guimarães Rosa. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. il, p. 96-105, 2008.

WERNECK, Humberto. **O desatino da rapaziada: jornalistas e escritores em Minas Gerais**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

ZILLER, Adelchi. **Enciclopédia Atlético de todos os tempos: a vida, as lutas, as glórias do Clube Atlético Mineiro, o campeoníssimo das Gerais**. 2ª edição, Gráfica Formato, 1997, 200p.

Textos da amostra que foram citados

AMÉRICA. Revista “América, a voz dos americanos”. Ano 1, número 1. Belo Horizonte, novembro de 1947.

AMÉRICA. Revista “América, a voz dos americanos”. Ano 2, número 2. Belo Horizonte, junho de 1948.

AMÉRICA. Revista “América, a voz dos americanos”. Ano 2, número 3. Belo Horizonte, julho-agosto de 1948.

AMÉRICA. Revista “América, a voz dos americanos”. Ano 2, número 6. Belo Horizonte, novembro de 1948.

A RAPOSA, 1946. Belo Horizonte, julho de 1946.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 4 de março de 1945.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1948.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1948.

FOLHA DE MINAS ESPORTIVA, 1949. Ano 1, número 3. Belo Horizonte, 21 de setembro de 1949.

O CRUZEIRO, 1948, nº17, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1948.

O JORNAL. Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1943.

OLÍMPICA. Revista. Número 3. Belo Horizonte, maio-junho de 1949.

TRIBUNA DE MINAS ESPORTIVA, nº1, número 1, Belo Horizonte, 26 de maio de 1952.

SPORTS, Jornal de. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1950 e 30 de junho de 1950.

VIDA ESPORTIVA, suplemento, Belo Horizonte, novembro de 1947.